# CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

## CONTEXTUALIZANDO E COMPREENDENDO AS NECESSIDADES SOCIAIS

VOLUME XXXII



EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Plínio Ferreira Pires

# Ciências sociais aplicadas: contextualizando e compreendendo as necessidades sociais

32ª ed.

Goiânia-GO
Editora Conhecimento Livre

Copyright© 2026 por Editora Conhecimento Livre

32ª ed.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Pires, Plínio Ferreira
P638C Ciências sociais aplicadas: contextualizando e compreendendo as necessidades sociais

/ Plínio Ferreira Pires. – Goiânia-GO

Editora Conhecimento Livre, 2026

143 f.: il
**DOI:** 10.37423/2026.edcl1339
**ISBN:** 978-65-5367-825-5
Modo de acesso: World Wide Web
Incluir Bibliografia

1. atualidade 2. relacionamento 3. soluções I. Pires, Plínio Ferreira II. Título

CDU: 300

https://doi.org/10.37423/2026.edcl1339

**O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.**

# EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

## Conselho Editorial

MSc Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior

MSc Humberto Costa

MSc Thays Merçon

MSc Adalberto Zorzo

MSc Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

PHD Willian Douglas Guilherme

MSc Andrea Carla Agnes e Silva Pinto

Dr. Walmir Fernandes Pereira

MSc Edisio Alves de Aguiar Junior

MSc Rodrigo Sanchotene Silva

MSc Adriano Pereira da Silva

MSc Guilherme Fernando Ribeiro

MSc Fabricio  Vieira Cavalcante

PHD Marcus Fernando da Silva Praxedes

MSc Simone Buchignani Maigret

Dr. Adilson Tadeu Basquerote

Dra. Thays Zigante Furlan

MSc Camila Concato

PHD Miguel Adriano Inácio

Dra. Anelisa Mota Gregoleti

PHD Jesus Rodrigues Lemos

MSc Karine Moreira Gomes Sales

Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

MSc Pedro Panhoca da Silva

MSc Helton Rangel Coutinho Junior

MSc Carlos Augusto Zilli

MSc Euvaldo de Sousa Costa Junior

Dra. Suely Lopes de Azevedo

Dr. Francisco  Odecio  Sales

MSc Ezequiel Martins Ferreira

MSc Eliane Avelina de Azevedo Sampaio

MSc Carlos Eduardo De Oliveira Gontijo

Dr. Rodrigo Couto Santos

Dra. Milena Gaion Malosso

PHD Marcos Pereira Dos Santos

**Editora Conhecimento Livre**
**Goiânia-GO**
**2026**

# SUMÁRIO

**CAPÍTULO 1 ..... 5**
A LITERATURA NA PRODUÇÃO DA IDENTIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA – ATRAVÉS DO LIVRO “CASA DA ÁGUA” DE ANTONIO OLINTO
Henrique Cunha Junior
Eunice Gonçalves Queiroz
**DOI 10.37423/260811251**

**CAPÍTULO 2 ..... 32**
A GERAÇÃO Z E O MERCADO DE TRABALHO
Greissy Tressoldi
Andrea Bencke Zambarda
**DOI 10.37423/260811253**

**CAPÍTULO 3 ..... 65**
AVALIAÇÃO DA SALUBRIDADE AMBIENTAL NO BAIRRO POEIRA EM MARECHAL DEODORO – AL
Dyogo Wlisses Ribeiro Matias
FÁBIO BRASIL FERNANDES DE ARAÚJO
JOSÉ APARECIDO DA SILVA GAMA
LUCAS ISMAEL DOS SANTOS
**DOI 10.37423/260811296**

**CAPÍTULO 4 ..... 74**
FILANTROCAPITALISMO E EDUCAÇÃO: UM ESTADO DO CONHECIMENTO
Silvana Maria Tres
Michele Puntel
Elisiane Machado Lunardi
Eduarda Damo
Giovani Schuck De Souza
**DOI 10.37423/260811311**

**CAPÍTULO 5 ..... 88**
TRANSEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA
CARLOS SANTOS LEAL
**DOI 10.37423/260911328**

**CAPÍTULO 6 ..... 104**
ADOLESCÊNCIA E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO DESENVOLVIMENTO
CARLOS SANTOS LEAL
Bruno José Vieira
Ludmila Batalha Reis
Marina Maffessoni Araújo Souza
José Assunção Fernandes Leite
Francisca Morais da Silveira
**DOI 10.37423/260911380**

**CAPÍTULO 7 ..... 121**
RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS MORAIS: ENTRE EMPRESA E EMPREGADO
CRISTIANO PIGOLI FRANCO
**DOI 10.37423/261011465**

# Capítulo 1

10.37423/260811251

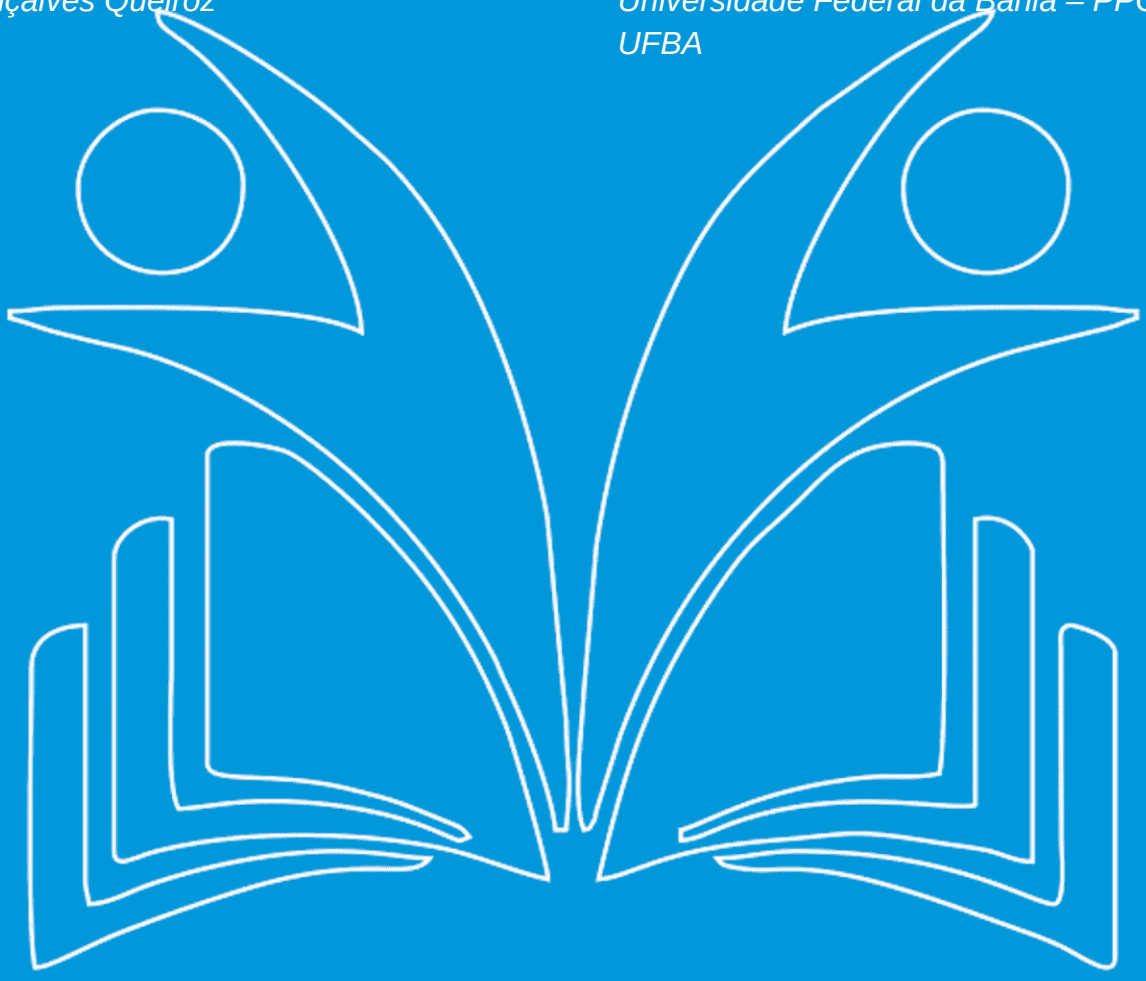
# A LITERATURA NA PRODUÇÃO DA IDENTIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA – ATRAVÉS DO LIVRO “CASA DA ÁGUA” DE ANTONIO OLINTO

*Henrique Cunha Junior*

*Universidade Federal da Bahia – PPGAU-UFBA*

*Eunice Gonçalves Queiroz*

*Universidade Federal da Bahia – PPGAU-UFBA*



**RESUMO**

A educação oficial, a militante, a informal orientada, elas se alimentam da produção literária e da produção histórica. Na perspectiva em compreender o histórico da formação sócio espacial dos negros no Brasil, e face a institucionalização e instrumentalização de apagamentos contínuos destes fatos. O artigo proposto, pretende descortinar parte desta nuvem que se faz contínua na história dos negros e afrodescendentes, e também contribuir com a Lei 10.639/03, que entre outros, possibilita a obrigatoriedade do ensino de "história e cultura afro-brasileira" dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio. Para tanto, como procedimento metodológico há revisão de literatura e a pesquisa de campo.

Para a consolidação do nosso propósito o trabalho se organiza como um resumo do livro; introdução a biografia contextualizada do autor, estruturando sua visão renovada do Africano-Brasileiro; similaridades de fatos através de bibliografia e depoimento; e apresenta considerações sobre o que impacta e modifica com a leitura do livro, tendo como consideração um ensino transversal ao conjunto de disciplinas de história, geografia, cultura e religiosidade. O artigo é uma contribuição ao estudo de literatura nas disciplinas de graduação e pós-graduação em arquitetura, urbanismo e design.

**Palavra chave:** Vivências afrodescendentes. Memória Negra. Cultura Afrodiaspórica. Festa do Senhor do Bonfim.

## 1 A NECESSIDADE EM REVER A HISTÓRIA DO BRASIL NUMA PERSPECTIVA AFRICANA, AFRO DIASPÓRICA.

Literatura e história são áreas do conhecimento que se retroalimentam e produzem a formação de consciências sociais e de marcadores de mudança epistêmicas quanto às interpretações da formação social, econômica, política e cultural das sociedades.

A educação oficial, a militante, a informal orientada, elas se alimentam da produção literária e da produção histórica. Os movimentos da população negra no Brasil sempre reivindicaram a necessidade de acesso a produções literárias e históricas que tratassem dos temas de interesse da população negra no sentido da formação da identidade dessa população. As populações desde o período do escravismo criminoso produziram histórias e literaturas que tratavam dos temas dos próprios interesses no sentido da autovalorização e da produção das identidades negras, sem contudo, atingirem o grande público e consolidar o interesse das grandes editoras. Os esforços históricos dessa inclusão tiveram uma força conjunta a partir de 1970 num movimento denominado de consciência negra, e na literatura apresentou como símbolo máximo a edição dos Cadernos Negros, literatura. (Cunha Junior, 2022), (Cunha Junior, 1992). Portanto, literatura e história, identidades negras e educação, são campos de interesse no qual se inscreve esse artigo.

A produção de história da população na perspectiva da população negra é um projeto antigo que foi executado de diversas formas por diversas frentes intelectuais das universidades e da militância do movimento negro. Frentes que receberam grande relevância a partir de 2000 com a fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros - ABPN. Que também tem como referências os movimentos passados, e principalmente a onda iniciada em 1970 com o rótulo de movimento de consciência negra. Os pesquisadores negros formavam desde Juliano Moreira em 1892, seguido por Manoel Querino com o questionamento sobre o verdadeiro colono brasileiro na figura do africano em 1918, a grande socióloga e psicanalista em 1940 Virginia Bicudo, como Guerreiro Ramos em 1954 e Clóvis Moura em 1952, um fortíssimo campo de rejeição do eurocentrismo e produção das ideias em consonância com o Pan-africanismo. Considerando o pan-africanismo como um movimento sindical, intelectual, político e cultural que pensa as problemáticas das ciências humanas africanas e afrodescendentes a partir das referências africanas e tendo como premissa uma autonomia conceitual e crítica com relação a produção ocidental. A oficialização internacional do pan-africanos se deu em 1900, sendo que em 1904 já existiam grupos pan-africanistas nos movimentos da população negra brasileira. Lembramos que a constituição de grupos de operariado socialistas negros no Brasil datam

de 1850 (Santos, 2009). O pensamento pan-africanista tem como fundamentos as filosofias e a história africana; Tendo como um de seus idealizadores Marcus Garvey (Gomes 2020.)

No campo internacional as reformas epstêmicas sobre literatura e a história, ocorreram em diversos episódios e frentes, desde aproximadamente 1930, no qual se tem como marco o livro, com o título: Facing Mount Kenya (Keniatta, 1978), como movimentos como o da negritude, (Munanga, 2015) de renascença do Harlen, das literaturas africanas, e os movimentos da literatura negra caribenha e americana. Sendo o marco fundamental desse grande processo a publicação pela UNESCO em 1980 da monumental "História Geral da África", que são a coleção de oito volumes de livros, pesquisados e estruturados entre 1965 e 1999, com o objetivo do resgate histórico sobre o continente africano. Fato que consolidou um grande processo de mudança da perspectiva da produção histórica e literária que as universidades brasileiras, muito eurocêntricas e brancocentricas (Cunha Junior, 2019) ainda não assimilaram e pouco consideraram.

Já as ciências humanas europeias de fundo marxistas sofreram um grande abalo em meados dos anos de 1980, com a queda do muro de Berlin, soma-se a este fato as independências africanas e os movimentos imigratórios no centro da Europa. O marxismo deixou de simbolizar a grande teoria revolucionaria, e o comando da ciência pela Europa também entrou em questão. Seguido pelo fato econômico e científico da produção asiática ter superada a europeia. No rearranjo das mentalidades científicas, históricas, culturais e políticas europeias surgiram movimentos que puseram em questão o passado europeu. No âmbito desses movimentos é que surgem as teorias pós-colonias, descoloniais e pós-modernas que tiveram relativa repercussão no Brasil. Dada a repercussão destas como renovação e pioneirismo que não tinham, ampliou-se os espaços para novos estudos sobre populações negras com os rótulos de descolonização do pensamento.

Dentre essas sínteses e mudanças epistêmicas acima mencionadas é que foram criadas nas universidades brasileiras disciplinas de graduação e pós-graduação que procuraram uma revisão da história das populações negras e das literaturas negras. Este texto tem como função mostrar que a leitura do romance a Casa da Água, nas disciplinas de Bairros Negros, nos cursos de Arquitetura, Urbanismo e Design (Cunha Junior, 2019), e nas disciplinas de pedagogia sobre Cultura Brasileira (Cunha Junior, 2005) introduz um efeito norteador renovado sobre identidades negras na formação social brasileira (Cunha Junior, 2009). O romance sintetiza a ambição de diversos movimentos políticos

culturais e sociais no sentido de uma nova compreensão ampla sobre posição de mulheres e homens negros na sociedade brasileira.

Sobre as disciplinas dos cursos de arquitetura, urbanismo e design, estas têm como proposição uma leitura da cultura brasileira e tradução desta em produto físico, em construto de projeto. Nesse sentido formativo de penetração e compreensão da cultura para produção do produto é que destacamos a importância do pensar a história através deste romance e da articulação dele entre a história e a literatura (Cunha Junior, 2020). Existiram no transcurso dos últimos 22 anos, realizadas no Ministério da Educação, propostas de mudanças curriculares importantes como a edição da lei N. 10.639 que obriga o estudo da história e da cultura afro brasileira e africana nas escolas, e nesse movimento se necessitam de referências como: 'Casa da Água' (Brasil, 2003), (Brasil, 2000), (Ferreira; Rocha; Oliveira, 2016).

Para a consolidação do nosso propósito esse capítulo se organiza como um resumo do livro. Uma introdução a biografia contextualizada do autor, procurando mostrar como foi possibilitado a ele essa visão renovada do Africano-Brasileiro. Depois apresenta considerações sobre o que impacta e modifica com a leitura do livro, tendo como consideração um ensino transversal ao conjunto de disciplinas de história, geografia, cultura e religiosidade. E soma-se imagens e entrevista que vivencia a Lavagem do Nosso Senhor do Bonfim, nos dias atuais, fato iniciado a séculos e que se perpetua. O capítulo é uma contribuição ao estudo de literatura nas disciplinas de graduação e pós-graduação em arquitetura e design.

Realiza-se pesquisa de campo com entrevista analisando-se similaridades e reelaborações ao longo do tempo entre a literatura e a atualidade.

### *1.1 Introdução a biografia contextualizada do autor*

Segundo o site da Academia Brasileira de Letras, Antônio Olinto Marques da Rocha, nasceu em Ubá - MG, em 10 de maio de 1919, e faleceu no Rio de Janeiro (RJ), em 12 de setembro de 2009. Foi crítico literário de ao longo de 25 anos, onde noticiava os principais fatos da vida literária e livreira, e colaborou em jornais de todo o Brasil e de Portugal.

Destaque para sua vivência de fatos do livro em voga, uma vez que foi nomeado Adido Cultural em Lagos, Nigéria, pelo governo parlamentarista de 1962, em quase três anos de atividade fez centenas

de conferências na África Ocidental, promoveu uma grande exposição de pintura sobre motivos afro-brasileiros, colaborou em revistas nigerianas, enfronhou-se nos assuntos da nova África independente e, como resultado, escreveu uma trilogia de romances – A Casa da Água, O Rei de Keto e Trono de vidro.

## 2 AS PASSAGENS MARCAM O ROMANCE COMO PROPOSTA DE RESUMO.

A Casa da Água narra as memórias de mulheres africanas e afro-brasileiras num grande percurso histórico entre a Nigéria – Brasil, localidades do Brasil e Brasil – Nigéria, num percurso onde flui a memória da cultura e os desejos de superação das situações. Um enredo que contradiz os ditos da história geralmente divulgada no imaginário social do Brasil sobre o escravismo, onde aparentemente os escravizados teriam perdido a noção das suas origens, não houvesse lutado por uma melhora social ou querer retornar ao seu local de origem.

A realidade nos mostra que com a abolição da escravatura, no Brasil se perpetuou uma estrutura de exclusão ao negro e seus descendentes, em especial quanto a posse de terras e instrução, Buainain (2008, p. 21) nos conta que "A Lei de Terras de 1850, cuja motivação principal era dificultar o acesso à terra por parte dos quilombolas (escravos fugidos) e dos produtores independentes", ou seja, queria-se a inviabilização do negro ao acesso à terra. Amorim; Tárrega (2019; p.17) entende que"a lei de terras e o fim do tráfico negreiro foram os eventos determinantes para dar início a essa nova fase, que vem carregada de complexidade, tanto no que diz respeito ao modo de economia, quanto ao futuro do negro no Brasil". Um fato relevante que merece atenção sobre a opressão e exclusão contínua sobre os negros, Fanon (1961, p. 34) nos diz que entre muitos, relata a violência que a colonização implica, e a correspondente violência implícita absoluta que decorre da descolonização, "ou seja, a criação de homens novos. E como o mundo colonial é um mundo dividido, onde um lado se caracteriza pela saciedade e o outro pela fome, a relação entre essas duas partes opostas foi sempre feita por intermediários responsáveis pela opressão'.

Sobre a instrução, é importante entender que houveram proibições contínuas a instrução dos negros Brasil afora, Queiroz (2023, p. 176) nos elucida que as restrições "as quais por imposições institucionais que continuamente criavam entraves e os excluíam da possibilidade de se desenvolver no campo instrucional, os negros foram forçados pela estrutura instalada a não ter possibilidades de se instruir!" Então, houve a mão pesada do Império e da República Brasileira excluindo aqueles que construíram

esta nação. Conforme Ribeiro (2007); Maestri, (2004); Aranha, (2006, p. 103) 'Um dos empecilhos para a escolarização negra seria a legislação que no século XIX, teria proibido a matrícula e frequência à escola, interditando a escola aos negros. Interdição esta que colocavam empecilhos que vieram a dificultar o estar negro nesta instituição". Leis iniciadas no Brasil Colônia/Império que foram reeditadas a sua continuidade no Brasil República. Onde escolas renomadas como, Queiroz (2023) o Atheneu da Cidade de Natal, o Colégio de Artes Mecânicas no Rio Grande do Sul e a Casa dos Educandos Artífices do Maranhão, entre outros, contribuíram neste ínterim; pois, ao regulamentar o ensino primário e secundário, disseminaram leis de exclusão.

Já a maneira como foi executada a abolição da escravatura no Brasil, Moura (2019, p. 21) nos explica que, nenhuma reforma foi executada na estrutura da sociedade brasileira, era o início da marginalização do negro após a Abolição, que continua até os nossos dias. Moura (2019, p. 39) entende que há um pensamento social de subordinação ao negro,

> [...] houve uma reformulação dos mitos raciais reflexos do escravismo no contexto da sociedade de capitalismo dependente que a sucedeu, reformulação que alimentou as classes dominantes do combustível ideológico capaz de justificar o peneiramento econômico-social, racial e cultural a que ele está submetido atualmente no Brasil através de uma série de mecanismos discriminatórios que se sucedem na biografia de cada negro.

O imaginário social brasileiro produzido pelo governo republicano desconhece os retornados para o continente africano, inclusive, nunca trata de como se deu em realidade as histórias do pós-abolição. A narrativa da casa da água reestabelece todos esses elos para o imaginário brasileiro, sendo este romance importante para a história nacional. Existiram sagas de africanas na história nacional e a da Mariana é uma delas.

## 3 A CASA DA ÁGUA – PONTOS DE DESTAQUE DA SAGA DE UMA FAMÍLIA BRASILEIRA DE EX-ESCRAVOS QUE RETORNA PARA A ÁFRICA – ENTENDIMENTO DO LIVRO.

Mariana andava por toda parte e aprendia no dia a dia, na escola, no mercado, nas rezas, desbravava com o olhar tudo a sua volta. Ela acolhe os fatos de maneira indistinta e as guarda ao longo de sua vida e os fatos vão se repetindo, mas com novas estruturas e pessoas, o que as transformam em novas situações, tudo se movimentando incessantemente. O Espírito Santo, representação católica, diversas vezes repetidas na imaginação da menina, faziam similaridade as andorinhas ao redor da igreja, e há também as que seguiram ao redor do navio; três momentos distintos que faz parte da narrativa imaginativa e que estruturam a menina.

A história se inicia com a enchente e alguém acolhendo Mariana. O acolhimento na hora correta, estrutura os seres humanos! Acolhimento que se repete nos elogios da professora, e inconscientemente passam a importância e valores, calçam continuidades e alavancam motivos para viver. E depois na vida adulta ela acolhe toda a família. Quando se tem a "... primeira enchente do rio Piau em 1864 e a segunda agora ...", pensa-se qual é a época? E Catarina a Avó de Mariana, dizendo: "Tenho que voltar e quero levar minha filha e netos comigo, saí de lá faz mais de 50 anos, foi meu tio que me vendeu. Eu morava em Abeokutá e tinha 18 anos". O sonho dela passa a ser o de concretizar um retorno de uma vinda desumanizada; mas o retorno também traz muitos imprevistos e conflitos. A cada novo local a avó relembrava da sua sofrida vinda, como mercadoria, sua reconstrução interna para sobreviver e agora ao regressar a cada novo passo uma desconstrução se fazia. Um conflito, pois havia a necessidade de ir e romper com este crime de escravidão, e ao mesmo tempo havia o seu "Eu atual" reconstruído nos porões da iniquidade da escravidão. Catarina pedia que Xangô com seu machado duplo e que Nossa Senhora do Rosário a santa dos pretos, auxiliassem o barco do retorno. Lembrava-se das congadas do Piau, e pensava nas festas de tambor de Obeokutá. Ao chegar em Lagos se adaptou rapidamente com suas vendas, reuniu a família num domingo e foram de canoa a Abeokutá; mostrou o palácio, o mercado, a casa onde morava, mas, não havia familiares. Depois foi enfraquecendo e pediu que a chamassem de Ainá, seu verdadeiro nome. Os amigos a visitaram e ela faleceu. D. Zezé explicou, quando a pessoa jovem falecia era triste, mas se fosse velho havia uma festa que chamavam de serenata. Vamos dar um banho no corpo da falecida e a preparar, vamos precisar de búzios, bebida, biscoito, pastéis, acarás, caruru, bolos, tem que matar uma cabra, dois atabaquistas, um tocador de violão, um flautista, um clarinetista, mesas e cadeiras. Tereza chamou Mariana para lavar a avó, e explicou, ela pode nascer de você, ser sua filha. Na serenata cada um recebia um búzio, os músicos tocavam, todos bebiam, faziam cantigas, refrãos e lembravam da falecida; o padre veio e encomendou o corpo. Já Epifânia a filha de Catarina, nasceu livre no Brasil, com três filhos: Mariana, Emília e Antônio, e não via sentido neste retorno para a África. A vida na Bahia sim lhe foi importante. Mas aceitou a ida para a Nigéria em respeito ao desejo da Mãe.

Catarina passou para a Neta seu conhecimento, entre vários, lhe ensinou a usar ôri para proteger a pele, comer peixe frito no dendê misturado na farinha e comido com as mãos, sem sujar a palma somente os dedos. E Mariana aprendera uma mescla de religiões e hábitos. Viu na Semana Santa na noite do lava pés. No Rio de Janeiro festa a Nossa Senhora da Glória juntamente com Iemanjá. Na Bahia, ouvia falar de rezadeiras, de Ogum, Oxóssi, Xangô, Oxum, Oxumaré e de Nanã. Via procissão,

velas acesas e mulheres cantando. Na Festa do Bonfim, mulheres de branco levavam enormes vasos na cabeça, homens cantavam canções bonitas, flores caiam pelo chão, subiam os degraus, saias brancas, largas e rendadas rodavam pelo adro.

Na Festa de Xangô, diziam que as pedras cresciam, vários galos e galinhas de pés amarrados no chão da cozinha. Mulheres começaram a cantar e dançar homens tocavam tambores. Se levantaram panos vermelhos e tiraram de baixo deles pratos colocando-os no chão, dentro haviam pedras dos mais variados tamanhos e tipos. Até que um homem trouxe um carneiro, uma mulher ofereceu o carneiro a Xangô. Então o carneiro, dezesseis galos e galinhas foram mortos e durante o dia todo se cozinhou e os pratos se enfileiravam na mesa. E os alimentos foram servidos para a comunidade. Na festa para os Egúns no Brasil, homenagem aos antepassados todos se ajoelhavam, as pessoas presentes esfregavam as mãos, perguntavam coisas e agradeciam.

Anos depois na Nigéria ela ficou sabendo que grupos de Egunguns, com máscaras imensas, roupas coloridas saiam pelas ruas para homenagear os falecidos. Existindo uma reorganização de culturas, cultos e religião.

No Piau, no Brasil durante uma tourada o boi foi sacrificado e houve churrasco para a população; no dia seguinte a enchente com os piaus na vargem alagada as crianças o abatiam com paus, e o levavam para alimentar suas famílias.

O retorno para a Nigéria na África foi num navio a vela chamado Esperança, com 28 dias de viagem o vento parou e a calmaria durou mais de três meses, pessoas morreram, e novas irmandades foram se firmando mesmo nas dificuldades desta viagem. Ao chegar em Lagos os passageiros desceram do navio enrolados em lençóis por medidas sanitárias, as pessoas do lugar ofertaram roupas. D. Zezé ajudou a família de Mariana a vender ôbis, orobôs e fumo. Eles residiram na rua Bangboshe, tinha sala, quarto e espaço para cozinha. E no futuro se transformou em um grande sobrado com varanda. Existiam muitos sobrados brasileiros em Lagos, o do seu Alexandre da Costa, o do seu João de Souza, o do seu Gaspar Antônio Sales. Haviam os que haviam vindo no navio Esperança, no Carlota, no Vila Isabel, no Biáfora, todos brasileiros que voltaram para o antigo continente.

Em África houve festa com os calungas, que era uma enorme figura de mulher, do boi, do burro, da ema que formam o bumba meu boi e lá o chamavam de "Burrinha", tocavam música em instrumentos e cantavam. Mariana foi para a escola na ilha de Topô no Colégio das irmãs e a cada regresso, via algo

novo: O baú resgatado do navio; Passeou a beira mar e sentiu o harmattan (vento sazonal que sopra todo o noroeste da África todos os anos, de novembro a março, em pontos fortes intermitentes. Ele chega a interromper o comércio e a vida cotidiana por dias. O vento seco diminui a umidade, o que pode levar a dias quentes e noites frias. Esse vento sopra de norte a sul, atravessando o Saara até o Golfo da Guiné. Ao longo do caminho, ele tende a pegar areia e poeira, transformando-se em um vento muito seco e poeirento; se comprova sua existência desde o século XVII) A Festa de Nossa Senhora dos Prazeres; Festas de Santo Antônio, São João e São Pedro; Também viu fazer sacrifícios para os orixás; Máscaras de madeira, na festas de Gueledé; Cabritos sacrificados em toda a Lagos. E hábitos diferentes em casamentos. Epifânia foi informada pelo pai de Sebastian, Sr. Justino que o filho queria conhecer Mariana com propósito de casamento. Ao se marcar o noivado a mulher procurou os passageiros do Esperança, pois acostumaram a se procurar e ajudar nas resoluções das coisas uns dos outros.

No ritual do noivado diversas mulheres entraram com panos na cabeça e se dizia não.. até que Mariana entrou, se perguntou, é esta? A concordância ecoou. sim! A moça pegou uma bandeja onde estavam frutas e garrafas de bebidas e as entregou aos pais de Sebastian, todos aprovaram. Então, Mariana ajoelhou-se encostando a testa no chão, levantou cumprimentou os mais velhos, ao toque dos tambores e o flautista esperou a sua vez. Com exclamações de alegria Sebastian entrou na sala, se ajoelhou em frente a Epifânia, colocou a testa no chão e depois se sentou para o interrogatório. Tempos depois o casamento ocorreu, onde se fez um cortejo com os noivos de braços dados até a igreja e os demais atrás. Moraram na casa da noiva, Mariana engravidara três vezes seu primeiro filho chamou-se Joseph, sua segunda filha Ainá e o terceiro Sebastian.

Por motivos financeiros Mariana não pode voltar para a escola, então passou a dar aulas para crianças brasileiras. Mas fazia parcerias e negociava se mostrando capaz e competente, pois, transformou a sala de casa em pensão. Quando pensou no poço pesquisou e contratou pessoa experiente, e começou a vender água, definiu o preço e horários. Pagou o empréstimo e reformou a casa. Depois vendo que teria concorrência na água, viu uma casa que daria uma boa loja, começou a vender móveis e produtos importados, diversificando as possibilidades, geriu e delegou para pessoas de confiança. Sebastian o marido de Mariana, foi procurar emprego na Ilha de Fernando Pó, retornou três anos depois e passou a administrar os negócios da família, se fez uma serenata para comemorar seu regresso. No Natal a família foi na missa do galo, houve um bumba meu boi e as pessoas de toda a Bangboshe, a Ok-Suna, a praça Campos, a Rua Tukunboh, a Odulami compareceram. Depois, Sebastian ao separar uma briga foi atingido por uma facada e faleceu.

Após a morte do marido, Mariana repensou sua vida e soma-se que estava grádiva. Sentia necessidade de um novo chão, procurou e chegou a Uidá. Gostou quando encontrou um trecho de terra em frente a um areal que ia dar no mar. Construiu uma casa perto da fronteira, entre Daoné e Zorei. O importante era a loja e o negócio de mandar dendê para o Brasil e receber carne seca, açúcar, cachaça e fumo de lá funcionar, mas viu que Uidá iria ajudar, então passaram a chamá-la de D. Mariana Sinhá.

Com o término da construção da casa em Uidá Mariana trouxe a Mãe e os demais filhos. Epifânia ao ver a construção a achou enorme. Se mandou fazer uma tabuleta:’Casa da Água’ e colocou no sobrado, Mariana pensou no poço: “ó poço que mantivesse a prosperidade de toda família...”. Durante o período de construção da casa deu a luz a um menino que teria o nome do pai e fez um batizado em Lagos a moda yorubá.

Quando foi o momento dos filhos irem para colégio, Mariana visitou uma família Nagô, quiz saber pelo Ifá, o qual é o Deus da previsão do futuro, como agir com os filhos, o chefe chamava-se Fatumbe. O filho Joseph se formou advogado, Ainá médica e Sebastian professor. Durante anos ela administrou tudo indo de local em local, enquanto os filhos estudavam, suas competências profissional e intelectual eram louváveis, pois: falava o francês e o alemão com certa facilidade, entendia um pouco o ewe e o fon, tinha antes o português, iorubá e o inglês. Construíra um patrimônio com casa e comércio em Lagos, outra casa entre Uidá e Zorei, uma casa em Zorei e outra loja em Aduni.

Sobre seus hábitos, Mariana tinha um quarto onde estavam as esculturas de Xangô, Oxóssi, Oyá, Iemanjá e Ogum. E aprendeu a importância do convívio de gerações diversas, para o bem-estar e equilíbrio de ambos. Quando pedia algo a Xangô fazia oferendas. E seu filho Sebastian segundo costume africano, batia a cabeça para a Mãe a primeira vez eu a via no dia, ou seja, é uma expressão de devoção e respeito. É o reconhecimento de que há uma conexão profunda com a Mãe que o gerou.

A vida seguiu seu curso e muitos amigos morreram de morte natural. Dos filhos de Mariana, Joseph casou-se com Ana e teve filhos; Sebastian se casou com Segui e teve uma filha e Ainá foi a última dos filhos a se casar.

A expectativa no retorno do filho Sebastian, por ele ter estudado em Paris era grande, os ewes, fons, vodus, grunsis, mahis, pessoas de Daomé, da Nigéria, de Zorei e do Togo, o esperavam em frente a sua residência, que naquele momento ficou cercada de pessoas de diversos grupos. No início ele ministrou aulas e depois passou a se interessar pela administração de Zorei, e se candidatou a representante de

Zorei na Assembleia Francesa, Mariana pensou no filho provocando admiração, aquele filho que caminhava sereno, olhar sério de quem avalia consequências. Grupos tentaram intimidá-los com tiros, queimadas... E Sebastian fora preso pelos franceses por falar de independência, dias depois fora libertado! Estavam em votação representantes para a Assembleia na França de Daoné, o Togo, a Costa do Marfin, o Níger, o Senegal, o Gabão, os Camarões.

Sebastian viajou para a Franca e ao retornar explicou a Mariana que o movimento era mundial. Segui ficou grávida e morreu ao dar à luz a uma menina que se chamaria Mariana. A Avó passou a cuidar da neta. As coisas foram mudando e houve uma Assembleia que foi aprovada e Sebastian se tornou o presidente da república. No dia da posse no palanque enquanto o representante francês baixava a sua bandeira, Sebastian subia uma com duas faixas vermelhas e uma branca, cores de Xangô, houve gritos de alegria. E os soldados africanos e franceses desfilaram em continência a bandeira de Zorei. Depois houve um almoço oficial e no mesmo dia a tarde se definiu os ministros. No dia seguinte o ministério foi convocado para começar os trabalhos, Sebastian era gentil, mas compenetrado nos trabalhos.

Quando convidou a Mãe para saírem juntos para um almoço oficial, esta o indagou se ficava bem. Ele lhe respondeu, claro sou viúvo, aliás a primeira dama é a senhora! Mariana participava de audiências, visitas e representou Zorei. Mariana se habituou a sair toda manhã, visitava a loja, ouvia notícias dos amigos e familiares e voltava para o palácio na hora do almoço, era quando conversava com o filho. Quase sempre com a neta no colo ou amarrada às costas, vejo-a no mês dos seus oitenta anos visitando a Casa da Água com a menina. Ao voltar a Aduni encontrou Sebastian mais magro, pois trabalhava muito. Mas as brigas internas na região se reiniciaram e se intensificaram devido a nomes, etnias e economia...

Mariana soube do nascimento do bisneto e por admiração o Tio lhe deu o nome de Sebastian. Foi visitar o bisneto na Nigéria e recebeu cumprimentos diversos por ser considerada a primeira dama de Zorei. Numa manhã úmida retornou a Uidá, subiu as escadas da Casa da Água e sentou-se um pouco e ouviu no rádio, atenção, atenção um golpe de estado se instalou hoje em Aduni, capital de Zorei. A guarnição da capital e os soldados da guarda presidencial se revoltaram de madrugada, atacaram e prenderam os ministros. Mariana ficou imóvel.... Depois as notícias retornaram, informações que chegaram neste momento é que o movimento está vitorioso, ainda sem confirmação corre a notícia de que o Presidente Sebastian Silva foi morto pelos soldados da guarda do palácio.

Mariana sentiu-se como se levitasse, ouvia os batimentos do coração, levantou-se, olhou na janela e a casa cercada de pessoas. Mandou chamar o chofer, quando entraram em Aduni a cidade estava silenciosa e ninguém nas ruas. Chegou no palácio e falou para os guardas sou a Mãe. Trouxe o corpo do filho para a Casa da Água, foi no baú e escolheu um lençol branco para colocar no filho, pegou a bandeira de Zori e o cobriu, levou o caixão aberto até a cova no areal, em determinado momento achou que tinha muita gente e pediu que se afastassem, as pessoas se afastaram criando um círculo e ela deu um enorme berro.

## 4 A LAVAGEM DA IGREJA NOSSO SENHOR DO BONFIM EM SALVADOR BAHIA - ATRAVÉS DOS TEMPOS

O local onde está situada a Igreja do Nosso Senhor do Bonfim é Salvador, capital do estado da Bahia. Local que segundo censo de 2022, 82% de seus habitantes são afrodescendentes.

Trata-se de descendentes de africanos que na realidade colonizaram o Brasil, através das transformações e reelaborações dos costumes e valores que se desenvolveram e desenvolvem no tempo. Destaque para esta lavagem das escadarias de uma igreja na católica, que passou a aceitar que o grupo africano participasse das suas festividades, onde mulheres com suas vestimentas africanas e com água nos jarros, a lavassem, e no dia seguinte todos participam da missa, na figura 1- mulheres vestidas de baianas na escadaria da Igreja da Conceição da Praia, local que tradicionalmente nos dias atuais se inicia a procissão a Nosso Senhor do Bonfim.

Figura 1 - Baianas vestidas na Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia



Fonte: Lázaro Roberto – 1993. Acervo Zumvi – Arquivo Afro Fotográfico

Segundo reportagem, A Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim (2013),

> a festa articula duas matrizes religiosas distintas, a católica e a afro-brasileira, assim como incorpora diversas expressões da cultura e da vida social soteropolitana. Está profundamente enraizada no cotidiano dos habitantes de Salvador, sendo constituidora da identidade brasileira e manifestação com grande capacidade de mobilização social, existindo uma diversidade de expressões dos grupos que a compõe.

A Festa do Bonfim que atualmente têm vários dias de celebrações, mas, tem entre um dos seus pontos centrais a lavagem da escadaria da Basílica Senhor Bom Jesus do Bonfim, é uma importante data do calendário de Salvador - Bahia. Sendo sua data de celebração móvel, mas comumente no mês de janeiro. Em determinado dia neste mês, baianos fazem um trajeto em caminhada da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia (figuras 2 e 3) até a Basílica Nosso Senhor do Bonfim.

Figura 2 e 3 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia.



http://pelourinhodiaenoite.salvador.ba.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/IMG_9672_1.JPG

http://pelourinhodiaenoite.salvador.ba.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/IMG_8019.jpg

Segundo reportagem sobre a Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim (2013),

> realizada anualmente e sem interrupção, desde o ano de 1745, integra o calendário litúrgico e o ciclo de Festas de Largo da cidade e foi inscrita no Livro de Registro das Celebrações em 2013. Sua origem remonta à Idade Média, na península ibérica e tem fundamento na devoção ao Senhor Bom Jesus ou Cristo Crucificado.

Já na reportagem sobre Festa do Bonfim a maior manifestação religiosa popular da Bahia (2010) entende que o culto, teve início na Igreja de Nossa Senhora da Penha, em 1745. Cerca de 50 anos depois, as mulheres da irmandade de São Gonçalo, com altar lateral na Igreja do Bonfim, passaram a lavar o templo com água perfumada, flores e plantas utilizadas no culto afro-brasileiro, música e dança.

Sobre o número de participantes, há controvérsias mas constata-se um enorme contingente populacional neste evento, no texto "Lavagem do Bonfim reuniu 2 milhões de pessoas", relata que em 2019 esta festividade reuniu 1,2 milhão e em 2020 cerca de 2 milhões de pessoas no cortejo. E acrescenta-se que:

> Há inclusive expressões e rituais agregados e também constitutivos da Festa do Bonfim, como: os Afoxés e grupos musicais que acompanham o Cortejo; os grupos de Capoeira que se apresentam espontaneamente ao longo do percurso e no Largo do Bonfim; os grupos de Bumba-meu-Boi; os Mascarados e a Burrinha; as carroças enfeitadas, puxadas por jegues, que inicialmente levavam a água usada na Lavagem; os rituais que envolvem a Medida do Senhor do Bonfim, fitas de tecido que são amarradas no pulso ou no gradil da Igreja; o cumprimento de promessas por parte dos devotos, as romarias e o depósito de ex-votos em dependência da Basílica. A Festa se completa com as rodas de samba na praça e nas barracas que se distribuem ao longo do percurso e no entorno da Igreja. (Resumo da Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim, 2013, p.5)

Em entrevista realizada com Virginia Nunes Andrade em 27/Dezembro/2023, nascida na Bahia, que vivenciou nos últimos anos boa parte deste trajeto de oito quilômetros até a colina da igreja, ou seja, entre as duas igrejas, temos no seu relato que:

> “A Festa do Sr. do Bonfim, tem o ponto inicial na parte de baixo do elevador Lacerda, pois a Basílica Nossa Senhora da Conceição da Praia fica ao lado. Ali entre o elevador Lacerda e o no Mercado Modelo ficam uma multidão de pessoas, é o ponto de largada digamos. A concentração das baianas é entre seis e sete horas da manhã. Tem o evento católico que é importante, entre 6 e 7 horas da manhã acontece uma missa, onde sai o cortejo.
> A caminhada é muito longa, algumas vão caminhando e voltam de barco. Tem vários barcos que promovem festas, com banda, ingresso, open bar. Tem as pessoas que moram nas ilhas e vão e voltam de barco. (ANDRADE, 2023)

Soma-se que a geografia do estado da Bahia, possibilita o uso comum de barcos, inclusive muitos moradores das ilhas próximas o utilizam diariamente. No livro de (Olinto, 2012) se relata este fato, onde a Avó Catarina preparou a menina, disse que ia com ela a uma festa, as duas tomaram um saveiro, no começo Mariana teve medo e pensou na palavra beru (medo), a vela carregava a embarcação com uma rapidez agradável, desceram num local lotado de pessoas.

Destaca-se a seguir embarcações africanas do antigo Egito. Pois, com possíveis influências históricas de técnicas de navegação do Mediterrâneo ou do Egito Antigo. O modelo do saveiro (figuras 4 e 5) se transformou profundamente na Bahia a partir do século XVI. O graminho equipamento que possibilita a construção do saveiro deve ter chegado ao Brasil no século XVI (https://super.abril.com.br/historia/saveiro-a-risca/), popularizando-se na Baía de Todos-os-Santos e no Recôncavo Baiano.

Já sobre a história de barcos egípcios (Mesquita, 2027) entende que o fato dos antigos egípcios terem se estabelecido como pioneiros na construção naval é algo lógico tendo em conta as cheias anuais do Nilo. Os antigos egípcios se destacaram no desenvolvimento de embarcações fluviais pela importância do rio Nilo, então, a maior ‘estrada’ do mundo antigo e razão de ser do país dos faraós. O egiptólogo Moacir Santos, explica que as velas triangulares (Figuras 6 e 7) dos egípcios surgiram no Reino Antigo, entre 2575 e 2134 a.C. Entretanto, este tipo de vela coexistiu, tal qual, as de forma retangular mais antigas. E continuaram em uso até a época romana.

Figura 4 e 5 - Estrutura de modelo de saveiro - fotografia de estrutura de saveiro real disponível no Museu Afro Brasil em São Paulo – SP.

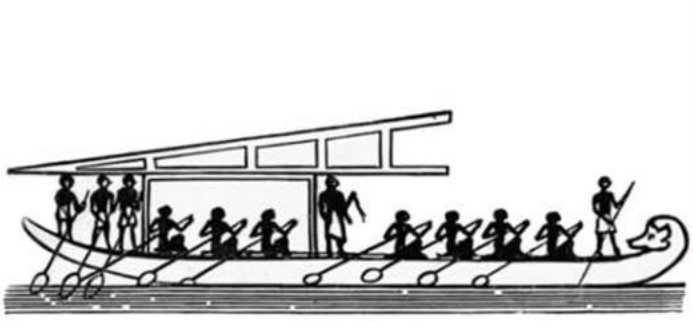


Fonte: Fotografias – Nice Gonçalves 2021

Sobre o formato de velas, (Mesquita, 2027) entende que os egípcios que usavam com mais frequência as velas quadradas, também experimentaram a vela triangular, mas usada com vento a favor. Além disso, a vela era erguida no mastro de ponta-cabeça, ou seja, a parte mais larga ficava acima, a menor, abaixo. Paul Johnson, confirma o fato de que ‘os egípcios desenvolveram as velas triangulares, extremamente eficientes para capturar a brisa suave, porém constante, do norte. Esse tipo de vela ainda é amplamente utilizado nos dias de hoje.

Figura 6 - Desenho de barco egípcio da terceira dinastia.

Figura 7 - Modelo de Saveiro de Vela de Içar





Fonte 6 - https://marsemfim.com.br/wp-content/uploads/2017/10/desenho-de-barco-egipcio-da-terceira-dinastia.jpg.webp

Fonte 7 - https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcQQ6dh8ii2KTumoxWaOrzo3xmD4B53Z-CjqflDVG_ccES25DRRUsR-A-dQ&s=10

Ao se falar dos dias atuais, destaca-se as velas latinas, cuja ‘invenção é atribuída aos árabes do Índico. Mas, são as mesmas velas usadas nas caravelas que trouxeram Cabral ao Brasil, as únicas que

possibilitam navegar contra o vento. Ao que parece, os primeiros a usarem velas latinas, ou seja, triangulares, foram árabes. Mas deve-se levar em conta que por volta de 1500, estimava-se que mais de 10.000 pessoas negras (entre escravizados e livres) viviam apenas na cidade de Lisboa, enquanto o total de africanos que ingressaram em Portugal desde meados do século XV chegava a cerca de 140.000 a 150.000 pessoas. (Citação dos Autores) Há de se levar em consideração este número significativo de africanos e toda a tecnologia trazida de seu continente de origem.

Voltando a entrevista com, Andrade (2023) sobre a Festa do Bonfim, tudo fica muito caro, transporte não há, tem um aspecto caótico neste dia. Na última festa que participei o ano passado, saí às 8 horas de casa e retornei às 17 horas, fomos e voltamos a pé.

Retornando a entrevista e a estratégia usada pela depoente (Andrade, 2023) no dia do evento, temos que:

Eu saio entre oito e nove horas, vou um pouco a frente e encontro um cortejo com menos aglomeração. Tenho um interesse maior pela percussão e a parte pagã da festa. Então, existe algumas possibilidades de descer até o comércio. Em geral eu desço pelo Taboão. Prefiro esperar um pouquinho. Descendo do Taboão eu saio antes da Praça Castro Alves, o percurso é um percurso de 8 Km até a colina.

Agora sobre os diversos grupos que participam da festa:

> Neste percurso existem diversos grupos de pessoas de músicos que tocam no percurso, isso me interessa, tipo a galera de “De Hoje a Oito” aqui do Santo Antônio toca todo ano, tem outros grupos que fazem cortejo dentro do grande cortejo. É uma caminhada longa que parece ser suavizada pela euforia de se participar da festa. (ANDRADE, 2023)

Salvador tem temperaturas que variam entre 25 e 31 graus, com sensação térmica que excedem o bem-estar do ser humano,

> Na altura quando se chega na frente do Corpo de Bombeiros eles dão banho em todo mundo, tem uma energia carnavalesca, é gostosa é um caos. É um banho de mangueira, pois é um calor intenso eles abrem aquela mangueira imensa e molham todo mundo. As baianas sempre vão ao lado, sempre tem uma ao lado. Em alguns momentos o ritmo e mais lento e outros acelerados. Vou sempre em um grupo de amigos, chegamos lá entre onze e meio dia, então a gente passa pelo comércio e quando chegamos a Beira Mar na Ribeira alguns entrem no mar (ANDRADE, 2023)

Entende-se que é uma festa cristã com braços afrodiaspóricos e enredo de festividade,

> tem esta coisa do carnavalesco, é uma festa que ocorre antes do carnaval com um grande estado de euforia. Eu vejo como um cortejo de carnaval, as pessoas vão muito alegres, se protegem do sol com lenços. Bem, muitos fazem a caminhada como um agradecimento de algo

> ou para pedir algo, agora muito fazem Grupos de pessoas que se organizam para ir juntas. (ANDRADE, 2023)

Então após a caminhada se chaga nas escadarias da igreja, Andrade (2023) quando chega na colina tem um ritual para fazer os pedidos, que é o amarrar a sua fitinha na frente da igreja. Por isso tem aquele monte de fitas. Pelo que me lembro esta fita deveria ser dada e não comprada, aqui é comum ganhar fitinhas das pessoas.

No conto de Olinto (2012) os vasos se destacavam contra o céu, e de repente se depara com a igreja. Custaram a subir os degraus, as danças se intensificaram e as saias brancas rodavam pelo adro. Já dentro da igreja a avó tirou do meio da saia um pedaço de casca de coco, jogou água no chão e começou a esfregar o assoalho, outras baianas faziam o mesmo, mas cada uma a seu modo, umas rezavam baixinho, outras cantavam.

### *4.1 Programação da Festa do Senhor do Bonfim em 2025*

Constata-se através das pesquisas que atualmente existem mudanças nesta festividade, mas com uma ampla disseminação e participação da população Soteropolitana.

Nos informes da Basílica Santuário Senhor do Bonfim (conforme, figuras 6 e 7), entre os dias 09 e 18 de janeiro de 2025, sempre às 19h, o Santuário do Senhor do Bonfim da Bahia realizará a novena preparatória para a festa em honra ao seu padroeiro, o Senhor do Bonfim, cuja data solene será celebrada no terceiro domingo do mês, dia dezenove.

Figuras 6 e 7 – Igreja do Senhor do Bonfim



https://bahiareconcavo.com.br/wp-content/uploads/2024/12/bomfim-696x464-1.webp https://anotabahia.com/wp-content/uploads/2024/04/anotabahia-tj-ba-realizara-audiencia-sobre-situacao-envolvendo-igreja-do-bonfim-anotabahia-novena-do-bonfim-vai-homenagear-o-turismo-da-bahia-luanne-ribeiro-ascom-devo-o-do-senhor-do-bonfim-2-.jpg

Há 280 anos entre nós, os festejos de 2025 serão fundamentados na vivência do Jubileu de Esperança – convocado pelo Santo Padre, o Papa Francisco – e o aniversário da chegada da imagem do Senhor do Bonfim, trazida à Bahia em abril de 1745.

Em 2025, as celebrações em honra à Guarda Imortal da Bahia contarão com atos religiosos, culturais e turísticos, como o hasteamento da bandeira da Festa do Senhor do Bonfim; Celebrações Eucarísticas; procissões terrestres e marítima; concentrações arquidiocesanas do Apostolado da Oração, Enfermos e Ministros Extraordinários da Eucaristia; apresentações musicais e quermesses, além da realização da 16ª edição da Caminhada "Lavagem de Corpo e Alma" e a 2ª "Missa no Mar".

Sobre a 16ª edição da Caminhada "Lavagem de Corpo e Alma" iniciada em 2008, passou a integrar a segunda maior manifestação popular da Bahia, a "Lavagem das escadarias da Basílica Santuário do Bonfim do Bonfim", a partir do objetivo de unir a fé e a solidariedade, em prol da obra social que atua na Colina Sagrada há mais de 15 anos: o Projeto Bom Samaritano. A seguir tabela das atividades festivas.

Tabela 1 – Atividades no período das festividades.

| ATIVIDADES DURANTE A FESTA DO SENHOR DO BONFIM | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Novena** | **Dia/ janeiro** | **Dia Semana** | **Horário** | **Atividade** |
| 1° dia | 09 | 5a-feira | 18h30 | Hasteamento da bandeira do Senhor Bom Jesus do Bonfim, na praça do Santuário do Bonfim / Missa |
| 2° dia | 10 | 6a-feira | 19h | Missa / A partir das 18h, haverá quermesse |
| 3° dia | 11 | Sábado | 16h | 16h - Concentração do Apostolado da Oração, 17h - missa campal, 18h – quermesse,19h Novena |
| 4° dia | 12 | Domingo | 6h | 6h - Procissão Marítima, conduzindo a imagem do Senhor do Bonfim, pela Avenida Beira Mar até a Marina da Ribeira. |
| | | | 7h30 | Missa (em frente à Igreja de Nossa Sra. Penha de França). Após, haverá procissão marítima do translado da imagem até o cais do porto (Pça Maria Felipa), onde a imagem será conduzida à Basílica da Conceição da Praia. |
| | | | 19h | Novena |
| 5° dia | 13 | 2a-feira | 14h | Concentração dos Enfermos, oração, 15h missa e 19h novena. |
| 6° dia | 14 | 3a-feira | 14h | Concentração dos ministros de toda Arquidiocese, para uma tarde de oração, às 17 missa, às 19 Novena. |
| 7° dia | 15 | 4a-feira | 9h | Missa devocional |
| | | | 19h | Novena |
| | | | | Dia da Lavagem do Adro da Basílica Santuário do Senhor do Bonfim |
| | | | 7h | 16ª Caminhada "Lavagem de Corpo e Alma", da Conceição da |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 8° dia | 16 | 5a-feira | | Praia até a Colina Sagrada. |
| | | | | Após a chegada da Caminhada, o reitor da Basílica Santuário, transmitirá da janela central do templo religioso uma mensagem e concederá a bênção, apresentando a imagem do Senhor do Bonfim |
| | | | | Dia da Tradicional lavagem do Adro da Basílica Santuário do Senhor do Bonfim - Chegando o cortejo das baianas, acontecerá o ritual da lavagem das escadarias. |
| 9° dia | 17 | 6a-feira | 19h | Novena / 18h, quermesse com barracas e apresentações musicais e culturais |
| 10° dia | 18 | Sábado | 19h | Novena / 18h, quermesse com barracas e apresentações musicais e culturais |
| 11° dia | 19 | Domingo | 5h | Alvorada |
| | | | 10h30 | Missa Solene presidida pelo Cardeal Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese |
| | | | | Indulgência Plenária e acontecerá o descerramento da bandeira. |
| | | | 16h | Igreja de Nossa Senhora dos Mares - Procissão dos Três Pedidos |
| | | | | Na chegada à Colina, com 3 voltas em torno da Basílica Santuário e os 3 pedidos. Encerramento com bênção, queima de fogos de artifício e apresentação musical. |

Fonte: Dados copilados pelos autores

## 5 VISÃO DO LIVRO TRANSFORMA O NOSSO ENTENDIMENTO SOBRE A HISTÓRIA DO BRASIL

Tem livros que nós entramos dentro dele e ele nos eleva a um patamar de participar da história. Casa da Água num requinte de beleza estética da narrativa traz o leitor para dentro da história, sentimento e enorme mescla de culturas. Suas páginas são lidas com o sabor de leveza e bem-estar, demarca a cada instante a revelação das culturas nigeriana e afro-brasileira, produzindo o pertencimento e a identidade. Trata- se de uma narrativa histórica sobre a identidade brasileira redescoberta.

Vale destacar como o escravismo criminoso que beneficiou um grupo da população branca e estraçalhou os demais, mudou rumos e fragmentou o grupo africano que continuamente até hoje tenta se reorganizar no Brasil. O Papa Nicolau V na Bula Romanus Pontifex de 08 de janeiro de 1454 deu a D. Henrique, mesmo antes da revelação oficial da existência do Brasil, onde, o Vaticano estabelece as normas básicas de ação dita como colonizadora, ao regulamentar, com olhos postos ainda na África, as novas cruzadas que não se lançavam contra hereges adoradores de outro Deus, mas, contra pagãos e inocentes em nome de um novo mercantilismo e exploração de bens. Pois, a Etiópia é o primeiro país Cristão com a vinda do Cristo. (Cunha Junior, 2007).

Existe um agrupamento de fatos sobre os povos africanos que contribui para um entendimento da nossa cultura, hábitos, valores e perspectivas de vida (De Jesus; Cunha Junior, 2020).

Nas escolas brasileiras se negligencia falar sobre os africanos, sua contribuição, sua cultura trazida e reelaborada com conhecimento e técnicas diversas aqui para o Brasil. Que após a abolição do escravismo criminoso, entre outros, existiram vários navios que voltaram com africanos e seus descendentes, e/ou que muitos ficaram na própria fazenda que estavam por não saberem da abolição. E outros passaram a andar pelo território tentando se encontrar e buscando trabalho, liberdade e respeito social.

Sobre a abolição da escravatura a data oficial ensinada é sala de aula é de 1888, mas temos que, Moura (2019) nos acrescenta que, algumas províncias decretaram antecipadamente extinta a escravidão em seus territórios, é o caso no Ceará e em Porto Alegre.

Enfim, falar deste enorme grupo social de trabalhadores africanos escravizados que construiu o Brasil no período colônia, com ausência de liberdade; depende de muito perseverança e é fundamental e estrutural para a nossa consciência histórica e para nosso projeto de nação. No romance se abre um leque de possibilidades para revisão da história nacional e da cultura brasileira, na perspectiva dos africanos e descendentes. Figuram a diversidade africana com suas etnias e grupos que produziu o Brasil:

- Os malês que rezavam voltados para meca, a cidade sagrada deles que são os mulçumanos africanos;

- Os iorubás dos mais diversos de Ibadfá, itsequirins de Warri, ibôs de Onitisha homens com longas saias, azuis, amarelas, cor de rosa.

- Os geledés pintam uma série de máscaras de madeira, saem para as ruas com bailarinos que ao som de tambores, dançam para apaziguar os espíritos.

- Os ewes, fons, vodus, grunsis, mahis, e pessoas de cidades como Daomé, da Nigéria, de Zorei e do Togo.

Se explica a transição do período histórico na África, quando se fala da emancipação dos povos africanos invadidos e dominados pelos europeus, e temos no continente Africano uma reorganização e negociação, com a Assembleia na França de Daoné, o Togo, a Costa do Marfim, o Níger, o Senegal, o

Alto Volta, o Gabão, os Camarões e definiu-se o nome do grupo: Grupo Democrático de Zorei. A escolha das cores da bandeira de Zorei (branco e vermelho) se inserido dentro da cultura da população africana local.

E ao se falar da cultura todas as vezes que a protagonista da história faz oferendas a Xangô e dentro da sua residência ter um local reservado para tal. Usar irikis com bons pensamentos. Mas também casar os familiares na igreja católica, sempre lembrar do espírito santo, encomendar os corpos dos falecidos com o padre e fazer uma serenata em memória ao falecido. Tudo é uma mistura daquilo que se viveu e estará registrado nos nossos hábitos e valores. Um ir e vir em África-América-África.

Como o romance é lido no âmbito de disciplinas semestrais, De Jesus (2020); Cunha Junior (2022) a leitura acompanhada por um conjunto de sequências didática que levam a trabalhos de pesquisa e discussões em sala de aula de seis grandes temas, Melo (2020), Ferreira; Rocha; Oliveira, (2016):

- Como são os dados geográficos sobre os lugares e territórios populacionais que são apresentados no romance?
- Quais os contextos históricos tratados no romance e qual conjunto de artigos da história?
- Como se organizaram no Brasil os candomblés e umbandas brasileiros e como eles aparecem no romance?
- Como se organizaram as irmandades negras no Brasil e no continente africano?
- Quais livros tem abordagens semelhantes ou complementares e em que diferem essas abordagens?

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo acima pesquisado é um existir negro diaspórico, pouco comum no imaginário brasileiro.

Pensar as construções e vivências afrodiaspóricas, amplia à análise sociocultural, mas principalmente na relação indivíduo-espaço e de como essas relações são intrínsecas à noção de parentesco, continuidade e apoio mútuo; se faz necessária esta investigação e outras mais, como resgate de existência de 56,8% da população brasileira, como uma construção social, reinventada através do contexto afrodiaspórico e adaptada tanto em território nacional quanto o Nigeriano.

Reitera-se a possibilidade de usar este estruturante escrito: A Casa da Água, como desbravador de algo necessário e positivo para o conhecimento da população brasileira apoiando a Lei 10.639 de 2003.

**REFERÊNCIAS**

Academia Brasileira de Letras. Antonio Olinto. Disponível em: https://www.academia.org.br/academicos/antonio-olinto. Acesso em 11 fev 2025

AMORIM; Liliane Pereira de, TÁRREGA; Maria Cristina V. Blanco, O Acesso à Terra: a lei de terras “1850” como obstáculo ao direito territorial quilombola. Emblemas - Revista da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais - UFG/CAC, v. 16, n. 1, 10 - 23, jan. – jun. 2019 Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/emblemas/article/download/56113/34087/270455. Acesso em 26 jan 2025.

ARANHA, Maria Lúcia de A. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. São Paulo: Moderna, 2006.

ARANTES, José TadeuPortugal porta adentro: Lisboa no século 16. Agência FAPESP. Disponível em: https://agencia.fapesp.br/portugal-porta-adentro-lisboa-no-seculo-16/23667. Acesso em 01 jan 2025

BasílicaSantuário Senhor do Bonfim. Disponível: https://www.santuariosenhordobonfim.com/artigo/2024-12-23programao-da-festa-do-senhor- do-bonfim-2025--divulgada-hoje-23.html. Acesso 31 jan.2025

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BRASIL. Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BUAINAIN, Antônio Márcio (coord.) et al. Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Textos para o movimento negro. 1. ed. São Paulo: Livros em Revista; Editora Edicon, 1992. v. 1, 142 p.

CUNHA JUNIOR, Henrique. História e cultura africana e os elementos para uma organização curricular. Temas em Educação, v. 14, p. 153-185, 2005.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Os negros não se deixaram escravizar: temas para as aulas de história dos afrodescendentes. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, v. 69, p. 1-10, 2007.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Candomblé: como abordar esta cultura na escola. Revista Espaço Acadêmico (UEM), v. 102, p. 97-101, 2009.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Bairros negros: a forma urbana das populações negras no Brasil. Revista da ABPN, n. 4, 2019.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Bairros negros, a forma urbana das populações negras no Brasil: disciplina da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política, v. 10, n. 1, p. s/n, 2020.

CUNHA JUNIOR, Henrique. História dos afrodescendentes: disciplina do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, v. 21, n. 232, p. 99-113, jan./fev. 2022. ISSN 1519-6186.

DE JESUS, Tiago Souza; CUNHA JUNIOR, Henrique. Bairros negros: patrimônio cultural negro em Fortaleza-CE. ID On Line. Revista de Psicologia, v. 14, p. 1045-1059, 2020. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2657. FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Editora Zahar, 2022. 376 p.

FERREIRA, Mário Cézar Alves; ROCHA, Zenaide de Fátima Dante Correia; OLIVEIRA, Marilu Martens. Ensinando história: produção de uma sequência didática sobre as representações do negro no Brasil. Polyphonía, v. 27, n. 1, jan./jun. 2016.

Festa do Bonfim: a maior manifestação religiosa popular da Bahia - Dossiê Festa do Bonfim - PDF. 14 SET 2010. Publicado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie%20Festa%20do%20Bonfim.pdf. Acesso em 31 dez. 2023.

GOMES, Fábio Florenço Gomes. Um Só Destino: Exame Histórico Sobre o Pensamento Educacional e Político de Marcus Garvey (1887-1940). Doutorado em Educação - Universidade Federal do Ceará, 2020.

KENYATTA, Jomo. Facing Mount Kenya: The Traditional Life of the Gikuyu. East African Educational Publishers, 1978, 386 p.

Lavagem do Bonfim reuniu 2 milhões de pessoas. Aloalobahia. Publicado em 17 de janeiro de 2012. Ano: 2019. Disponível em: https://aloalobahia.com/notas/lavagem-do-bonfim-reuniu-2-milhoes-de-pessoas. Acesso em 31 Dez 2023.

MELO, S. C. L. Caderno de sequências didáticas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/13947/2/SUSY_CLEA-CadernoSequenciasDidaticas.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024.

MESQUITA, João Lara. Egípcios e a navegação, potência marítima ao tempo dos faraós. Site: Mar Sem Fim. Caderno: Aprenda. Publicação: 16 de outubro de 2017. Disponível em: https://marsemfim.com.br/egipcios-e-a-navegacao-potencia-maritima-ao-tempo-dos-faraos/. Acesso 20 abr 2025.

MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro. Editora Perspectiva, 2019, 320p.

MUNANGA, Kabengele. Negritude – usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. 121 p.

OLINTO, Antonio. A casa da água. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 389 p. O que é o harmattan? Disponível em: https://spiegato.com/pt/o-que-e-o-harmattan. Acesso em: 04 jan. 2022.

QUEIROZ, E. G. Orixás e a sua complexidade sistêmica com Design, Arquitetura e Urbanismo e Arte no terreiro Axé Ilê Obá em São Paulo. 200p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador – Bahia, 2023.

QUERINO, Manoel. A Bahia de outrora. Salvador. Ed. Progresso, 1946.

RIBEIRO, Maria Luisa S. História da educação brasileira: a educação escolar. 20. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

RESUMO da Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim. Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 20 jan. 2013. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/720/resumo-da-festa-do-senhor-bom-jesus-do-bonfim. Acesso em: 31 dez. 2025.

SANTOS, José Antônio dos. "Intelectuais negros e imprensa no Rio Grande do Sul: uma contribuição ao pensamento social brasileiro". In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (orgs.). RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, pp. 83-99.

MAESTRI, Mario. A pedagogia do medo: disciplina, aprendizado e trabalho na escravidão brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. (Org.). História e memórias da educação no Brasil. v. 1. Petrópolis: Vozes, 2004.

Entrevista: ANDRADE, Virginia Nunes. Lembranças da caminhada até a Igreja do Bonfim. Entrevista concedida a: Eunice Gonçalves Queiroz. 27 dez. 2023.

# Capítulo 2

10.37423/260811253

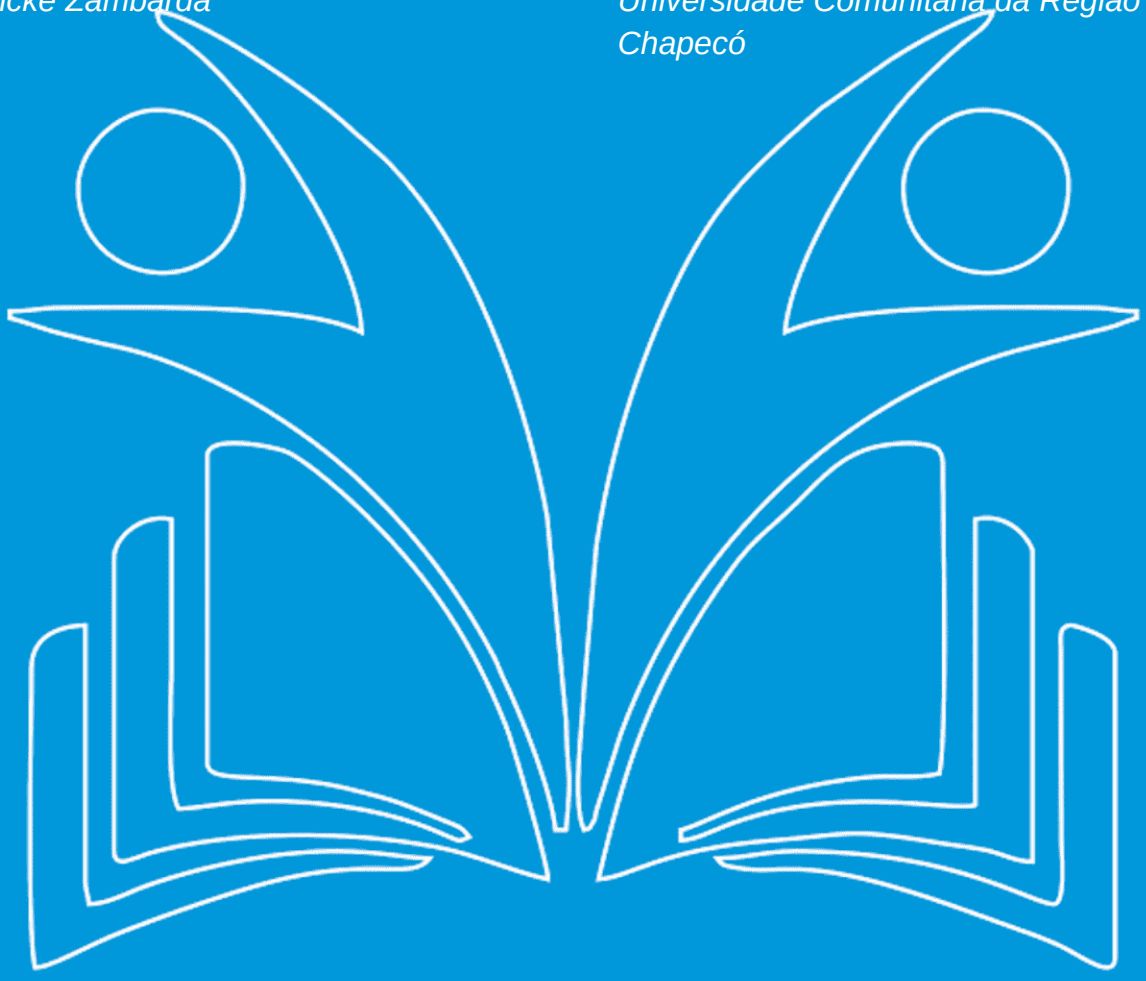
# A GERAÇÃO Z E O MERCADO DE TRABALHO

*Greissy Tressoldi*

*Universidade Comunitária da Região de Chapecó*

*Andrea Bencke Zambarda*

*Universidade Comunitária da Região de Chapecó*



**RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo analisar o que motiva os profissionais da geração Z, no ambiente de trabalho. A importância deste estudo surge, pois, a geração Z se faz presente cada vez mais no mercado de trabalho, é conhecida crucialmente por suas habilidades tecnológicas e sua fluência digital e priorizam a inclusão e a diversidade, valorizando a flexibilidade e o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa e, quanto aos procedimentos, levantamento, que utilizou como ferramenta a coleta de dados a aplicação de questionários aos alunos do curso de Administração da Unochapecó. A partir da aplicação do questionário, totalizou-se 111 respondentes, sendo possível confrontar com as características apresentadas pela bibliografia e conhecer as principais dificuldades da Geração Z no ambiente de trabalho. Como os fatores motivadores desta geração no ambiente de trabalho se destacam a busca por motivação em aspectos como transparência organizacional, que reforça a confiança no ambiente de trabalho, e benefícios que promovam bem-estar e flexibilidade. Além disso, valorizam a presença de mentores para suporte e desenvolvimento profissional, o que potencializa seu desempenho. Fatores como reconhecimento e oportunidades de crescimento rápido também são cruciais, alinhados à sua necessidade de progresso contínuo. A cultura organizacional positiva e inclusiva é outro ponto relevante, influenciando diretamente sua motivação e comprometimento no ambiente corporativo.

**Palavras-chave:** Geração Z. Mercado de trabalho. Gestão de pessoas. Motivação. Carreira.

## 1 INTRODUÇÃO

A evolução do mercado de trabalho é um reflexo das transformações sociais, culturais e tecnológicas que ocorrem ao longo do tempo. Sendo a tecnologia uma das principais impulsionadoras dessas transformações, fazendo-se presente dia após dia, desde as coisas mais simples, como uma ligação, até as mais complexas, como tornar sua casa totalmente inteligente (Brudeher, 2020).

Além das mudanças tecnológicas cada vez mais rápidas, estão presentes no mercado de trabalho diversas gerações. Cada faixa etária passou por um conjunto único de eventos, como acontecimentos mundiais, mudanças tecnológicas, econômicas e sociais, que definiram as suas perspectivas e histórias de vida. A diferença entre as gerações, é a forma de pensar, suas atitudes, seus comportamentos e valores, sua flexibilidade e até mesmo conhecimento técnico, são fontes de vários conflitos que muitas vezes podem ser difíceis de gerenciar (Bencsik; Juhász; Horváthcsikós, 2016).

Atualmente, o mercado de trabalho é composto por três gerações: a Geração X, a Geração Y e a Geração Z. A geração X, como a do pós-guerra, é aquela que lutou muito e aguentou trabalhos nem tão bons para dar melhor vida aos filhos, além de vestir a camisa e ser mais obediente aos superiores. Já a Y, nascida nos anos 80, deu valor ao status, a cargos de liderança e a dinheiro, mas não aceitava tudo, embora respeitasse as hierarquias. A geração Z, por sua vez, busca a satisfação e a valorização, ela pode trabalhar 14 horas do dia, mas precisa sentir-se envolvida (Hermes, 2017).

A dinâmica do mercado de trabalho tem sido amplamente influenciada pelas características e comportamentos da Geração Z, composta por indivíduos nascidos entre meados da década de 1995 até 2010. Essa geração, que cresceu imersa na era digital e na rápida evolução tecnológica, traz consigo uma série de particularidades que impactam diretamente a forma como se inserem e se relacionam no ambiente profissional (Emmanuel, 2020).

A geração que mais vem deixando uma marca significativa no ambiente empresarial, é a Geração Z, pois valoriza a flexibilidade, a autenticidade, o propósito e a inovação em suas atividades profissionais. Além de possuírem uma capacidade de adaptação rápida a novas plataformas e métodos de trabalho (Cidade, 2022).

É crucial para uma organização entender que um ambiente de trabalho positivo é fundamental para o engajamento e o sucesso das atividades. Quando essa importância é reconhecida, as responsabilidades são desempenhadas com mais naturalidade, resultando em crescimento,

estabilidade e motivação para os colaboradores, desta forma, cria-se um ambiente satisfatório para o trabalho. Além disso, considerando a diversidade de hábitos entre as gerações, isso também impacta a relação desses indivíduos com o ambiente profissional, que está se tornando cada vez mais heterogêneo quando se trata da faixa etária dos colaboradores (Robbins, 2015; Martini, 2017).

Este trabalho tem como objetivo analisar o que motiva os profissionais da geração Z no ambiente de trabalho, para tanto foram pesquisados jovens trabalhadores e estudantes da Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

A Unochapecó, fundada em 1971, é uma universidade mantida pela Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (FUNDESTE) e parte do sistema ACAFE, composto por instituições comunitárias sem fins lucrativos. Com campus em Chapecó e São Lourenço do Oeste, ambos em Santa Catarina, a Uno destaca-se pelo corpo docente altamente qualificado e pela diversidade de perfis entre seus alunos, tornando o ambiente universitário propício para estudos.

Com o intuito de compreender as preferências da geração Z no mercado de trabalho, optou-se por realizar a pesquisa com o curso de Administração do campus de Chapecó, dada sua representatividade nesse público e sua contribuição para o desenvolvimento regional sustentável.

Neste contexto, tem-se como problema central desse estudo: Quais fatores motivam a geração Z no ambiente de trabalho?

## 2 REVISÃO TEÓRICA

### *2.1 As diferentes gerações no mercado de trabalho*

Desde 1925, a cada dezoito anos, observa-se o surgimento de um novo grupo com características específicas ligadas ao período em que vivem. Esse intervalo estático, é identificado como gerações, representam indivíduos nascidos na mesma época e constantemente moldados por contextos históricos, eventos sociais e culturais que influenciaram seus comportamentos, motivações e valores (Fantini; Souza, 2015).

Novaes (2018) ressalta que, geralmente, as gerações possuem uma duração média de 25 anos, sendo esse, o período no qual ocorre a modificação do comportamento social de um grupo. No entanto, em

virtude do avanço tecnológico e da sobrecarga informacional, essa temporalidade tem sido reduzida, com um intervalo de apenas 10 anos para uma geração

Tang (2019) propõe uma definição do conceito de gerações em duas perspectivas distintas. A primeira abordagem é mais individualista e está relacionada ao ciclo de vida de uma pessoa, considerando que ela vive e aprende sobre atitudes e valores ao longo de sua vida. Já a segunda abordagem é mais coletiva, relacionando o conceito de geração aos períodos históricos compartilhados vivenciados por grupos de pessoas.

Hermes (2017) defende que o conceito "geração", pertente ao aglomerado de indivíduos com características homogêneas em um determinado período. Cada geração possui seus valores, perspectivas e modo de trabalho, e entender cada uma dessas diferenças é essencial, para que se utilize de estratégias eficientes, com o intuito de promover um ambiente globalizado e produtivo para todos. Atualmente no mercado de trabalho, convivem profissionais de diversas gerações, cada uma delas trazendo suas características únicas e abordagens distintas para o ambiente profissional. Será abordado quatro dessas gerações: os Baby Boomers, a Geração X, a Geração Y, também conhecida como Millennials, e a Geração Z. Cada uma dessas gerações tem moldado o local de trabalho de formas diferentes, influenciando desde a cultura corporativa até as práticas de gestão e expectativas de carreira.

As gerações são distribuídas entre:

**Baby Boomers**

A explosão dos bebês, conhecida como Baby boomers, caracteriza os nascidos entre 1946 e 1964, eles viveram durante um período marcado por grande instabilidade social e por uma preocupação acentuada com as relações internacionais, especialmente devido à disseminação do comunismo em todo o mundo. Essa geração enfrentou uma série de desafios sociais e econômicos significativos (Grubb, 2018).

Emannuel (2020), traz que os baby boomers foram criados no contexto em que a estabilidade no trabalho e na vida eram o sinônimo de sucesso e um dos princípios fundamentais que os norteavam. A segurança para eles era fundamental. Na maioria dos casos, tiveram somente um emprego a vida toda e nele permaneceram até suas aposentadorias. Assim, sentem-se bem-sucedidos e realizados.

As pessoas nascidas entre 1940 e 1960, atualmente são conhecidas como a geração Baby Boomers, esse termo refere-se ao aumento significativo na taxa de natalidade pós Segunda Guerra Mundial, devido ao retorno dos soldados para as suas casas. Diversas características marcam essa geração, dentre as principais estão: a preferência por uma vida estável, uma renda mais consolidada, preza pela qualidade em vez da quantidade, possuem um apreço pela experiencia e tempo de empresa. Esta é a geração mais antiga atuante no mercado de trabalho, sendo eles mais resistentes a mudanças, são acostumados a desenvolver a atividade de tal maneira que dá certo e sofrem na hora das mutações radicais, principalmente quando diz respeito ao meio tecnológico (Hermes, 2017).

**Geração X**

Grubb (2018), estudou também as outras gerações e aborda que a geração X é composta por indivíduos nascidos entre 1965 e 1980, que cresceram em meio a um cenário econômico marcado por diversas crises. Muitos deles foram criados em lares com dupla fonte de renda, já que seus pais saíam para trabalhar pela manhã e os deixavam em casa desamparados, resultando em experiências marcadas pela independência e desilusão em suas vidas.

Os indivíduos que pertencem a geração X (1960 – 1980), foram pioneiros na quebra de diversos paradigmas sociais de sua época, incluindo questões como a aceitação do sexo antes do casamento, participação em festas noturnas, afastamento da religião tradicional, aumento significativo de divórcios e uma maior independência das mulheres (Emannuel, 2018).

Emannuel (2018) completa, os cidadãos dessa fase, foram criados com uma forte valorização do individualismo, da ambição e da dependência em relação ao trabalho. Direcionam seus esforços no ambiente profissional em busca da realização de desejos tanto materiais quanto pessoais, utilizando o trabalho como meio para alcançar seus objetivos.

Embora essa geração mantenha a capacidade de trabalhar em equipe, ela destaca-se por ser mais individualista. São focados em si mesmo e extremamente independentes. Esses indivíduos preferem lideranças baseadas em competências e valorizam a sensação de poder. Além disso, são os primeiros a dominar verdadeiramente o uso do computador (Hermes, 2017).

**Geração Y**

A geração conhecida como Millenials, nascida entre 1981 e 1997, demonstra um forte compromisso com a parentalidade devido à falta de atenção que muitos receberam durante sua própria infância, influenciada pela ascensão da era digital. Essa geração também foi impactada de forma significativa pelas leis destinadas a proteger os jovens, o que por vezes deixou alguns indivíduos com um sentimento de desamparo ao entrarem na vida adulta (Grubb, 2018).

A fase da maioridade é caracterizada por amplas oportunidades educacionais, recompensas imediatas para aqueles que trabalham arduamente, habilidades desenvolvidas para expressar abertamente seus sentimentos em público e uma forte demanda por feedback constante, mostrando um desejo ardente de fazer uma diferença positiva no mundo. Esses aspectos são discutidos por Grubb (2018) como parte da complexa dinâmica que molda a identidade e os valores dessa geração. Os millenials, valorizam o reconhecimento positivo e procuram por empresas que ofereçam flexibilidade e oportunidades de crescimento rápido na carreira. São reconhecidos por sua proatividade e desejo por informações, demonstrando fidelidade aos seus projetos e a importância de equilibrar vida pessoal e profissional. Eles valorizam a sensação de pertencimento ao time, mas também confiam em sua habilidade de acessar rapidamente informações quando necessário, diante de sua lucidez e uso eficiente da tecnologia (Hermes, 2017). Já para Emannuel (2020), a geração Y busca simplesmente a felicidade.

**5.2 Geração Z**

Grubb (2018), a geração Z, iniciada em 1998, é marcada pela tecnologia emergente, como sua característica principal. A primeira a crescer na era dos smartphones e mídias sociais, as quais são consideradas uma segunda natureza para eles. Os benefícios das mídias sociais vão além das amizades pessoais, pois também os capacitam para lidar com ambientes de negócios e promover a socialização de forma ampla e globalizada.

Segundo Dias (2022), não há uma unanimidade em relação ao período exato que marca o início ou o término da geração Z. Entretanto, pode-se observar que este grupo geracional se instaurou aproximadamente na primeira metade da década de 1990 e tem seu término próximo de 2010.

“São nativos digitais e multifuncionais, estão acostumados a receber uma imensidão de informações e, consequentemente, vivem em um mundo de infinitas possibilidades” (Hermes, 2017, p. 40).

Caracterizada por ser uma geração capaz de lidar com diversas tarefas, assim como a geração Y, desenvolveu-se em um ambiente rodeado por tecnologia e abundância de informações. Além de seu forte espírito criativo e empreendedor, é capaz de introduzir novas soluções e ideias para desafios que anteriormente eram abordados por métodos tradicionais, resultando em inovações nos processos existentes (Saltoratto et. al, 2019).

Essa geração possui uma perspectiva distinta sobre interações sociais, optando muitas vezes pela comunicação virtual por meio das redes sociais, em contraste com o convívio presencial tradicional. (Bevilacqua et al. 2016)

De acordo com Emmanuel (2020, p.10):

> Essa geração nasceu junto com os computadores. Desde pequenos já foram familiarizados com o modo operante dos meios digitais, puderam acompanhar toda modernização dos aparatos eletrônicos e já possuem no seu "DNA" as grandes mudanças de comportamento e relacionamento trazidas pela era tecnológica.

Emmanuel (2020), completa dizendo que muitas pessoas que nasceram nesse período são as primeiras a crescerem em um ambiente onde a tecnologia está extremamente presente desde a sua criação. Ele também compara neste quesito a geração Y e a geração Z, e conclui que os nascidos a partir de 1995 já cresceram familiarizados com as questões tecnológicas desde o nascimento.

Essa geração, se destaca pelo imediatismo, otimismo, sua habilidade em fazer diversas tarefas ao mesmo tempo e a busca pela satisfação no trabalho, optando por fazer o que gostam e enfrentando desafios para alcançar o sucesso almejado. Devido a esse confronto, às vezes são taxados como imprudentes, pois tomam decisões consideradas arriscadas no mercado de trabalho (Cidade, 2022).

"Os jovens da Geração Z se acostumaram a interagir e se comunicar em um mundo que está conectado o tempo todo" (Turner, 2015, p.105).

Essa geração valoriza a autonomia no ambiente de trabalho, pois acredita na necessidade de demonstrar resultados e provar seu valor. Mas, também reconhece a importância de ser ensinada e orientada, pois está acostumada a ser guiada em todas as áreas da vida, seja na educação ou na família, sendo que essa linhagem demonstra excelentes habilidades de escuta. Surpreendentemente, a Geração Z prefere interações presenciais no trabalho em vez de mensagens ou e-mails. Sua familiaridade com redes sociais e mensagens instantâneas torna a comunicação presencial mais rica e propícia para construir relacionamentos genuínos (Saltoratto et. al 2019).

Emmanuel (2020), aborda o conceito de "all-line", onde esses jovens buscam imediatismo em todas as suas atividades. Eles realizam maior parte de suas tarefas escolares e acadêmicas diretamente no meio digital, acessando aulas, fazendo pesquisas online, enviando e recebendo trabalhos de casa, e colaborando em grupos de trabalho online.

Essa geração incorporou totalmente as tecnologias de informação e comunicação no seu cotidiano, utilizando-as não somente como essenciais para suas atribuições diárias, mas também para estudos e desenvolvimento de suas relações sociais. Com a pandemia do Covid-19, que afetou e mudou a rotina do mundo todo, instaurou-se o trabalho remoto, e os jovens da geração Z, passaram a ter uma influência muito maior na comunicação e na cultura em geral, indo muito além de gírias, memes e abreviações. Essa geração, prefere o contato informal, mensagens rápidas em vez de e-mails, por exemplo. O que representa um certo desafio para gerações anteriores, pois estão acostumadas a estabelecer as regras tradicionais de comunicação profissional (Dias, 2022).

Como citado anteriormente por Cidade, Emannuel (2020) reforça a questão do imediatismo, essa geração procura respostas instantâneas na realidade, refletindo o ritmo rápido de pensamento e ação que desenvolveram no ambiente virtual para lidar com o excesso de informações e estímulos diários. Além disso, a competição é um fator significativo para os jovens da Geração Z, que se cobram intensamente.

Embora seja inegável a contribuição positiva que essa geração traz para o mundo profissional, todo o fenômeno apresenta aspectos adversos. Dias (2022), alguns comportamentos negativos observados pelos líderes são o uso constante da internet e do celular, a busca pela ascensão na organização e o imediatismo

Colet e Mozzato (2019), reforçam as complexidades apresentadas por Dias, e apresentam outras, sendo elas: o aumento salarial imediato, a falta de comprometimento, a dificuldade de compreender as hierarquias.

Outro traço marcante dessa geração é a alta rotatividade, a maioria de seus membros, almeja crescimento e oportunidades em uma carreira rápida e estruturada, portanto, se as empresas conseguirem ofertar isso aos indivíduos pertencentes a essa geração, irão aumentar a retenção e a fidelidade deles com a empresa (Saltoratto et. al 2019).

Dias (2022), afirma que a geração Z é criteriosa quando o assunto é suas condições de trabalho, eles buscam por oportunidades que ofereçam maior flexibilidade, permitindo que tenham uma harmonia entre a vida pessoal e profissional.

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa foi desenvolvida com jovens nascidos em meados de 1990 até 2010, pertencentes a Geração Z, de acordo com Emmanuel (2020), que sejam trabalhadores e estudantes do curso de Administração da Uno Chapecó.

Quanto a abordagem do problema, caracteriza-se como abordagem quantitativa. Essa abordagem define-se a partir de instrumentos estatísticos, garantindo uma precisão de resultados, evitando distorções na hora da análise e interpretação da pesquisa. Geralmente essa análise se dá acompanhada de um survey para melhor entender o comportamento de uma população (Beuren, 2012).

Beuren (2012), apresenta que a pesquisa descritiva, que caracteriza o objetivo principal é um estudo que representa o meio termo entre a pesquisa exploratória e explicativa, não sendo tão básica e nem tão aprofundada. A pesquisa descritiva basicamente irá identificar, relatar e comparar.

Quanto aos procedimentos foi utilizado o levantamento, que de acordo com Gil (2022), o levantamento ou survey caracteriza-se pela indagação direta das pessoas de quem queremos entender determinadas ações. Primeiro questiona-se as informações ao grupo que irá representar o estudo sobre o assunto, e depois a pesquisa é analisada para obter-se as devidas conclusões.

O estudo também se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, uma vez que foram levantadas as principais características da geração foco do estudo na bibliografia e, confrontadas as características da amostra estudada.

Visando atender ao objetivo do estudo, foi mapeada como amostra, os estudantes do Curso de Administração da Unochapecó, pertencentes a geração Z e que trabalhem. No total, o Curso tem 163 estudantes para os quais foi encaminhado o instrumento de pesquisa, configurando-se assim uma amostra probabilística.

Para Beuren (2012), a composição da amostra é uma pequena parte da população ou do universo selecionada. De acordo com Labes (1998), a amostra probabilística é resultado de cálculos estatísticos,

onde cada elemento da população possa ser representado em uma amostra, possuindo uma margem de erro, chamada de erro amostral.

Diante disso, a margem de erro aproximada desta pesquisa é de 6%, apresentando 94% de confiabilidade na pesquisa, totalizando em 103 respondentes, que cumpriam os critérios de serem pertencentes a geração Z e atuarem no mercado de trabalho.

Nesta pesquisa foi utilizado o questionário eletrônico, formulado e aplicado por meio da ferramenta virtual google forms, com questões objetivas de múltipla escolha, com o auxílio da coordenação do curso de administração foi enviado a todos os acadêmicos matriculados no segundo semestre do ano de 2024, no período de 01 a 31 de outubro de 2024, passando nas salas do curso de Administração, explicando do que se tratava e solicitando que os alunos respondessem.

Como essa pesquisa foi quantitativa, os resultados são precisos e requerem análises descritivas. Beuren (2012), apresenta que a análise descritiva não é tão aprofundada e nem tão preliminar, ela identifica e relata os dados coletados, este tipo de análise se preocupa em descobrir e investigar as características de determinadas variáveis, neste caso, da Geração Z. Para facilitar e tabular os resultados obtidos através do questionário aplicado, foi utilizado o Excel.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A seguir apresentam-se os dados coletados e as análises realizadas visando atender aos objetivos do estudo.

### *4.1 Características da Geração Z*

Esta pesquisa, tem como objetivo principal analisar, o que motiva os profissionais da geração Z, no mercado de trabalho. Como primeiro objetivo, este estudo tem a intenção de “Mapear as características da Geração Z”. A partir de referências teóricas, encontradas na primeira parte deste projeto, foi possível construir a tabela comparativa entre as últimas quatro gerações, destacando suas características principais em relação ao período de nascimento, eventos que influenciaram suas tendências, traços comportamentais, objetivos no trabalho, relação com tecnologia e comunicação, pontos fortes e pontos fracos no ambiente de trabalho.

Tabela 1: Comparativo entre as características das gerações

| Geração | Baby Boomers | Geração X | Millennials | Geração Z |
|---|---|---|---|---|
| **Período** | 1946-1964 | 1965-1980 | 1981-1997 | Aproximadamente 1995-2010 (início incerto) |
| **Evento Tendência** | Baby Boom após a Segunda Guerra Mundial (Grubb, 2018) | Crises econômicas, lares com dupla renda (Grubb, 2018; Emannuel, 2018) | Ascensão da era digital, proteção aos jovens (Grubb, 2018) | Crescimento com smartphones e mídias sociais (Grubb, 2018; Dias, 2022) |
| **Traços e Características Gerais** | Preferência por estabilidade, resistência a mudanças (Hermes, 2017; Emannuel, 2020) | Independência, individualismo, ambição (Grubb, 2018; Emannuel, 2018) | Desejo de fazer diferença, busca por equilíbrio pessoal (Grubb, 2018; Hermes, 2017; Emannuel, 2020) | Nativos digitais, multifuncionais, imediatistas, criativos (Hermes, 2017; Saltoratto et al., 2019; Emmanuel, 2020) |
| **Objetivos de Trabalho e Carreira** | Estabilidade e segurança no emprego (Emannuel, 2020) | Realização pessoal e material, foco no trabalho (Grubb, 2018; Emannuel, 2018) | Reconhecimento, flexibilidade, crescimento rápido (Grubb, 2018; Hermes, 2017) | Satisfação no trabalho, crescimento rápido, flexibilidade (Cidade, 2022; Saltoratto et al., 2019; Dias, 2022) |
| **Comunicação e Tecnologia** | Métodos tradicionais, resistência a novas tecnologias (Hermes, 2017) | Pioneiros no uso do computador (Hermes, 2017) | Proatividade, uso eficiente da tecnologia, feedback constante (Hermes, 2017; Grubb, 2018) | Comunicação informal e imediata, valorização das interações presenciais (Saltoratto et al., 2019; Dias, 2022; Turner, 2015) |
| **Pontos Fortes no Trabalho** | Experiência, lealdade, comprometimento (Hermes, 2017) | Independência, foco em resultados, domínio de tecnologia (Hermes, 2017) | Proatividade, inovação, equilíbrio entre vida e trabalho (Hermes, 2017; Grubb, 2018) | Inovação, rápida adaptação tecnológica, criatividade (Saltoratto et al., 2019; Emmanuel, 2020; Turner, 2015) |
| **Pontos Fracos no Trabalho** | Resistência a mudanças, especialmente tecnológicas (Hermes, 2017) | Individualismo, foco excessivo em ambições pessoais (Hermes, 2017) | Dependência de feedback, sentimento de desamparo inicial (Grubb, 2018; Emannuel, 2020) | Imediatismo, alta rotatividade, dificuldade com hierarquias (Cidade, 2022; Colet & Mozzato, 2019; Dias, 2022) |

Fonte: Elaborado pela acadêmica (2024) com base nos autores citados.

### *4.2 Confrontar as características da geração Z da amostra pesquisada com a bibliografia sobre o assunto.*

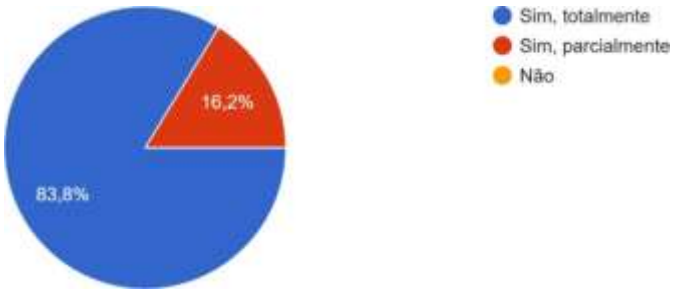
Os dados coletados que respondem aos objetivos subsequentes do trabalho foram coletados por meio de um questionário encaminhado via google forms aos estudantes do Curso de Administração da Unochapecó.

O questionário não foi respondido por todos os estudantes do curso, ele contou com a reposta de 123 pessoas, destas 119 são da geração Z, nascidos entre 1998 até 2010. As outras 4 respostas foram

desconsideradas, visto que o objetivo é estudar os jovens da geração Z. Das 119 respostas, 111 foram selecionadas para análise após exclusão de respostas que não atendem aos critérios da amostra, de respondentes que não fazem parte da Geração Z e não trabalham. Esses dados foram fundamentais para compor o perfil dos jovens desta geração do curso de Administração da Unochapecó, evidenciando suas principais motivações, desafios e expectativas em relação ao mercado de trabalho.

A geração Z cresceu em um mundo cada vez mais digitalizado, no qual a tecnologia se tornou parte essencial de quase todas as esferas da vida cotidiana, incluindo o ambiente de trabalho. Essa geração, conhecida por sua adaptabilidade tecnológica e afinidade com inovações, tende a valorizar ferramentas digitais que facilitam a comunicação, o acesso à informação e a realização de tarefas com eficiência. Em um contexto profissional, a tecnologia não é apenas um suporte, mas uma necessidade para jovens que desejam se manter competitivos e atualizados.

Gráfico 1: Tecnologia no dia a dia de trabalho



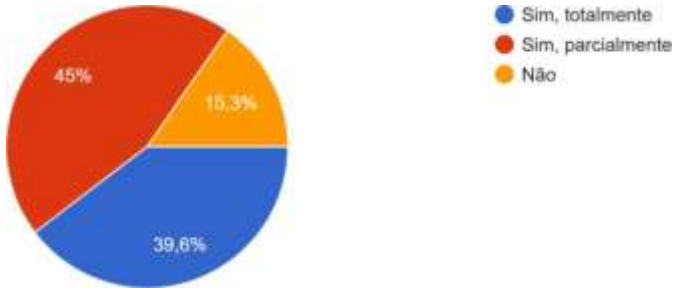

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

No gráfico apresentado, observa-se que a grande maioria dos respondentes considera a tecnologia uma parte essencial no dia a dia de trabalho, com uma expressiva predominância de respostas afirmativas. Esse dado indica que os jovens da geração Z veem as ferramentas digitais como componentes fundamentais para o bom desempenho de suas atividades profissionais.

Esse resultado destaca a importância da tecnologia no contexto profissional da geração Z, corroborando a visão de autores como Costa (2014), que apontam para a transformação tecnológica como um dos principais pilares da experiência profissional dessa geração. Para atrair e reter esses jovens talentos, as empresas precisam investir em ferramentas e recursos digitais que facilitem o trabalho, promovam a inovação e atendam às necessidades de uma geração que valoriza o uso da tecnologia como parte essencial de sua rotina laboral.

A tecnologia está profundamente entrelaçada com a rotina de trabalho da Geração Z, trazendo consigo benefícios, mas também distrações potenciais. No ambiente profissional, redes sociais e aplicativos de comunicação instantânea frequentemente se tornam uma ferramenta de trabalho, facilitando a interação e a troca de informações. No entanto, esses mesmos recursos podem representar uma fonte de distração, o que levanta questões sobre o impacto dessas ferramentas na produtividade e no foco dos profissionais. Manter o equilíbrio entre o uso produtivo e o uso excessivo das redes é um desafio crescente, especialmente para uma geração que cresceu em um mundo tecnológico.

Gráfico 2: Uso constante da tecnologia no ambiente de trabalho




Fonte: Dados da pesquisa (2024)

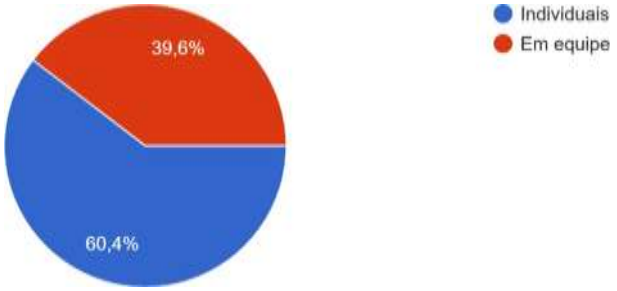
A questão que corresponde o gráfico acima, indaga sobre as redes sociais e a perturbação na produtividade do dia a dia de trabalho. Pouco mais de 40% responderam que considera as tecnologias parcialmente prejudiciais quando se trata de produtividade no ambiente profissional.

Como apontado por Marques (2015), o ambiente de trabalho atual exige que as organizações e seus colaboradores se adaptem às tecnologias, ao mesmo tempo em que estabelecem limites para seu uso. A distração causada pelas redes sociais pode afetar o desempenho e a concentração, tornando essencial que profissionais encontrem formas de gerenciar essas interrupções. Assim, mesmo reconhecendo a utilidade das redes sociais no ambiente de trabalho, é vital manter práticas que minimizem sua interferência na produtividade.

A Geração Z tem uma forte preferência por ambientes de trabalho colaborativos, onde o trabalho em equipe e a troca de ideias são incentivados. Esse ambiente é visto como positivo para a criatividade e para o aprendizado (Saltoratto et al., 2019). A maneira como a Geração Z encara o trabalho e interage com ele revela características de adaptação e independência, moldadas por um contexto tecnológico e social dinâmico. Ao mesmo tempo em que essa geração valoriza a flexibilidade e a inovação, observa-se uma crescente valorização de espaços que incentivem tanto a autonomia quanto a cooperação. Esses jovens, ao ingressarem no mercado, trazem consigo uma visão que, embora valorize a

individualidade, reconhece a importância de ambientes colaborativos para alcançar objetivos em dentro das organizações.

Gráfico 3: Forma de trabalho preferida pelos respondentes



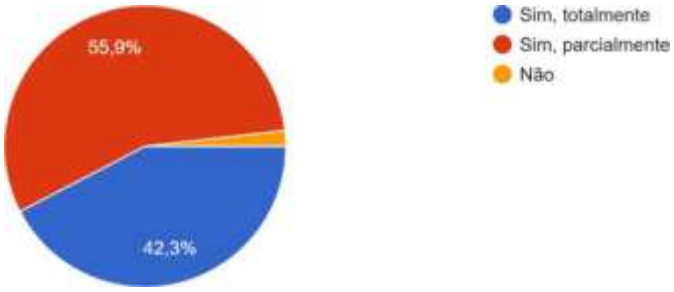

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

O gráfico indica que maior parte dos respondentes, da Geração Z do Curso de Administração, preferem atividades de maneira individual. Dado que se opõe ao que diz Turner (2015), quando afirma que o trabalho em equipe é valorizado por esse grupo de jovens.

Isso pode ocorrer devido a diversos fatores, desde o contexto familiar, onde os jovens, frequentemente vem sendo criados em famílias menores, como filhos únicos, assim como o desenvolvimento de entretenimento ser via telas, afinal, Hermes (2017) os nomeia como nativos digitais, devido seu crescimento ter sido em meio as ferramentas tecnológicas, até as considerações dos pós millenials, de acordo com Saltoratto et. al (2019), a geração Z valoriza a autonomia no ambiente de trabalho, podendo também ser um fator estimulante para que essa geração prefira trabalhar de maneira individual. Porém, Marques (2015) reforça que, mesmo em uma cultura que valorize a autonomia, o equilíbrio entre trabalho individual e colaborativo é importante para a construção de um ambiente de trabalho mais dinâmico e produtivo.

Quanto ao comportamento dos jovens da Geração Z, que trabalham e cursam Administração, se percebem como multitarefas. No gráfico, entre 111 respondentes, a maioria, representando 55,9%, declarou que consegue realizar várias tarefas parcialmente. Já 42,3% se consideram plenamente multitarefas, enquanto uma minoria optou por "não".

Gráfico 4: Capacidade de realizar mais que uma tarefa ao mesmo tempo



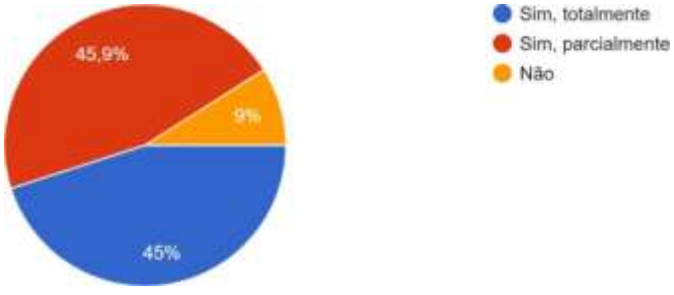

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Essa tendência reflete o perfil dinâmico e adaptável da Geração Z, que, de acordo com Turner (2015), possui uma inclinação natural para realizar múltiplas atividades devido à convivência com tecnologias digitais. Isso pode ser um diferencial para a geração no mercado de trabalho atual, onde a capacidade de realizar multitarefas é cada vez mais valorizada.

Como destaca Saltoratto et al. (2019), a Geração Z busca constantemente equilibrar múltiplas responsabilidades, o que se alinha com a flexibilidade exigida nas empresas modernas, especialmente em funções que demandam alta adaptabilidade.

Em termos de delegação de tarefas, há de se considerar que a capacidade de delegar tarefas é uma habilidade fundamental no ambiente de trabalho, pois contribui para a produtividade e o desenvolvimento de equipes. Para a Geração Z, que valoriza a autonomia e a flexibilidade, delegar pode representar um desafio, especialmente em ambientes onde a hierarquia e o controle ainda são comuns.

Gráfico 5: Perfil de delegação dos respondentes



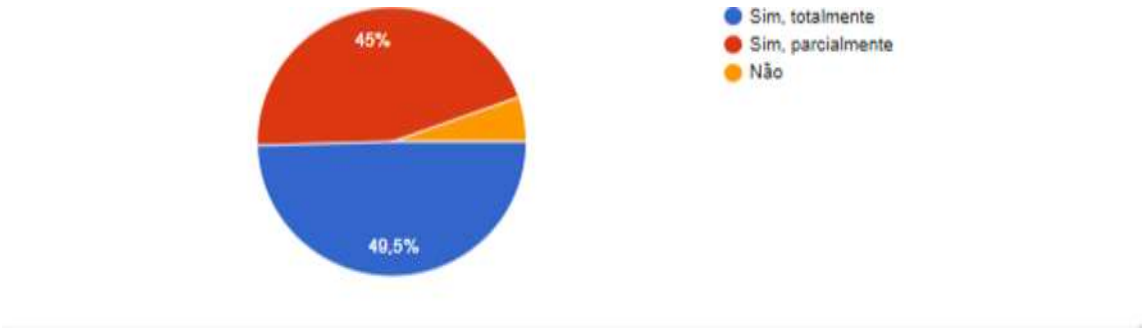

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Conforme os dados apresentados no gráfico, 45% dos respondentes afirmaram se sentir totalmente confortáveis em delegar tarefas, enquanto 45,9% responderam que se sentem parcialmente confortáveis. Esses resultados sugerem que a maioria da Geração Z está relativamente confortável em delegar, embora exista uma parcela significativa que faz isso apenas parcialmente.

O resultado da pesquisa se opõe ao que traz a bibliografia, que aborda que a Geração Z, embora mais aberta à colaboração, ainda pode ter dificuldades em delegar plenamente devido ao desejo de controle e ao imediatismo em resultados. Colet e Mozzato (2019) apontam que "a Geração Z, em sua maioria, busca resultados rápidos e tende a preferir fazer o trabalho por conta própria, caso perceba demora ou falta de eficiência dos outros" (COLET; MOZZATO, 2019, p. 79). Essa característica reflete uma necessidade de balancear confiança e eficiência no ambiente de trabalho.

Quanto a capacidade de adaptação às mudanças, a Geração Z, conhecida por sua alta capacidade de adaptação e flexibilidade, cresceu em um contexto de rápidas transformações tecnológicas e sociais. Isso moldou uma mentalidade aberta a novas práticas e estruturas organizacionais, tornando-os mais preparados para lidar com mudanças frequentes no cenário profissional (Turner, 2015; Saltoratto et al., 2019). A adaptação é, assim, uma habilidade valorizada e presente entre os jovens, que buscam ambientes dinâmicos e inovadores

Gráfico 6: Capacidade de adaptação a mudanças constantes no ambiente de trabalho




Fonte: Dados da pesquisa (2024)

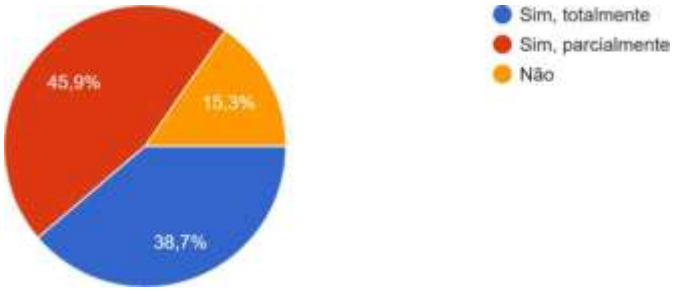
No gráfico 06, é possível observar que a maioria dos jovens da Geração Z, estudantes do curso de administração, consideram-se adaptáveis a mudanças constantes no ambiente de trabalho. Mesmo que parcialmente, eles sentem-se adaptáveis a mudanças no ambiente de trabalho.

Essa percepção de adaptabilidade entre os jovens da Geração Z reforça a característica de flexibilidade, apontada como essencial para seu sucesso no mercado de trabalho atual. Segundo Emanuel (2020), a geração Z, tem a capacidade de adaptação, e isso é um diferencial competitivo que lhes permite prosperar em ambientes de trabalho que demandam constante renovação.

A Geração Z, caracterizada como nativa digital, cresceu em um mundo de respostas rápidas e acesso imediato a informações, moldando seu comportamento e expectativas no ambiente de trabalho. Esse imediatismo, presente tanto na comunicação quanto na resolução de tarefas, reflete uma preferência

por resultados ágeis e por processos mais dinâmicos. Para essa geração, a agilidade é uma prioridade, o que muitas vezes pode entrar em conflito com as estruturas organizacionais tradicionais e processos mais lentos (Saltoratto et al., 2019).

Gráfico 7: Imediatismo como característica no ambiente de trabalho



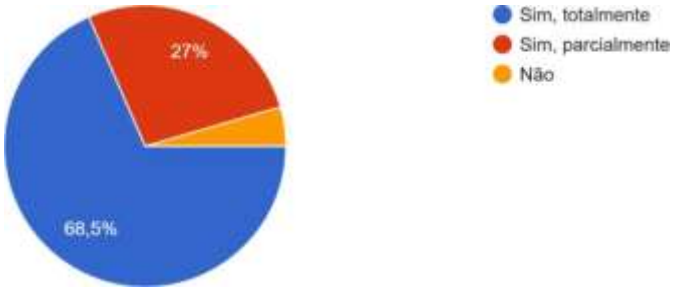

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

No gráfico acima, mais de 82% dos jovens da Geração Z, responderam que consideram como característica deles no ambiente de trabalho, o imediatismo, mesmo que de maneira parcial. Neste gráfico, a busca por resultados ou respostas de forma imediata, é considerada pela Geração Z de maneira praticamente total.

De acordo com Emannuel (2020), considerar-se imediatista é uma característica comum entre os jovens da Geração Z, que priorizam resultados rápidos e preferem ambientes que valorizem a eficiência. Conforme indicado por Dias (2022), a Geração Z busca agilidade e flexibilidade, considerando processos que acompanhem seu ritmo acelerado e sua habilidade de adaptação. Essa abordagem torna o imediatismo uma marca dessa geração no ambiente de trabalho, embora traga agilidade na tomada de decisões e resolução das demandas, pode levar a decisões impulsivas e falta de planejamento estratégico, comprometendo a qualidade dos resultados. Portanto é importante saber equilibrar o imediatismo, para que sejam evitados resultados negativos.

Segundo Dias (2022), a Geração Z valoriza intensamente o equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal ao considerar oportunidades de emprego. Esse foco no equilíbrio reflete uma mudança geracional, onde o trabalho não é mais visto apenas como uma fonte de renda, mas como uma parte integrada à vida pessoal e ao bem-estar.

Gráfico 8: Carreira e bem-estar na escolha do emprego



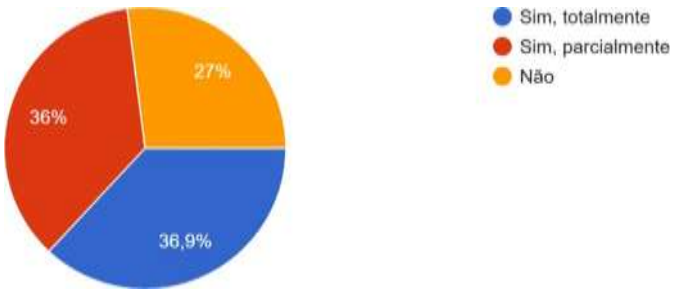

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

O gráfico mostra que a geração Z busca um equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal, na hora de aceitar um emprego. Conforme as respostas, mais de 68% dos respondentes da geração Z, levam totalmente em consideração o equilíbrio entre suas atividades profissionais e a privacidade na hora de tomar a decisão para aceitar um emprego.

O interesse da Geração Z em manter um equilíbrio entre vida profissional e pessoal representa uma demanda por ambientes de trabalho que respeitem seus limites e promovam flexibilidade. Segundo Saltoratto et al. (2019), a Geração Z tende a buscar empregados que valorizam o bem-estar e ofereçam condições de trabalho que permitam o equilíbrio entre vida e carreira, o que vai ao encontro de Dias (2022). Reforçando a necessidade de práticas organizacionais adaptadas à expectativa dos jovens, que buscam não apenas sucesso profissional, mas também qualidade de vida fora do ambiente profissional.

A Geração Z é reconhecida pela inovação e pela capacidade de adaptação em ambientes de mudança rápida, características que são especialmente valorizadas no mercado de trabalho atual. No entanto, em muitos casos, esses jovens profissionais podem sentir que suas ideias e contribuições não são plenamente valorizadas devido à sua idade, o que pode gerar frustração e impacto na motivação. Este sentimento de desvalorização, pode influenciar em como a Geração Z se sente acolhida e integrada nas empresas.

Gráfico 9: Subestimação de ideias e sugestões devido a idade



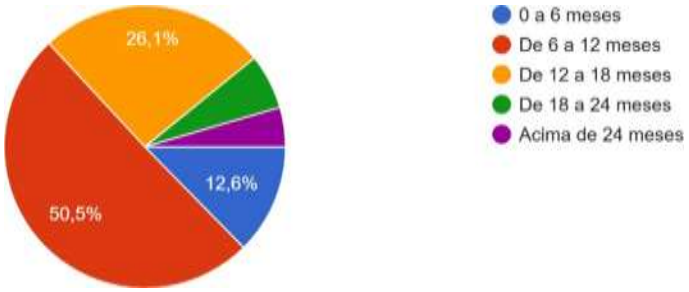
Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Quando se questiona sobre subestimar ideias e sugestões por conta da idade, observa-se no gráfico quase um empate entre duas respostas, porém, grande parte da Geração Z, mesmo que parcialmente, concorda já ter sentido que suas ideias não foram validadas por conta da sua idade.

Conforme Oliveira, Oliveira e Sawitzki (2018), o clima organizacional é significativamente moldado pela percepção dos colaboradores sobre seu valor dentro da empresa. Quando os colaboradores sentem que suas opiniões e ideias são subestimadas, o ambiente de trabalho tende a se tornar menos acolhedor, impactando a motivação e a produtividade. Chiavenato (2021) também aponta que a cultura organizacional e o comportamento organizacional influenciam diretamente o engajamento e a satisfação dos funcionários. Dessa forma, reconhecer e valorizar as ideias dos jovens talentos, independentemente da idade, é essencial para fortalecer um ambiente organizacional mais inclusivo e produtivo.

A Geração Z, que está entrando no mercado de trabalho com novas expectativas, tem uma visão particular sobre o tempo adequado para reconhecimento e crescimento profissional. Marcada pela velocidade com que se adaptam a mudanças e pela busca constante por desenvolvimento, essa geração tende a esperar que as empresas acompanhem seu ritmo, ajustando o tempo de progressão e revisão salarial para atender à necessidade de reconhecimento contínuo.

Gráfico 10: Prazo adequado para progressão salarial




Fonte: Dados da pesquisa (2024)

No gráfico 10, os estudantes do curso de administração, que fazem parte da Geração Z, consentem em mais de 50% que o tempo adequado para a empresa realizar a progressão salarial é de 6 a 12 meses.

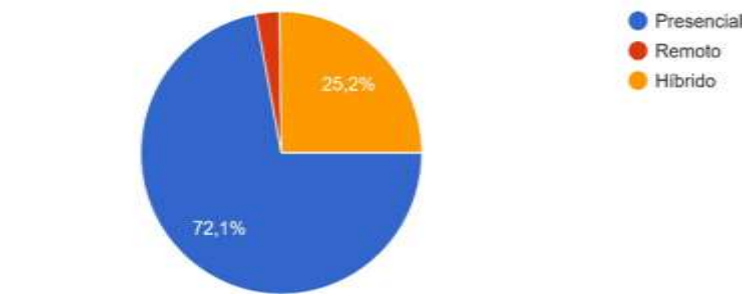
De acordo com Chiavenato (2021), o comportamento organizacional é moldado pela cultura da empresa, que deve equilibrar as necessidades dos colaboradores com as práticas de gestão para manter um clima positivo. Oliveira, Oliveira e Sawitzki (2018) afirmam que a cultura organizacional, ao

alinhar expectativas de crescimento e reconhecimento com a estrutura de progresso, influencia a motivação dos funcionários. Assim, ao considerar uma frequência mais rápida para revisões salariais, a Geração Z demonstra seu desejo de alinhar expectativas de carreira com a valorização constante de seu trabalho e contribuição.

### *4.3 Percepção dos profissionais, jovens da geração z, frente a aspectos do clima organizacional.*

A Geração Z, apesar de ter crescido em uma era de transformação digital, ainda valoriza aspectos do trabalho presencial. Esse fenômeno pode estar relacionado à necessidade de interação social, ao fortalecimento de laços profissionais e à troca de experiências com colegas, elementos frequentemente encontrados no ambiente de trabalho físico.

Gráfico 11: Preferência por ambiente de trabalho



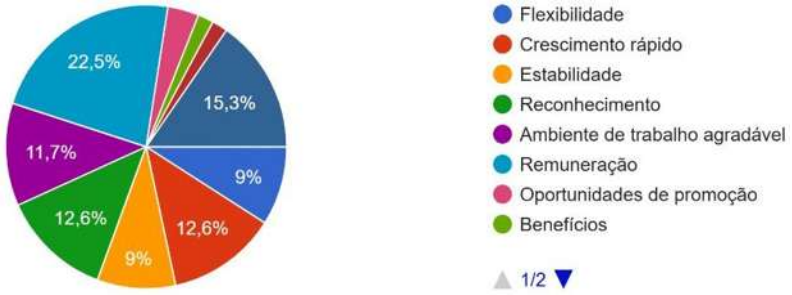

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

O maior número de respostas no gráfico anterior foi para a modalidade presencial, isto quer dizer que maior parte dos estudantes, jovens da geração Z, do curso de administração, preferem trabalhar de forma presencial. A convivência e o contato diário com colegas e líderes podem oferecer uma sensação de apoio, fator que contribui para o desenvolvimento profissional e pessoal.

Para Chiavenato (2021), o comportamento organizacional é moldado pelas interações entre as pessoas e o ambiente, que influenciam tanto na adaptação quanto na motivação. A escolha pelo trabalho presencial pode, assim, ser interpretada como uma preferência pela conexão humana, que reforça o sentido de coletividade dentro das organizações. Segundo Oliveira, Oliveira e Sawitzki (2018), a cultura organizacional, incluindo o ambiente físico, impacta diretamente a experiência dos colaboradores, proporcionando um espaço onde as interações e os relacionamentos são valorizados, promovendo uma cultura de apoio e cooperação.

No contexto atual do mercado de trabalho, a Geração Z apresenta expectativas e prioridades únicas ao buscar oportunidades profissionais. Valorizando aspectos como reconhecimento, desenvolvimento pessoal e uma trajetória de crescimento rápida, esses jovens demonstram um desejo de impacto e realização imediatos. Essa geração, criada em um ambiente de rápida evolução tecnológica e social, busca constantemente por experiências que alinhem suas habilidades e ambições com o retorno profissional.

Gráfico 12: Preferências da geração Z na escolha de um emprego



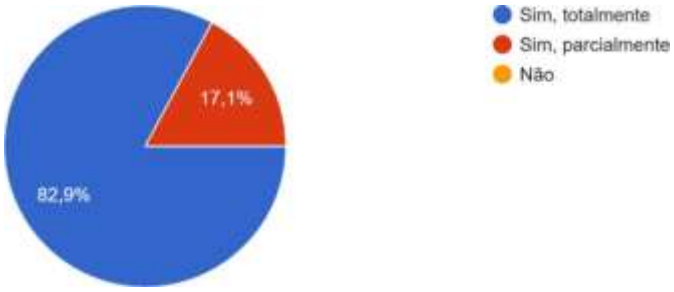

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Segundo os respondentes, o principal fator que a geração Z considera na hora de buscar um emprego é a remuneração (22,5%), em seguida, a oportunidade de aprendizado (15,3%), e em terceiro lugar, com empate (12,6%), o reconhecimento e crescimento rápido, o que evidência e da ênfase em uma de suas principais características, o imediatismo.

A Geração Z valoriza a remuneração e o aprendizado no trabalho, com uma forte expectativa de reconhecimento e crescimento rápido. Esse comportamento reflete o imediatismo dessa geração, formada em meio a rápidas mudanças tecnológicas e culturais. Quando as empresas se adaptam a essas expectativas, o ambiente organizacional se torna mais atraente para esses jovens profissionais, fortalecendo a motivação e a retenção de talentos (Chiavenato, 2021; Marques, 2015).

No ambiente de trabalho, o clima organizacional exerce grande impacto sobre a motivação dos colaboradores, influenciando a forma como eles percebem suas atividades diárias. A Geração Z, em especial, é sensível a esse aspecto, pois cresceu em um contexto em que a saúde mental e o bem-estar têm grande importância. Para esses jovens, um ambiente de trabalho agradável e estimulante se traduz em maior produtividade e satisfação pessoal, ao passo que ambientes negativos tendem a reduzir seu engajamento e entusiasmo.

Gráfico 13: Influência do ambiente de trabalho na motivação




Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Disparadamente, a geração Z considera que o ambiente de trabalho influencia na sua motivação. É possível perceber que não teve nenhuma resposta “não” para este gráfico, mesmo que parcialmente a nossa motivação é influenciada pelo ambiente de trabalho, tanto de forma desagradável, como de forma saudável.

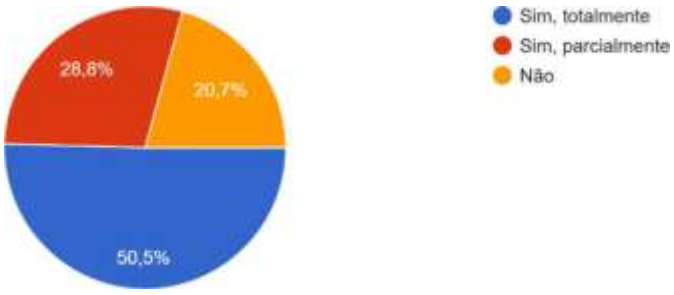
Porém, no gráfico anterior, o gráfico 15, que questionava sobre as preferencias na hora de escolher um trabalho, apenas 11,7% marcaram um ambiente de trabalho agradável, como um diferencial na escolha do emprego a procura.

Embora reconheçam amplamente o impacto do ambiente de trabalho na motivação diária, essa percepção não reflete um peso significativo no momento de escolher um emprego, como observado no gráfico 15. Marques (2015) expressa que o estado motivacional dos indivíduos é diretamente influenciado pelo ambiente, afetando seus níveis de comprometimento e desempenho, porém essa disparidade pode estar relacionada ao imediatismo característico da geração Z, conforme apontado por Turner (2015), priorizando aspectos mais tangíveis e de curto prazo, como remuneração e crescimento rápido, ao invés de fatores subjetivos, como o ambiente organizacional. Dessa forma, a empresa deve considerar estratégias que conciliem benefícios tangíveis, como remuneração e crescimento, com a construção de um ambiente organizacional saudável, promovendo equilíbrio entre resultados de curto prazo e a motivação duradoura de seus colaboradores.

A Geração Z é frequentemente descrita como uma geração que valoriza a agilidade e as novas experiências no ambiente de trabalho. Entretanto, há também um lado que revela o desejo por estabilidade e desenvolvimento de longo prazo dentro de uma organização, o que contrasta com o estereótipo de "alta rotatividade" (Saltoratto et. al 2019). Em um cenário de transformações rápidas e inovações constantes, esses jovens ainda buscam oportunidades que lhes ofereçam um sentido de

propósito e desenvolvimento contínuo, favorecendo empresas que se mostram comprometidas com o crescimento de seus colaboradores.

Gráfico 14: Tempo futuro de atuação na empresa




Fonte: Dados da pesquisa (2024)

No gráfico, foi indagado sobre a atuação na mesma empresa por mais de 5 anos, um longo período, principalmente quando se trata de geração Z, a resposta foi surpreendente, pois mais de 50% dos alunos que responderam à pesquisa, afirmaram que se veem atuando por um tempo além de 5 anos na empresa.

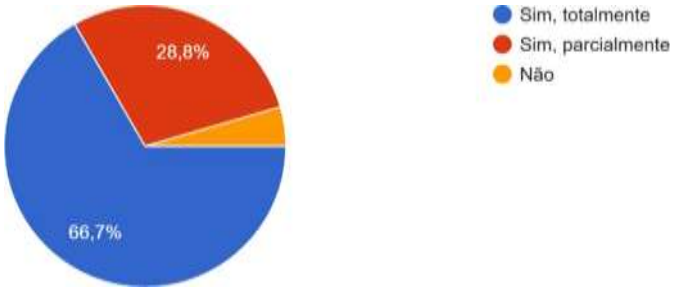
O resultado deste gráfico desafia a percepção comum de que a Geração Z é menos propensa, a estabilidade profissional, ele sugere que, quando encontram alinhamento com os valores e objetivos da organização, estão dispostos a construir uma trajetória de longo prazo. Segundo Schein (1985), o compromisso organizacional está intimamente ligado ao alinhamento entre a cultura da empresa e as expectativas do colaborador, indicando que uma gestão focada em proporcionar significado e propósito pode fomentar maior lealdade entre os jovens dessa geração, refletindo seu interesse em contribuir de forma significativa e aprofundada em um ambiente onde possam crescer e aprender ao longo dos anos.

No ambiente de trabalho, a comunicação rápida e eficiente é essencial, especialmente em equipes que precisam lidar com constantes mudanças e adaptações. Entre os jovens da Geração Z, observa-se uma preferência crescente por ferramentas de comunicação instantânea, que permitem a troca de informações em tempo real e com flexibilidade, 72% dos respondentes informaram que a comunicação mais usada no trabalho são as mensagens instantâneas (whatsapp).

A transparência é um elemento central nas organizações modernas, principalmente para a Geração Z, que valoriza uma comunicação aberta e autêntica nas relações de trabalho. A clareza sobre valores, políticas e práticas é um fator relevante para essa geração, que busca uma conexão com empresas

cujos princípios estejam alinhados com os seus. Esse desejo por transparência vai além da responsabilidade social; representa uma expectativa de que as empresas sejam honestas e claras sobre o que defendem e como operam.

Gráfico 15: Transparência da empresa e sua influência na escolha de emprego



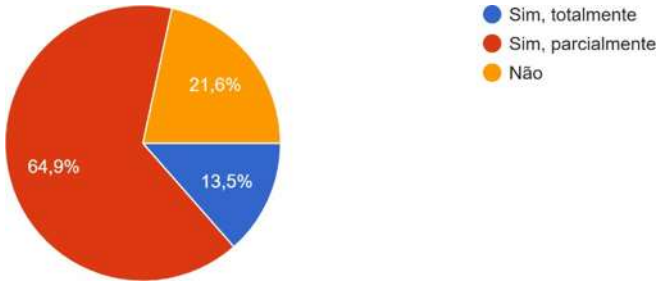

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Esse gráfico, corresponde ao questionamento sobre a influência da transparência da empresa sobre valores e práticas na hora de escolher um emprego, mais de 60% dos respondentes, diz considerar totalmente importante a transparência da organização.

Chiavenato (2021) ressalta que a cultura organizacional serve como base para guiar comportamentos e decisões, estabelecendo padrões que moldam o ambiente de trabalho. Nesse sentido, a transparência é essencial para atrair e reter a Geração Z, que vê esse atributo como indispensável para sua motivação e lealdade. Assim, práticas transparentes reforçam um clima organizacional de confiança e engajamento, promovendo um alinhamento mais forte entre os colaboradores e os objetivos da organização.

A interação entre diferentes gerações no ambiente de trabalho é essencial para o desenvolvimento de uma cultura organizacional inclusiva e adaptável. No caso da Geração Z, criada em meio a intensas mudanças tecnológicas e sociais, existem perspectivas que, muitas vezes, contrastam com os das gerações anteriores. Esses jovens, que valorizam a flexibilidade, a inovação e o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, podem enfrentar dificuldades ao se adaptar a culturas organizacionais mais tradicionais.

Gráfico 16: Incompreensão por gerações anteriores no ambiente de trabalho



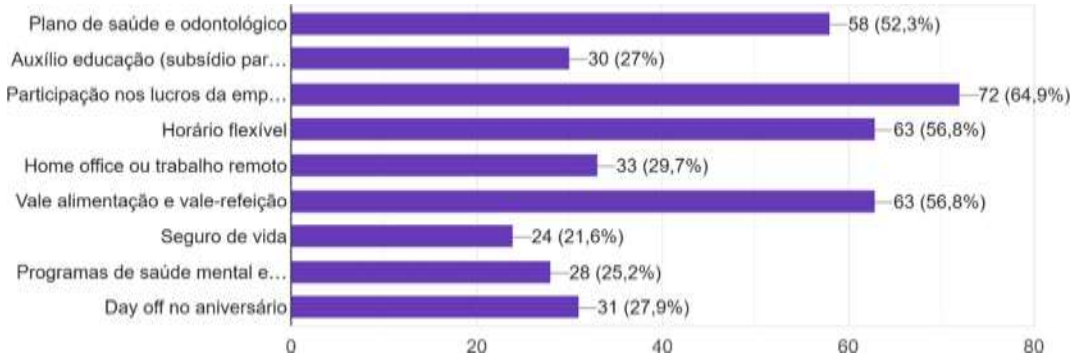

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Analisando o gráfico, observa-se que a maioria dos respondentes (64,9%) afirmou se sentir incompreendida por gestores de gerações anteriores, sugerindo que ainda existem pontos de divergência e oportunidades para aprimorar a comunicação entre as gerações no ambiente corporativo.

A percepção de incompreensão por parte de gestores de gerações anteriores, evidencia o desafio geracional nas organizações modernas. Como aponta Turner (2015), as diferenças de valores e expectativas entre gerações podem gerar atritos, mas também oportunidades de aprendizado mútuo, quando abordadas de maneira estratégica. Dessa forma, empresas devem investir em iniciativas que promovam diálogo e compreensão entre colaboradores de diferentes gerações, fortalecendo a colaboração e o alinhamento no ambiente de trabalho.

A Geração Z tende a buscar benefícios sociais que vão além da remuneração financeira, valorizando aspectos que proporcionam bem-estar, crescimento pessoal e qualidade de vida. Esse comportamento reflete a busca por equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, característica marcante da Geração Z, que prioriza empresas capazes de alinhar suas ofertas às necessidades de um estilo de vida mais saudável e sustentável.

Gráfico 17: Benefícios sociais que motivam a geração Z



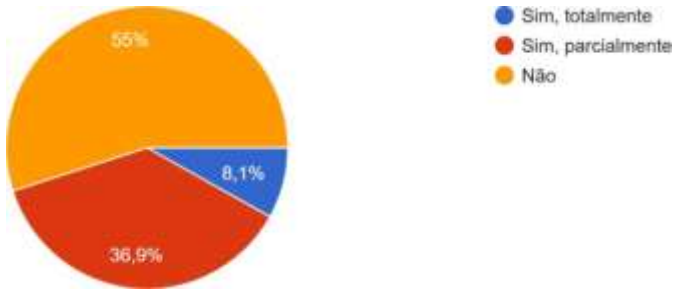

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Após análise do gráfico, percebe-se que os benefícios que ficaram com mais votos foram os que proporcionam bem-estar e flexibilidade. Com mais escolhas ficou a participação dos lucros da empresa (64,9%), em seguida horário flexível e vale alimentação/refeição (56,8%) e plano de saúde e odontológico (52,3%). Essa preferência da Geração Z por benefícios que promovem bem-estar e flexibilidade reflete o desejo de conciliar carreira e qualidade de vida.

A preferência por benefícios que promovem bem-estar e flexibilidade demonstra a busca da Geração Z por equilíbrio entre trabalho e vida pessoal. De acordo com Turner (2015), essa geração valoriza empresas que oferecem condições para uma jornada mais adaptada às suas necessidades, considerando tanto aspectos financeiros quanto emocionais. Assim, os benefícios escolhidos refletem não apenas prioridades individuais, mas também uma tendência de mercado voltada para ambientes corporativos mais humanos e responsivos às expectativas dos jovens talentos.

A capacidade de adaptação à cultura organizacional é uma característica valorizada no ambiente de trabalho atual, especialmente entre os jovens da Geração Z. Essa geração, que cresceu em meio a rápidas mudanças tecnológicas e sociais, está habituada a contextos em constante transformação e exige ambientes que reflitam suas habilidades e desempenho. Como resultado, a Geração Z tende a se ajustar mais facilmente a diferentes estilos e valores corporativos, buscando integrar-se de maneira harmoniosa às expectativas da empresa (Hollenbeck, 2020; Chiavenato, 2021).

Gráfico 18: Adaptação à cultura organizacional de uma empresa




Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A partir da análise do gráfico, é possível observar que mais de 50% dos questionados, não encontrou dificuldade ao adaptar-se à cultura organizacional de uma empresa, talvez por ter nascido em meio a transformações tecnológicas e sociais aceleradas, reforçando a capacidade de se lidar rapidamente com mudanças frequentes no ambiente profissional. No entanto, destaca-se que a amostra ficou bem dividida, o que indica uma preocupação no ambiente de trabalho sobre as estratégias a serem

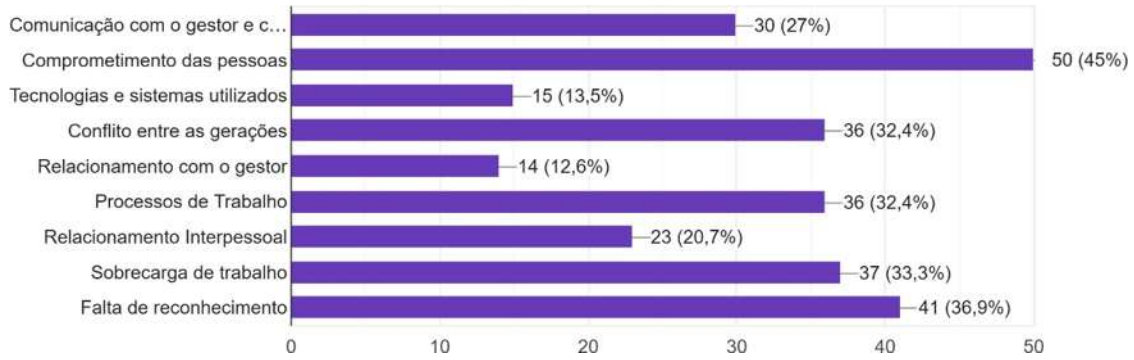
utilizadas para o recrutamento de profissionais com perfis que se adaptem à cultura, assim como ações para aproximação com a cultura organizacional.

Portanto, a Geração Z demonstra uma maior facilidade em adaptar-se à cultura organizacional das empresas, reforçando sua capacidade de lidar com transformações no ambiente de trabalho. Segundo Chiavenato (2021), o comportamento organizacional e a cultura empresarial se entrelaçam, e essa geração, ao se ajustar rapidamente, também contribuem para moldar o ambiente em que trabalha. A habilidade de adequação torna-se, assim, uma vantagem tanto para os colaboradores quanto para as organizações que almejam um clima positivo, de inovação e flexibilidade em sua empresa.

### *4.4 Dificuldades encontradas pela geração Z no mercado de trabalho*

A pesquisa realizada com jovens da Geração Z destaca as principais dificuldades que eles enfrentam no ambiente corporativo. Essas dificuldades refletem aspectos específicos de sua adaptação ao mercado de trabalho, em que a busca por reconhecimento e a carga de responsabilidades são pontos de grande relevância para essa geração.

Gráfico19: Dificuldades no trabalho para a geração Z




Fonte: Dados da pesquisa (2024)

No gráfico apresentado, observa-se que as três principais dificuldades apontadas pelos jovens da Geração Z no ambiente de trabalho são: "falta de comprometimento das pessoas" (50 respostas, ou 45%), "falta de reconhecimento" (41 respostas, ou 36,9%), e "sobrecarga de trabalho" (37 respostas, ou 33,3%). Essas questões ressaltam o desejo dessa geração por um ambiente de trabalho mais colaborativo e que valorize suas contribuições individuais.

Esses dados reforçam a necessidade de um ambiente organizacional que ofereça suporte e reconhecimento aos jovens profissionais. Como destacam Saltoratto et al. (2019), a Geração Z valoriza

“relações mais horizontais e busca um ambiente de trabalho que forneça suporte emocional e oportunidades de desenvolvimento”. Essa abordagem é fundamental para engajar e reter esses jovens no mercado de trabalho, proporcionando um ambiente que equilibre demandas e reconhecimento.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar as motivações dos profissionais da Geração Z, mapeando suas características e identificando os principais desafios enfrentados por eles no mercado de trabalho.

A pesquisa foi realizada no curso de Administração da Unochapecó, um ambiente marcado pela diversidade, várias idades, estilos e origens, o que o tornou um espaço propício para a coleta de dados e realização do estudo. Além disso, a maior parte dos estudantes do curso trabalha durante o dia, cursando a graduação no período noturno, o que permitiu captar a realidade de jovens já inseridos no mercado de trabalho. Esses fatores garantiram à pesquisa uma amostra representativa e consistente, refletindo um cenário próximo ao vivenciado por muitos jovens da Geração Z.

Com uma confiabilidade de 94% e uma margem de erro de 6%, os dados coletados a partir de formulários aplicados em outubro de 2024 oferecem confiança para as análises realizadas.

Com o foco de mapear as características da geração Z, foram utilizados nove autores, Grubb, (2018), Dias, (2022), Hermes, (2017), Saltoratto et al., (2019), Bevilacqua et al., (2016), Emannuel, (2020), Turner, (2015), Colet e Mozzato, (2019). Em relação a confrontar as características da Geração Z da amostra pesquisada com a bibliografia sobre o assunto, verifica-se que a amostra considera a tecnologia uma parte essencial no dia a dia de trabalho, assim como consideram-se multitarefas e imediatistas, adaptáveis a mudanças constantes no ambiente de trabalho, prezam pelo equilíbrio entre o bem-estar e a vida profissional, mostrando que nestes pontos a amostra está alinhada com a bibliografia. Já a característica de preferir o trabalho em equipe, defendida por Turner (2015), não condiz com a pesquisa amostral, tendo como resultado principal a preferência pelo trabalho de forma individual. A geração Z sente-se confortável em delegar tarefas, também opondo-se a bibliografia.

Quanto a percepção dos profissionais frente a aspectos do clima, a Geração Z, ao decidir por um emprego, demonstra priorizar fatores como flexibilidade, remuneração, reconhecimento e crescimento rápido, refletindo suas principais demandas no mercado de trabalho. Embora o ambiente

de trabalho influencie significativamente sua motivação, esse aspecto não tem o mesmo peso no momento de escolha de um emprego.

A capacidade de adaptação à cultura organizacional e a desmotivação causada pelo clima empresarial corroboram o que é amplamente discutido na literatura. Contudo, a percepção de tempo de permanência futura em uma empresa desafia as ideias tradicionais sobre essa geração, mas também desafiam sua resposta ao decidir pela escolha de um emprego. Por outro lado, há alinhamento com as expectativas quanto à comunicação no ambiente corporativo, à importância de mentores e à transparência no processo de escolha. Por fim, a busca por equilíbrio entre bem-estar e flexibilidade, especialmente na forma de benefícios sociais, reafirma as necessidades contemporâneas dessa geração.

Entre as principais dificuldades encontradas pela geração Z no mercado de trabalho, destacam-se o comprometimento das pessoas, o que pode justificar sua preferência por trabalhos individuais. Além disso, a tecnologia, embora essencial no cotidiano, é frequentemente vista como prejudicial à produtividade. Outra barreira enfrentada por essa geração é o imediatismo, que pode causar desafios em ambientes com processos mais lentos.

Os resultados destacaram a adaptabilidade da Geração Z e sua preferência por ambientes que priorizem a flexibilidade, qualidade de vida e bem-estar. Essa geração valoriza benefícios que promovam equilíbrio, culturas organizacionais saudáveis e lideranças que ofereçam suporte e inspiração. Contudo, enfrenta desafios, principalmente no relacionamento com gerações anteriores, muitas vezes marcados pela percepção de incompreensão mútua.

Outro ponto relevante é a relação intrínseca da Geração Z com a tecnologia. Nativos digitais, esses jovens utilizam as ferramentas tecnológicas não apenas para comunicação, mas também como meios de aprendizado e inovação, moldando um perfil alinhado às rápidas mudanças da sociedade contemporânea, mostrando também reconhecer que as redes sociais e tecnologias interferem na sua produtividade diária no ambiente profissional.

Ao analisar as escolhas e dificuldades dessa geração, ficou evidente que aspectos como benefícios sociais, cultura organizacional e sustentabilidade desempenham papéis centrais em suas decisões profissionais. O bem-estar e a responsabilidade socioambiental estão no centro de suas prioridades, refletindo uma postura consciente e inovadora.

Os dados apresentados neste trabalho oferecem insights valiosos para gestores e profissionais de recursos humanos que buscam reduzir conflitos intergeracionais e criar estratégias alinhadas às expectativas dessa nova força de trabalho. Investir na compreensão das demandas da Geração Z não é apenas uma questão de adaptação, mas um passo estratégico para garantir a sustentabilidade e a inovação das organizações em um mercado cada vez mais dinâmico e competitivo.

Assim, este estudo reforça a importância de iniciativas que promovam a integração das gerações no ambiente de trabalho, valorizando a singularidade de cada grupo e construindo uma convivência mais colaborativa. A Geração Z, com sua visão tecnológica, seu foco em bem-estar e sustentabilidade, não é apenas o futuro do mercado de trabalho, ela já é uma realidade transformadora que exige atenção e planejamento estratégico.

**REFERÊNCIAS**

BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2012.

BEVILACQUA Lucca, BASILIO Antenor; TERÇARIOL Camilo, NARDI Antonio. O Perfil das Gerações X, Y e Z. Revista Científica Eletrônica UNISEB, 2016. Disponível em: <http://estacioribeirao.com.br/revistacientifica/arquivos/revista7/3.pdf\>. Acesso em: 14 mar. 2024.

CHIAVENATO, Idalberto. Comportamento Organizacional - A Dinâmica do Sucesso das Organizações. São Paulo: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597027778. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027778/. Acesso em: 21 abr. 2024.

CIDADE, Diego. Por que a Geração Z não tem medo de se demitir? Exame, 31 ago. 2022. Disponível em: <https://exame.com/carreira/por-que-a-geracao-z-nao-tem-medo-de-se-demitir/\>. Acesso em: 31 mar. 2024.

DIAS, Bruna dos Santos. Geração Z e o mercado de trabalho: uma revisão bibliográfica. Osasco: Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Economia, Política e Negócios – EPPEN, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/server/api/core/bitstreams/a07f5b61-fdf2-4e41-9c67-37faa0b04bbe/content\>. Acesso em: 24 mar. 2024.

DUTRA, Joel S. Gestão de carreiras na empresa contemporânea. São Paulo: Grupo GEN, 2009. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522468171/. Acesso em: 04 jun. 2024.

EMANNUEL, Simone . Geração Z: Quem são e como se comportam os jovens nascidos na era digital.. 1. ed. Rio de Janeiro: ASDfiles, 2020. Disponível em: https://elivros.love/ler-online/baixar-livro-geracao-z-simone-emmanuel-em-epub-pdf-mobi-ou-ler-online#epubcfi(/6/2[titlepage]!/4/1:0). Acesso em: 21 mar. 2024

FANTINI, Carolina Aude; SOUZA, Naiara Célida dos Santos de. Análise dos fatores motivacionais das gerações baby boomers, X, Y e Z e as suas expectativas sobre carreira profissional. Revista iPecege, vol. 1 p. 126-145, 2015. Disponível em https://revista.ipecege.com/Revista/article/view/25/26. Acesso em 01 abr. 2024.

GIL, Antonio C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/. Acesso em: 09 mai. 2024.

GRUBB, Valerie M. Conflito de gerações: desafios e estratégias para gerenciar quatro gerações no ambiente de trabalho. São Paulo: Grupo Autêntica, 2018.

HERMES, Laura. Os principais desafios da gestão de pessoas frente às diferentes gerações do atual mercado de trabalho. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017. Disponível em: https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/1993/1/Laura%20Nedel%20Hermes%20.pdf. Acesso em: 31 mar. 2024.

HOLLENBECK, John R.; III, John W. Comportamento organizacional - 4ED.São Paulo: Editora Saraiva, 2020. E-book. ISBN 9788571440760. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571440760/. Acesso em: 21 abr. 2024.

LABES, Emerson Moisés. Questionário: do planejamento à aplicação na pesquisa. Chapecó: Grifos, 1998.

MARQUES, José C. Comportamento Organizacional. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015. E-book. ISBN 9788522122660. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522122660/. Acesso em: 01 mai. 2024.

MARTINI, Priscila. Impacto da Geração Z na gestão empresarial. 2017. Monografia (MBA em Gestão Empresarial) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

NAKAMURA, João. Lidar com a Geração Z é desafio para 68% do mercado de trabalho, aponta relatório. São Paulo: CNN, 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/negocios/lidar-com-a-geracao-z-e-desafio-para-68-do-mercado-de-trabalho-aponta-relatorio/. Acesso em: 10 de maio de 2024.

NOVAES, S. Perfil Geracional: Um Estudo sobre as Características das Gerações dos Veteranos, Baby Boomers, X, Y e Alfa. In: SINGEP – SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DE PROJETOS, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE, 7., 2018, Água Branca – São Paulo, 2018. Disponível em: https://singep.org.br/7singep/resultado/428.pdf. Acesso em: 02 abr. 2024.

OLIVEIRA, Luana Yara Miolo; OLIVEIRA, Pablo Rodrigo Bes; SAWITZKI, Roberta; Gestão de pessoas. Porto Alegre: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595023901. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595023901/. Acesso em: 08 abr. 2024.

ROBBINS, Stephen P. Lidere & Inspire - A verdade sobre a gestão de pessoas. São Paulo: Saraiva Editora LTDA, 2015. E-book. ISBN 9788502638129. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502638129/. Acesso em: 03 abr. 2024.

SALTORATTO, Gustavo Melo; GASCHLER, Tamara; AGUIAR, Virgínia do Socorro Motta; DE OLIVEIRA, Maria Célia Geração z e os seus impactos na cultura organizacional. Revista Produção Online, v. 19, n. 3, p. 1027–1047, 2019. DOI: 10.14488/1676-1901.v19i3.3600. Disponível em: https://www.producaoonline.org.br/rpo/article/view/3600. Acesso em: 31 mar. 2024.

TANG, Fei. A critical review of research on the work-related attitudes of Generation Z in China. Social Psychology and Society, China. Moscow. Disponível em: file:///C:/Users/55499/Downloads/A_critical_review_of_research_on_the_work-related_.pdf. Acesso em: 31 mar. 2024.

TURNER, Anthony. "Geração Z: Tecnologia e Interesse Social." O Jornal de Psicologia Individual , vol. 71 não. 2, 2015, pág. 103-113. Projeto MUSE. Disponível em: https://helenagmartins.wordpress.com/wp-content/uploads/2019/04/turner2015.pdf. Acesso em: 03 mar. 2024.

UNOCHAPECÓ. Administração. Disponível em: https://www.unochapeco.edu.br/adm. Acesso em: 2 jun. 2024.

# Capítulo 3

10.37423/260811296

# AVALIAÇÃO DA SALUBRIDADE AMBIENTAL NO BAIRRO POEIRA EM MARECHAL DEODORO – AL

*Dyogo Wlisses Ribeiro Matias* — *INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS*

*FÁBIO BRASIL FERNANDES DE ARAÚJO* — *INSTITUTO FEDERAL DEE ALAGOAS*

*JOSÉ APARECIDO DA SILVA GAMA* — *INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS*

*LUCAS ISMAEL DOS SANTOS* — *INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS*

**RESUMO**

O crescimento urbano não tem sido acompanhado pela oferta de infraestrutura adequada de serviços públicos de saneamento básico, esta situação compromete a salubridade ambiental já que a ausência ou deficiência de serviços de saneamento básico contribui para condições ambientais insalubres. O presente projeto de pesquisa teve como objetivo identificar e classificar a salubridade ambiental do bairro Poeira no município de Marechal Deodoro no estado de Alagoas, tendo como objeto de estudo a avaliação dos serviços de saneamento básico prestados na localidade estudada. Foi realizado levantamento bibliográfico sobre salubridade ambiental e indicadores sanitários consubstanciado em Dias (2003), Gama (2013) e Gama e Almeida (2020); visitas in loco para coleta de informações sanitárias por meio de observação e entrevistas com moradores; replicação dos indicadores sanitários adaptados por Gama (2013) e pôr fim a tabulação, tratamento e processamento das informações obtidas para classificação da salubridade ambiental tendo como referência a literatura estudada e a realidade local. De acordo com os resultados obtidos, a salubridade ambiental geral da comunidade estudada está compreendida na faixa de média salubridade. Dentre os serviços públicos de saneamento básico existente na região estudada o abastecimento de água e a coleta de resíduos sólidos são os dois serviços que apresentam a melhor situação, o esgotamento sanitário é o serviço que apresenta a pior situação. Diante dessa realidade constatada, fica evidenciado que o poder público terá que intervir para garantir uma melhor prestação de serviço público de esgotamento sanitário na localidade abordada no estudo.

**Palvaras chave:** Indicador Sanitário; Salubridade; Saneamento básico.

## INTRODUÇÃO

Os estudos urbanos apontam que o crescimento das cidades brasileiras nas últimas décadas vem ocorrendo de forma intensa e desordenada, esse crescimento urbano não vem sendo acompanhado pela prestação de infraestrutura de serviços públicos de saneamento básico, essa situação compromete a salubridade ambiental, visto que a ausência ou deficiência dos serviços de saneamento básico contribui para condições de insalubridade ambiental. De acordo com Dias (2003) e Aravéchia Júnior (2010), o agravamento da salubridade ambiental tem ocorrido pela ausência da não efetivação pelo poder público de políticas públicas urbanas que proporcionem qualidade de vida à população em áreas de ocupação irregular e da falta de prioridade na implantação dos serviços básicos necessários à expansão urbana. Nesse sentido a aplicação de indicadores sanitários tornam-se uma ferramenta que viabiliza uma melhor efetivação dos serviços de saneamento básico, visto que esses serviços se refletem nas condições de salubridade ambiental. O conhecimento das condições de salubridade ambiental é relevante para subsidiar ações do poder público centradas na qualidade de vida da população priorizando situações mais urgentes dos recortes dos espaços urbanos analisados. Aravéchia Júnior, (2010); Gama e Almeida,( 2020). Silva et al (2017) e Gama et al (2022), destacam que uma das formas de se analisar a salubridade ambiental de uma localidade, é por meio do uso de indicadores sanitários, visto que estes expressam melhor as necessidades ou deficiências da região ou comunidade analisada.

Na falta de informações das reais condições de salubridade ambiental da área urbana objeto de estudo, há a necessidade de empreender estudos urbanos para que o poder público e a população local possam conhecer as deficiências existentes na prestação dos serviços de saneamento básico da localidade abordada. Dessa forma a aplicação dos indicadores sanitários para a classificação da salubridade ambiental é relevante para que os resultados obtidos possam subsidiar a tomada de decisão de ações de salubridade ambiental, priorizando as situações mais urgentes.

## OBJETIVO(S)

### *Objetivo Geral*

Analisar e classificar a salubridade ambiental da localidade urbana bairro Poeira no município de Marechal Deodoro/AL. Com fins de identificar as deficiências na prestação de serviço de saneamento básico que resulta nas condições de salubridade ambiental.

***Objetivos específicos***

Caracterizar a localidade estudada e o cenário situacional da prestação dos serviços de saneamento básico da área urbana estudada;

Classificar a salubridade ambiental da área urbana, bairro Poeira;

Apresentar considerações sobre o quadro situacional de salubridade ambiental avaliada na localidade estudada.

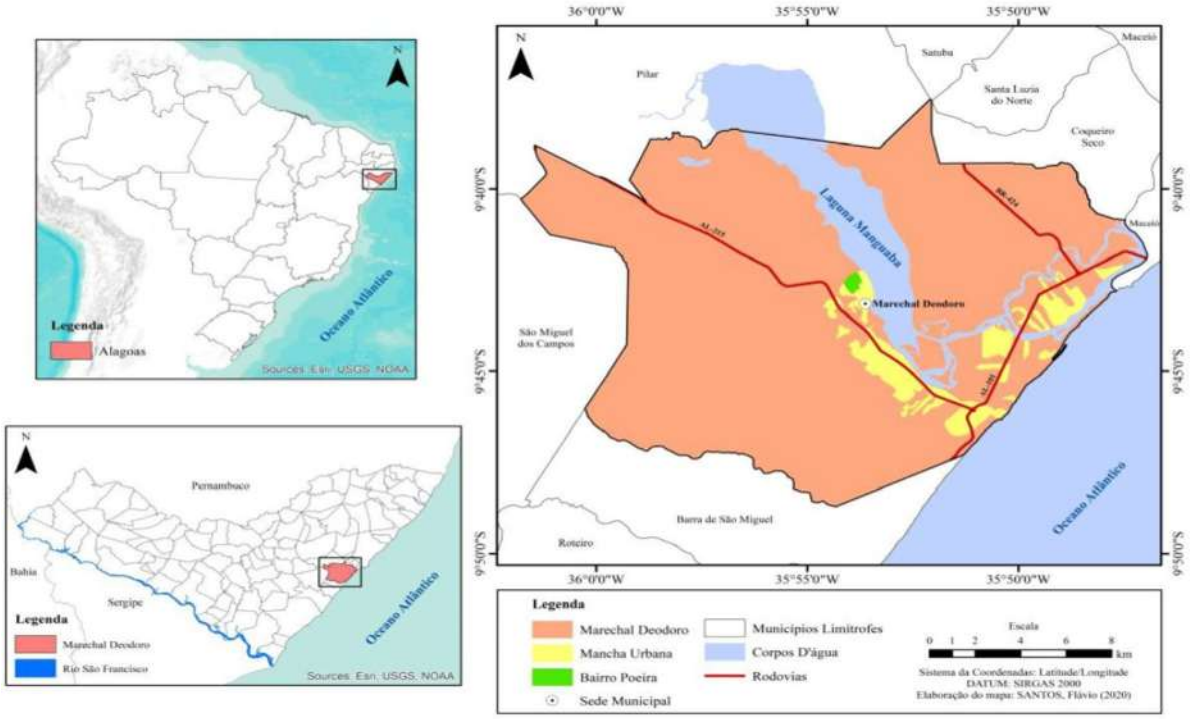
## MÉTODOS

O percurso metodológico deste estudo teve uma abordagem de natureza qualiquantitativa e foi realizado por meio de quatro etapas coordenadas: 1-levantamento bibliográfico sobre salubridade ambiental e indicadores sanitários consubstanciado em Dias (2003), Gama (2013), Gama e Almeida (2020) e Silva Gama et al (2023), 2-visitas in loco para coleta de informações sanitárias por meio de observação e entrevistas com moradores para obtenção de informações sobre os quatro serviços do saneamento básico e demais informações sanitárias nos meses de março a maio de 2024 (nas entrevistas com moradores foi aplicado o TCLE, para atendimento aos aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos conforme preconiza a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do conselho nacional de saúde), 3-replicação dos indicadores sanitários adaptados por Gama (2013) e pôr fim a tabulação, tratamento e processamento das informações obtidas para classificação da salubridade ambiental tendo como referência a literatura estudada e a realidade local.

## APRESENTAÇÃO E ANÁLISES DOS RESULTADOS

O Bairro Poeira localiza-se na Zona Urbana de Marechal Deodoro: Está situado na porção central-sul da mancha urbana da sede do município, muito próximo ao Centro Histórico de Marechal Deodoro. A borda oeste/sul do bairro fica em contato direto com a Laguna Manguaba, oferecendo acesso visual e físico às águas da bacia hidrográfica do Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM) conforme apresentado na figura 1.

Figura 1- Localização do Bairro Poeira




Fonte: Elaboração Santos (2022).

O Bairro de Poeira está situado em uma área de planície, é em parte contornado pela lagoa Manguaba, faz parte do complexo lagunar Mundaú Manguába (CELMM). Está localizado na borda oeste/sul próximo do centro histórico de Marechal Deodoro como apresentado na figura 2

Figura 2- imagem de satélite da área estuda no Bairro Poeira.




Fonte: Google Maps (2026)

Para a avaliação da salubridade ambiental da localidade objeto de estudo utilizou-se faixas de pontuação que foram adaptadas por Gama (2013). Essas faixas de salubridade ambiental estão apresentadas abaixo no quadro

Quadro 1- Situação de salubridade por faixa de pontuação

| SITUAÇÃO DE SALUBRIDADE | PONTUAÇÃO |
|---|---|
| INSALUBRIDADE | 0 - 30 |
| BAIXA SALUBRIDADE | 31 - 60 |
| MÉDIA SALUBRIDADE | 61 - 80 |
| SALUBRIDADE SATISFATÓRIA | 81 a 100 |

Fonte: adaptado de Gama (2013)

A seguir são apresentadas as pontuações (quadro 2) e as análises dos resultados obtidos com os indicadores aplicados à área de estudo, acompanhado do resultado geral do ISA.

Quadro 2- Situação de salubridade por faixa de pontuação

| SIGLA | INDICADOR | PONTUAÇÃO MÁXIMA | PONTUAÇÃO OBTIDA |
|---|---|---|---|
| Iab | Ind de Abastecimento de água | 30 | 30 |
| Ies | Ind. de esgotamento sanitário | 30 | 6,5 |
| Irs | Ind. de resíduos sólidos | 20 | 15 |
| Idu | Ind. de drenagem Urbana | 20 | 15 |
| Total ISA | | 100 | 66,5 |

Fonte: elaboração própria

Indicador de abastecimento de água (Iab): de acordo com os resultados obtidos por meio do indicador de abastecimento de água constatou-se que, 100% das residências do bairro estudado são assistidas pelo fornecimento de água por rede geral pela concessionária de água e saneamento BRK.

Indicador de esgotamento sanitário (Ies): conforme os dados obtidos a situação do serviço de esgotamento sanitário na região em estudo apresentam uma situação preocupante, visto que 74% dos domicílios destinam seus esgotos sanitários para a fossa rudimentar, 6% para a fossa séptica e 20% destinam para outras fontes inadequadas do ponto de vista sanitário ambiental.

No que se refere às águas servidas constatou-se por meio dos dados obtidos que 94% das moradias da localidade estudada destinam suas águas servidas para as ruas e outras fontes como rios e riachos e 6% destinam para a fossa séptica.

Com estes resultados se constata que os domicílios da localidade Bairro Poeira destina suas águas servidas de forma irregular, o que terá como consequências vários problemas à saúde pública e impactos ambientais a comunidade local pesquisada.

Indicador de coleta de resíduos sólidos (Icr): De acordo com os resultados obtidos constatou-se que 100% dos domicílios pesquisados da área urbana estudada possuem o serviço de coleta de resíduos sólidos por meio do caminhão coletor porta a porta. Nos resultados obtidos com relação a frequência de coleta foi constatado que todas as residências localizadas na área estudada têm seus resíduos sólidos coletados três vezes por semana. Dessa forma, verifica-se que a frequência de coleta dos resíduos sólidos ocorre de adequada, conforme os parâmetros estabelecidos pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), no entanto esse órgão afirma que o ideal seria a coleta seis vezes por semana.

Indicador de drenagem (Idu): De acordo com os dados obtidos foi constatado que 95% das ruas da localidade estudada são pavimentadas e sem a ocorrência de alagamentos e inundações, no entanto foi constatado que tem ruas no bairro estudado que a estrutura de drenagem pluvial está danificada, por conta dessa situação essas ruas apresentam alagamentos.

O resultado total obtido do ISA/Poeira com base nos dados obtidos na localidade estudada foi de 66,5 pontos de um total de 100. Este valor foi mensurado através do somatório ponderado dos valores obtidos nos indicadores aplicados. Comparando o valor obtido ISA/Poeira com as faixas de salubridade, constata-se que o resultado alcançado encontra-se na faixa é de Média Salubridade. Assim, a salubridade ambiental geral aferida por intermédio dos indicadores sanitários aplicados foi categorizado como de Média Salubridade. No entanto, dentre os serviços de saneamento básico prestado na localidade estudada o esgotamento sanitário é o que a presenta a pior condição e se refletiu substancialmente no resultado final da salubridade ambiental avaliada da área urbana estudada.

## CONCLUSÃO

Este estudo analisou a realidade da situação de salubridade ambiental da localidade urbana bairro Poeira no Município Marechal Deodoro/AL, refletida com base na situação sanitária resultante da prestação dos serviços públicos de saneamento básico na localidade pesquisada. Quanto a esses serviços de saneamento básicos prestados na localidade, o abastecimento de água foi o melhor dos serviços do saneamento básico prestado na comunidade. Um dos pontos preocupantes na avaliação realizada diz respeito ao serviço de esgotamento sanitário, visto que esse foi o pior resultado dos serviços avaliados, pois dois terços dos domicílios da comunidade estudada despejam seus efluentes sanitários em fossas rudimentares. Um outro ponto constatado foi que 94% dos domicílios da comunidade urbana analisada destinam as águas servidas para a rua e correm a céu aberto.

Diante dessa realidade constatada observa-se a necessidade de investimentos do poder público local para solucionar essa situação sanitária constatada no estudo que coloca em risco toda a população que reside na comunidade estudada.

AGRADECIMENTOS E FINANCIAMENTO

Agradecemos ao Instituto Federal de Alagoas (IFAL) e a Pró Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação que por meio programa de Iniciação Científica (PIBIC) financiou a bolsa de pesquisa ao aluno bolsista para a realização do projeto de pesquisa aprovado na modalidade PIBIC intitulado: Avaliação e Classificação da Salubridade Ambiental no Bairro Poeira em Marechal Deodoro - Alagoas. Orientador: José Aparecido da Silva Gama, do Edital no 05/2025 PRPPI/IFAL - Programa de Iniciação Científica(PIBIC) 2025-2026, e ao Campus Marechal Deodoro por cooperar com o desenvolvimento do projeto.

**REFERÊNCIAS**

GAMA, J. A. S. Índice de salubridade ambiental em Maceió aplicado à bacia hidrográfica do Riacho Reginaldo em Maceió/AL. 102. f. 2013. Dissertação (Mestrado) - Recursos Hídricos e Saneamento, UFAL, Maceió, 2013.

GAMA, J. A. S.; ALMEIDA, R. S. de. (2020). Salubridade Ambiental do Bairro Poeira, Marechal Deodoro/AL, Brasil. Diversitas Journal,5(2), 1029–1041, 2020.https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v5i2-1152

ARAVÉCHIA JÚNIOR, J. C. Indicadores de Salubridade Ambiental (ISA) para a região Centro-Oeste: Um estudo de caso no Estado de Goiás. 2010. Dissertação (Mestrado) - Planejamento e Gestão Ambiental, Universidade Católica de Brasília, Brasília - DF, 2010.

SILVA, S.D.A.; GAMA, J.A.S.; CALLADO, N.H.; SOUZA, V.C.B.D. Sanitation and public health in the hydrographic basin of Reginaldo creek, Maceió, Alagoas. Engenharia Sanitária e Ambiental, v. 22, n. 4, p. 699-709, 2017. https://doi.org/10.1590/S1413-41522017146971

GAMA, J. A. S.; SANTOS, J.R.N.; ALBUQUERQUE, S. C,; SANTANA, P.R,; DIAS, S.K.B.M, ; CALAZANS, F. M.B. Mapeamento da cobertura do abastecimento de água com o uso de indicadores na bacia hidrográfica do Riacho Reginaldo em Maceió/Alagoas. Brazilian Journal of Development, v. 8, n. 6, p. 43158-43172, 2022.https://doi.org/10.34117/bjdv8n6-04

SILVA GAMA, J. A., DIAS, S. K. B. de M., BALBINO, M. C. F. C. ., SANTOS, J. J. S. dos, & SANTOS, J. R. N. dos. (2023). Indicadores sanitários para avaliação da salubridade ambiental na comunidade Riacho Velho em Marechal Deodoro - Alagoas. Peer Review, 5(2), 221–232. https://doi.org/10.53660/207.prw201

# Capítulo 4

10.37423/260811311

# FILANTROCAPITALISMO E EDUCAÇÃO: UM ESTADO DO CONHECIMENTO

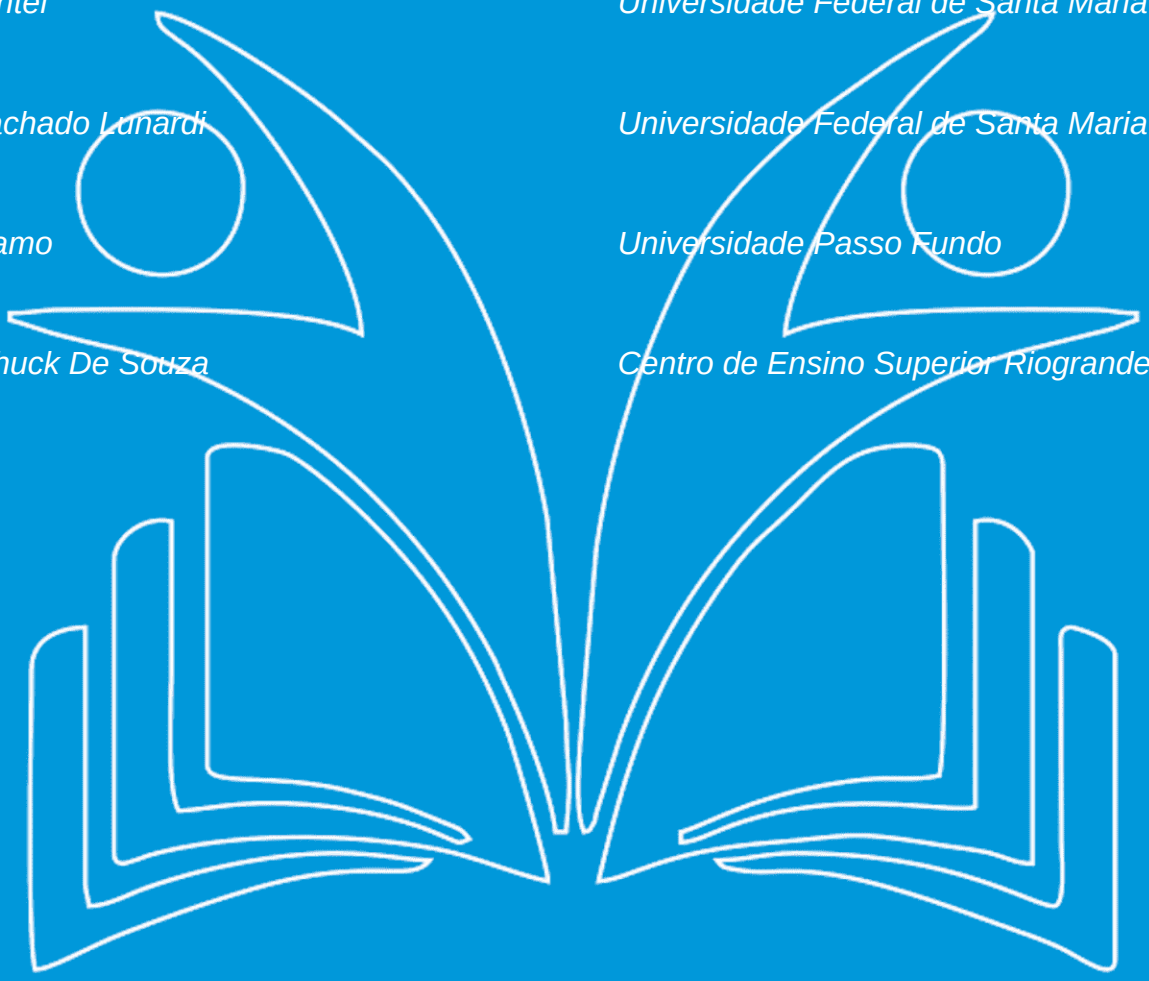
*Silvana Maria Tres* — *Universidade Federal de Santa Maria/ Centro de Ensino Superior Riograndense*

*Michele Puntel* — *Universidade Federal de Santa Maria*

*Elisiane Machado Lunardi* — *Universidade Federal de Santa Maria*

*Eduarda Damo* — *Universidade Passo Fundo*

*Giovani Schuck De Souza* — *Centro de Ensino Superior Riograndense*



## 1 INTRODUÇÃO

Filantrocapitalismo é um termo utilizado para definir uma abordagem da filantropia que envolve a aplicação de princípios e estratégias do mundo dos negócios para resolver problemas sociais. Defendendo a ideia de que o Estado e sua burocracia são ineficazes na promoção de ações redistributivas, e que este papel deve ser assumido pelos empresários filantropos (SILVA e OLIVEN, 2020), pois eles têm as condições necessárias para promover mudanças sociais através de investimentos estratégicos de recursos financeiros. (SILVA, 2016).

A educação, como política social, também vem experimentando as influências do filantrocapitalismo. Indivíduos ricos, suas empresas e fundações vem direcionando recursos com o intuito de melhorar o acesso e a qualidade da educação em todo o mundo. Fato este que gera, por um lado a admiração pela "boa ação" operada pelos filantropos, e por outro críticas e debates, suscitando dúvidas sobre as reais intenções que permeiam essas ações.

Neste viés, propõem-se o desenvolvimento de uma pesquisa sobre o filantrocapitalismo e a Educação, tendo por objetivo "conhecer os estudos e publicações sobre o filantrocapitalismo e suas manifestações e influências na educação" e "verificar se o estudo desta temática vem sendo realizado no Brasil e, se sim, como se apresenta". Para tanto, optou-se pelo desenvolvimento de um Estado do Conhecimento, uma "[...] metodologia bibliográfica que busca analisar e estabelecer o estado corrente das pesquisas em determinada área do conhecimento" (MOROSINI; KOHLS-SANTOS; BITTENCOURT, 2021, p. 61), identificando, registrando, categorizando, refletindo e sintetizando a produção científica em um determinado recorte temporal. Permitindo mapear as ideias correntes, apontando fontes de estudos e subtemas a serem explorados.

A construção do Estado do Conhecimento perpassa quatro etapas, assim denominadas por Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt (2021, p. 61): "Bibliografia Anotada, Bibliografia Sistematizada, Bibliografia Categorizada e Bibliografia Propositiva". Neste sentido, as seções que compõem este artigo, estão embasadas e descrevem estas etapas do desenvolvimento do estudo sobre o Filantrocapitalismo e a Educação, sendo elas: Introdução; Aspectos Metodológicos da Pesquisa; Filantrocapitalismo e as Influências na Educação, que por sua vez subdivide-se em: Filantrocapitalismo e Neoliberalização, Filantrocapitalismo e Educação e Filantrocapitalismo Digital e Educação, relatando a Bibliografia

Categorizada. Por último são expostas as Considerações Finais, apresentando a Bibliografia Propositiva do Estado do Conhecimento ora desenvolvido.

## 2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A partir da definição dos objetivos de pesquisa, foram estabelecidos os descritores a serem pesquisados e as Base de Dados para a realização das buscas. Os descritores definidos foram: Filantrocapitalismo e Educação, e as Bases de Dados: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). A escolha desta base se deu, pois nela estão integrados os sistemas de informação de teses e dissertações das instituições de ensino e pesquisa do Brasil. E a Web of Science que é uma base de dados de citação global independente que agrega os principais periódicos acadêmicos do mundo, livros e anais das áreas de Ciências, de Ciências Sociais, Artes e Humanidade.

O acesso ao repositório se deu através dos Periódicos CAPES. Iniciou-se a pesquisa pela Base de dados da BDTD. Foi realizada uma busca avançada, no dia 09 de julho de 2023, tendo como termos “todos os campos” e não foram utilizados filtros, obtendo dois resultados, uma dissertação e uma tese. Contudo, os assuntos e objetivos destes estudos não condizem com a proposta deste estado do conhecimento.

Foi realizada a busca na Web of Science, utilizando os descritores: filantrocapitalismo e educação, termos de buscas: tópico (pesquisa o título, resumo, as palavras-chave do autor e o Keywords Plus), não foi utilizado delimitador de tempo ou outro filtro. Com os descritores em português, a pesquisa retornou sem nenhum resultado. Então foram utilizados os mesmos descritores em inglês: philanthrocapitalism and education, obtendo assim 12 (doze) resultados. Os termos de busca foram encontrados nos títulos, palavras-chaves e resumos.

Estes achados compuseram a Bibliografia Anotada, que é definida como a “identificação e seleção, a partir da pesquisa por descritores, dos materiais que farão parte do corpus de análise” (KOHLS-SANTOS, MOROSINI, 2021, p. 27), organizando a referência bibliográfica completa dos resumos das publicações. Cabe ressaltar que os dados encontrados na língua inglesa foram traduzidos para a língua portuguesa com o auxílio das ferramentas de tradução on-line Deepl Tradutor[1] e Google Tradutor[2]. Após esta organização, foi realizada a leitura dos resumos, identificando quais estavam de acordo com

[1] Disponível em: https://www.deepl.com/translator
[2] Disponível em: https://translate.google.com.br/?hl=pt-BR

os objetivos propostos para este trabalho. Das 12 (doze) publicações, sete foram selecionadas, contudo, duas não apresentaram informações suficientes em seus resumos, e por serem de acesso fechado, não foi possível buscá-las no corpo do texto, inviabilizando a sua análise. Desta forma, a Bibliografia Sistematizada, decorrente desta primeira análise, ficou constituída por cinco publicações que compõem o corpus de análise deste estado do conhecimento. Nesta etapa, os dados foram sistematizados por: ano da publicação, título, tipo de publicação, periódico da publicação, objetivos, metodologia e resultados. O quadro abaixo apresenta os trabalhos sistematizados.

QUADRO 1: Bibliografia Sistematizada

| TÍTULO | AUTOR | ANO | PERIÓDICO |
|---|---|---|---|
| You've Been Framed': A critical review of academic discourse on philanthrocapitalism | Steph Haydon, Tobias Jung, Shona Russell | 2021 | International Journal of Management Reviews |
| Filantropia de risco nas Redes Estaduais e Ensino do Brasil: Análise das Influências do Instituto Ayrton | Theresa Maria de Freitas Adrião Raquel Borghi Fontes | 2023 | Revista on-line de Política e Gestão Educacional UNESP |
| Digital philantrocapitalism in education: Covid-19, UNESCO, Google, Facebook, and Microsoft Texto em espanhol | Geo Saura | 2020 | Teknokultura: Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales |
| Acelereted policies/assembled world. Rhythms, contexts and actors in education Texto em espanhol | Geo Saura | 2021 | Foro de Educácion |
| Boundary spanners, network capital and the rise of edu-businesses: the case of News Corporation and its emerging education agenda | Anna Hogan | 2015 | Critical Studies In Education<br><br>Acesso fechado |

Fonte: Elaborada pela Autora

Feito isso, efetuou-se a etapa da Bibliografia Categorizada (MOROSINI; KOHLS-SANTOS; BITTENCOURT, 2021) que corresponde à reorganização das publicações selecionadas em categorias de análise. Estas categorias de análise deram origem às subcategorias. A partir delas é realizada a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2022). Na seção seguinte são apresentados os dados produzidos.

## 3 FILANTROCAPITALISMO E AS INFLUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO

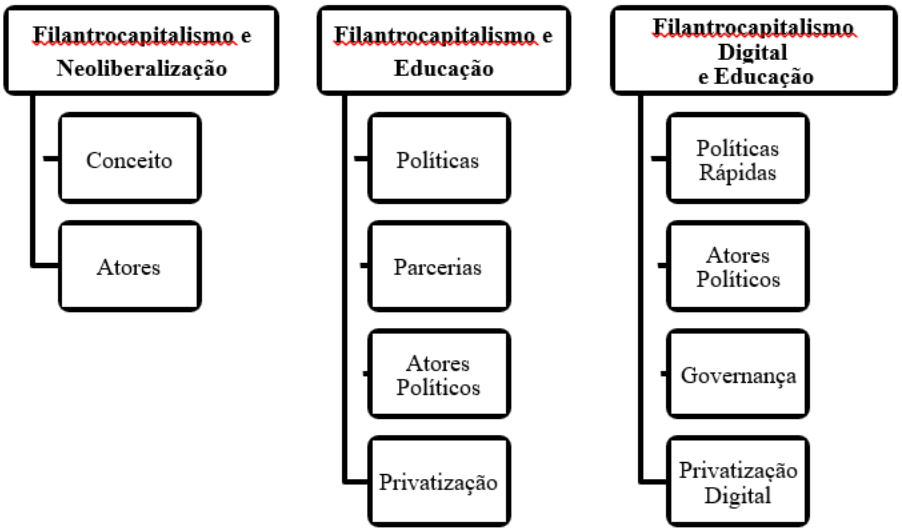
As publicações aqui sistematizadas provêm da Base de Dados Web Of Science. Como foi explicitado anteriormente, na primeira busca pelos descritores “philantrocapitalism and education” foram encontrados 12 (doze) trabalhos. Destes, após a fase da Bibliografia Anotada e da Bibliografia Sistematizada, restaram cinco. A nuvem de palavras (figura 1) representa as principais ideias contidas em seus resumos e palavras-chaves. As quais deram origem às categorias e subcategorias de análise (figura 2).

Figura 1: Nuvem de Palavras dos Resumos e Palavras-chaves das publicações categorizadas




Fonte: Elaborada pela Autora.

Figura 2: Categorias e subcategorias de análise.




Fonte: Elaborada pela Autora.

As cinco publicações selecionadas são artigos publicados nos anos de 2015 (01), 2020 (01), 2021 (02) e 2023 (01). Isto reflete a atualidade da temática do filantrocapitalismo na educação. Dois trabalhos estão publicados em inglês, dois em espanhol e um em português. A figura 3 apresenta os periódicos onde eles foram publicados.

Figura 3: Periódicos das publicações




Fonte: Organizada pela Autora.

As metodologias utilizadas na construção dos dados apresentados nos artigos, são descritas em:

- Busca e Revisão Sistemática;
- Análise Documental;

- Etnografia de Redes adaptada à análise de redes políticas na política educativa;
- Dimensão Teórica de Análise;
- Análise da Literatura Emergente.

Os assuntos abordados dizem respeito: ao filantrocapitalismo e a filantropia; à ação de atores privados associadas ao filantrocapitalismo; ao filantrocapitalismo digital e às políticas educacionais; às tensões, ritmos e atores na política educacional; e a evolução dos contextos de influência da política na educação por meio de empresas multinacionais de educação e a privatização.

As palavras-chaves que se destacam são: filantrocapitalismo, filantrocapitalismo digital, políticas educacionais, conjunto de políticas, mobilidades políticas, governança, governança digital, capitalismo digital, neoliberalismo, neoliberalização, capital de rede, negócios, edu-negócios, parcerias público-privadas.

A partir dos dados apresentados, passa-se a analisar os trabalhos, a partir das categorias e subcategorias de análise (figura 2).

### *3.1 Filantrocapitalismo e Neoliberalização*

O conceito de Filantrocapitalismo é recente e ainda suscita dúvidas em alguns dos autores ora estudados. Contudo, é imprescindível para a compreensão desta pesquisa que se busque caracterizá-lo. Assim, toma-se a definição trazida por Haydon: Jung; Russell (2021, p. 353-354), onde, de forma geral, o definem como:

> [...]"o crescente papel dos atores do setor privado no enfrentamento dos maiores desafios sociais e ambientais do planeta" (Bishop & Green, 2015, p. 541). As tentativas de promover as forças de mercado e as estratégias de negócios e medir os resultados das atividades filantrópicas geralmente caracterizam o filantrocapitalismo (Bishop & Green,2015; Rogers, 2011)".

Desta forma, pode-se compreender o filantrocapitalismo como a "aplicação de métodos e motivos de mercado para fins filantrópicos" (HAYDON: JUNG; RUSSELL, 2021, p. 353). Com ele, a filantropia ganha nova roupagem, deixando de ser vista como caridade. Os problemas sociais são tratados como "problemas científicos" e os filantropos passam a 'ajudar' o Estado a resolvê-los, já que detêm capital e agilidade dos quais o poder público carece. Passando a autodenominar-se "empreendedores produtivos" e a sua filantropia "investimento social". Esta reformulação da filantropia ganha força

desde a crise financeira global de 2008, e com a ideia de implementar uma gestão pública inspirada nos estilos e práticas do setor privado, na profissionalização, nos padrões de desempenho, nas medições e no controle (HAYDON: JUNG; RUSSELL, 2021).

Os apoiadores do filantrocapitalismo o consideram uma opção mais eficiente e eficaz à filantropia tradicional que realiza doações em larga escala. Por outro lado, os críticos argumentam que ele aprofunda e intensifica as desigualdades de riqueza e de poder, adotando os ideais neoliberais. O que, segundo os autores, impediu a mudança sistêmica da sociedade e limitou o progresso geral. Assim, contribuindo para a neoliberalização da filantropia e para a lógica aplicada aos setores beneficiados. Neste sentido, cabe alertar que todo o investimento busca um retorno. E o financiamento social dos filantrocapitalistas pode não visar apenas a melhoria das condições de vida.

### *3.2 Filantrocapitalismo e Educação*

O Filantrocapitalismo vem influenciando a educação, no mundo e no Brasil. Buscando compreender este processo, a partir dos artigos pesquisados, apresentaremos conceitos que permitem a aproximação do entendimento proposto.

Hogan (2015), propõe a análise dos contextos de influência política na educação e como estão progredindo por meio de relações com empresas multinacionais de educação e da quase privatização das políticas educacionais em todo o mundo. Para tanto, aborda, em seu artigo, a participação da News Corporation (empresa multinacional de meios de comunicação social dos Estados Unidos), como entidade aparentemente responsável pelo bem público e que possui um papel a desempenhar como formuladora de políticas públicas.

Ele examina o lugar da educação na estratégia de negócio da multinacional como exemplo do papel das empresas nos processos de políticas educacionais em nível nacional e global, ressaltando que estão surgindo 'novos e poderosos atores políticos'. O que, por sua vez, vem ocasionando mudanças estruturais na governança, nas parcerias público-privadas e novas privatizações na educação. Ao mobilizarem capital de rede para solucionarem problemas sociais e defenderem soluções políticas atraentes, as empresas, estão também vislumbrando benefícios comerciais.

Adrião e Borghi (2023) trazem à discussão outro ator político privado, o Instituto Airton Senna (IAS), apresentando sua ligação às redes estaduais de educação do Brasil e propondo a análise de seu 'modus

operandi', destacando a atuação na filantropia de risco. Na conclusão do artigo são destacados pontos relevantes sobre este ator e sua inserção na educação pública brasileira:

> A incidência do IAS na educação brasileira e sua articulação internacional foram identificas tanto pelas articulações com organizações privadas nacionais quanto supranacionais, das quais derivam programas e ações implantadas nas redes públicas de ensino brasileiras (ADRIÃO; BORGHI, 2023, p.15).

São identificados como apoiadores financeiros do IAS outros atores privados: Bradesco Capitalização, Itaú e Itaucard, Citigroup, Credicard e a transnacional norte-americano P&G.

No que diz respeito ao Filantrocapitalismo, as autoras, evidenciam a filantropia empresarial direcionada a retornos sociais e financeiros, que provocam a generalização de meios de aferir os impactos dos programas e ações na educação financiados pelos investidores sociais e operacionalizados pelos atores privados, hiperburocratizando os processos escolares por meio de políticas baseadas em evidências.

É possível compreender que o filantrocapitalismo explicita o processo de privatização da educação pública, pois, associa os investimentos privados destinados a causas sociais, antes tidos apenas como caridade, à retornos financeiros, modelando novos mercados. O que ressalta a influência das parcerias público-privadas, que segundo Adrião; Borghi (2023) vem acontecendo na definição de políticas educacionais em pactos e compromissos pela educação no Brasil.

Até este momento, é possível identificar a atuação do Filantrocapitalismo na educação a nível nacional e global, bem como apontar diversos atores políticos que viabilizam sua implementação, ressaltando a privatização da educação como uma consequência que vem sorrateiramente se infiltrando e ganhando força e espaço.

### *3.3 Filantrocapitalismo Digital e Educação*

Outro conceito que requer aprofundamento, com intuito de entender as manifestações do filantrocapitalismo é o 'filantrocapitalismo digital', que unifica os princípios do capitalismo digital e as novas formas de governança filantrocapitalista. "O filantrocapitalismo digital é a hibridização entre o modo de governo filantrocapitalista e os modos de produção de acumulação constante do capitalismo digital." (SAURA, 2020, 160).

Saura (2020) em seu artigo “Filantrocapitalismo Digital na Educação: Covid-19, UNESCO, Google, Facebook e Microsoft” explora novas formas de governança filantrocapitalista e a expansão das plataformas e ferramentas do capitalismo digital na política educacional, a fim de elucidar a noção de filantrocapitalismo digital na educação. Apresenta a “Montagem (ensamblaje) filantrocapitalista digital na educação Covid-19”, identificando a rede que forma a nova governança filantrocapitalista digital da educação.

Aponta como as principais corporações (atores políticos privados) desta montagem o Google, o Facebook e a Microsoft, que fazem parte da parceria global da “Aliança Global da UNESCO para a Digitalização da Educação para a Pandemia de Covid-19”, evidenciando os interesses por trás da “filantropia” que praticam.

Estes interesses ficam evidentes quando o autor se refere ao “Big Data” e sua ligação com o filantrocapitalismo digital na educação, discorrendo sobre como as corporações coletam e armazenam uma enorme quantidade de dados que permitem que saibam o que é feito, quais são os padrões de consumo e os desejos das pessoas de um determinado espaço, idade, cultura... Minerando estes dados e os transformando em lucros. Dados estes, coletados também, a partir dos aplicativos utilizados na educação.

> As grandes corporações de tecnologia do Vale do Silício podem armazenar e monitorar uma grande quantidade de dados por meio de algoritmos que lhes permitem rastrear em tempo real e orientar o comportamento de alunos e professores por meio de análises preditivas de acertos e erros (SAURA, 2020, p. 166).

A isto Williamson (2017, apud. SAURA, 2020) denomina imaginários sociotécnicos da governança educacional digital. Sob essa visão sociotécnica, é possível perceber que a política educacional está sendo dominada pelo uso e implementação de big data que não é neutro nem meramente técnico. É técnico pois são ferramentas e processos tecnológicos, contudo, também sociais, pois estão repletos de relações e interesses de seus criadores. E isso vem consolidando a privatização digital da educação.

Neste viés, Saura (2021) traz à luz a necessidade de as pesquisas em educação analisarem e compreenderem as transformações pelas quais os sistemas educativos estão passando. Enfatiza que as políticas educacionais, desde a crise global de 2008, estão sendo elaboradas em ritmos políticos cada vez mais rápidos, em contextos políticos cada vez mais obscuros e por atores políticos cada vez mais privados. E este fenômeno vem sendo ainda mais acentuado desde a pandemia Covid-19. Assim, se faz necessário analisar as configurações das agendas educacionais pelo viés da aceleração e das

políticas rápidas, que vem transformando a educação, a partir de ações rápidas e experimentais, pouco pensadas e avaliadas, justificadas pelo intuito de minimizar os efeitos da pandemia global sobre a educação.

Destaca ainda que essas urgências políticas estão oportunizando às "grandes corporações tecnológicas ampliarem de forma global e disruptiva a digitalização dos sistemas educacionais" (SAURA, 2021, p.151), caracterizando os mais recentes avanços da neoliberalização global contemporânea. Evidenciando que as políticas e a nova governança multidirecional são variáveis e adaptáveis, heterogêneas e em constante mudança. Neste sentido, "é preciso acompanhar o movimento constante da vivacidade das políticas" (SAURA, 2021, p.152).

Quanto aos atores políticos, o autor chama a atenção para "a participação na política educacional de novos atores privados que estão obscurecendo os aspectos da fronteira da soberania territorial e temporal do Estado" (SAURA, 2021, p.151), especialmente as fundações filantrópicas e seu envolvimento e protagonismo nas agendas e reformas educacionais contemporâneas.

> O filantrocapitalismo está se consolidando como resultado das crises da última década, pois são atores privilegiados, possuidores de capital e capazes de agir em margens de tempo muito reduzidas. Essa nova governança filantrópica torna cada vez mais tênue e difusa a definição dos limites dos Estados, dos benefícios privados e das ações de doações. Os filantrocapitalistas defendem a digitalização da educação e, ao mesmo tempo, expandem as lógicas do capitalismo como soluções para a necessária modernização dos sistemas educacionais (SAURA, 2021, p.151).

E as fundações filantrocapitalista expandem o "solucionismo tecnológico" como forma de transformar os sistemas educacionais, doando e gerando políticas que consolidam a governança digital da educação impulsionada por imaginários sociotécnicos precisos de atores políticos e objetivos sociais que estão transformando a educação e as arenas políticas. Neste viés, fica latente a importância de um olhar mais crítico e criterioso frente às proposições políticas, seus atores, e seus reais objetivos e interesses.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estado do conhecimento possibilitou conhecer estudos sobre o filantrocapitalismo e suas manifestações e influências na educação. Neste sentido, foi possível compreender que o filantrocapitalismo é um conceito recente, que une os preceitos da filantropia aos do capitalismo, sendo uma nova forma de entender e tratar dos problemas sociais. Enquanto há

aqueles que defendem esta abordagem, há outros que a contestam e criticam, apontando-a como mais uma roupagem para as ações neoliberalistas que geram ainda mais disparidades sociais em prol do capitalismo e do poder.

O que se percebe, a partir do estudo realizado, é que o filantrocapitalismo vem ganhando espaço nas mais diversas políticas sociais, através de relações público-privadas e da privatização das ações do Estado de modo global. Propondo soluções rápidas aos problemas, que os governos não possuem a tecnologia e nem recursos financeiros para solucionar.

No que diz respeito à educação, o filantrocapitalismo se manifesta, dentre outras formas, através de relações público-privadas, que vem influenciando as políticas educacionais e sua implementação. No Brasil, a exemplo do Instituto Airton Senna, poderiam ser elencados inúmeras outras parcerias que vem ganhando força na proposição e na concretização de políticas públicas para a educação, principalmente nos últimos anos. O que carece de estudos para uma melhor mensuração e compreensão das reais influências e objetivos das fundações filantrocapitalista, bem como do resultado de suas interferências na política e na educação propriamente dita.

No contexto de pandemia e pós-pandemia, o filantrocapitalismo digital surge como solução para o enfrentamento dos problemas educacionais resultantes do fechamento das escolas. Aqui os atores políticos (Google, Facebook, Microsoft) não respeitam fronteiras, adentrando os espaços de forma global, promovendo a digitalização da educação e a educação disruptiva, com o apoio da UNESCO. O filantrocapitalismo digital vem abrindo caminhos para a privatização digital da educação, e é possível observar que outros atores vêm se agregando a esse fenômeno. Que por sua vez ganha robustez com a proposição de políticas rápidas que cortam etapas, visando a solução imediata de problemas educativos, sem os estudos e análises necessários, partindo diretamente à experimentação. O que fortalece a participação das fundações filantrocapitalista na definição e implementação da agenda educacional.

Por fim, pode-se apontar que o filantrocapitalismo vem se manifestando, influenciando e atuando na educação no mundo e no Brasil. Suas principais interferências estão diretamente ligadas às políticas educacionais, principalmente na pandemia, onde os atores privados surgem como ‘salvadores’ da educação, já que detém os meios, as ferramentas e os recursos financeiros para digitalizar a educação e ofertá-la de forma disruptiva. Contudo, a influência do filantrocapitalismo não perde força com o término da pandemia, e sua intromissão nas agendas educacionais perdura.

Quanto ao estudo desta temática no Brasil, fica evidente que é um tema emergente, com poucos estudos realizados, visto que na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD-IBICT), foram encontrados apenas dois trabalhos que mencionam o filantrocapitalismo, mas nenhum deles correspondiam às intenções de pesquisa. E na Web of Science, foi encontrado apenas um artigo brasileiro. O que reitera a já afirmada necessidade de aprofundamentos dos estudos neste campo.

Neste sentido, fica evidente a necessidade de ampliar os estudos, mapear os atores envolvidos, compreender como atuam de modo a fazer frente ao avanço da neoliberalização e da privatização digital da educação que ora se anunciam.

**REFERÊNCIAS**

ADRIÃO, T. M. de F.; BORGHI, R. F. Filantropia de risco nas redes estaduais de ensino brasileiras: Análise das influências do Instituto Ayrton Senna. Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 27, n. 00, p. e023025, 2023. DOI: 10.22633/rpge.v27i00.16940. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/16940. Acesso em: 21 jul. 2023.

HAYDON, S , JUNG, T , RUSSELL, S. 'You've Been Framed': A critical review of academic discourse on philanthrocapitalism International Journal of Management Reviews. 2021 ; 23 : 353-375 . https://doi.org/10.1111/ijmr.12255

HOGAN, A. Boundary spanners, network capital and the rise of edu-businesses: the case of News Corporation and its emerging education agenda, Critical Studies in Education, 2015, 56:3, 301-314, DOI: 10.1080/17508487.2014.966126.

SAURA, G. Filantrocapitalismo digital en educación: Covid-19, UNESCO, Google, Facebook y Microsoft. Teknokultura. Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales, 17(2), 159-168, 2020. https://doi.org/10.5209/tekn.69547

SAURA, G. Políticas aceleradas/mundo ensamblado. Ritmos, contextos y actores em educación. Foro de Educación, 2021, 19 (1), 135-158. doi: http://dx.doi.org/10.14516/fde.892

SILVA, P. K. A outra face da desigualdade: a articulação das elites no campo da filantropia e investimento social privado. Revista Brasileira de Sociologia, vol. 4, núm. 07, pp. 135-174, 2016. Disponível em: https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/184. Acesso em jul. 2023.

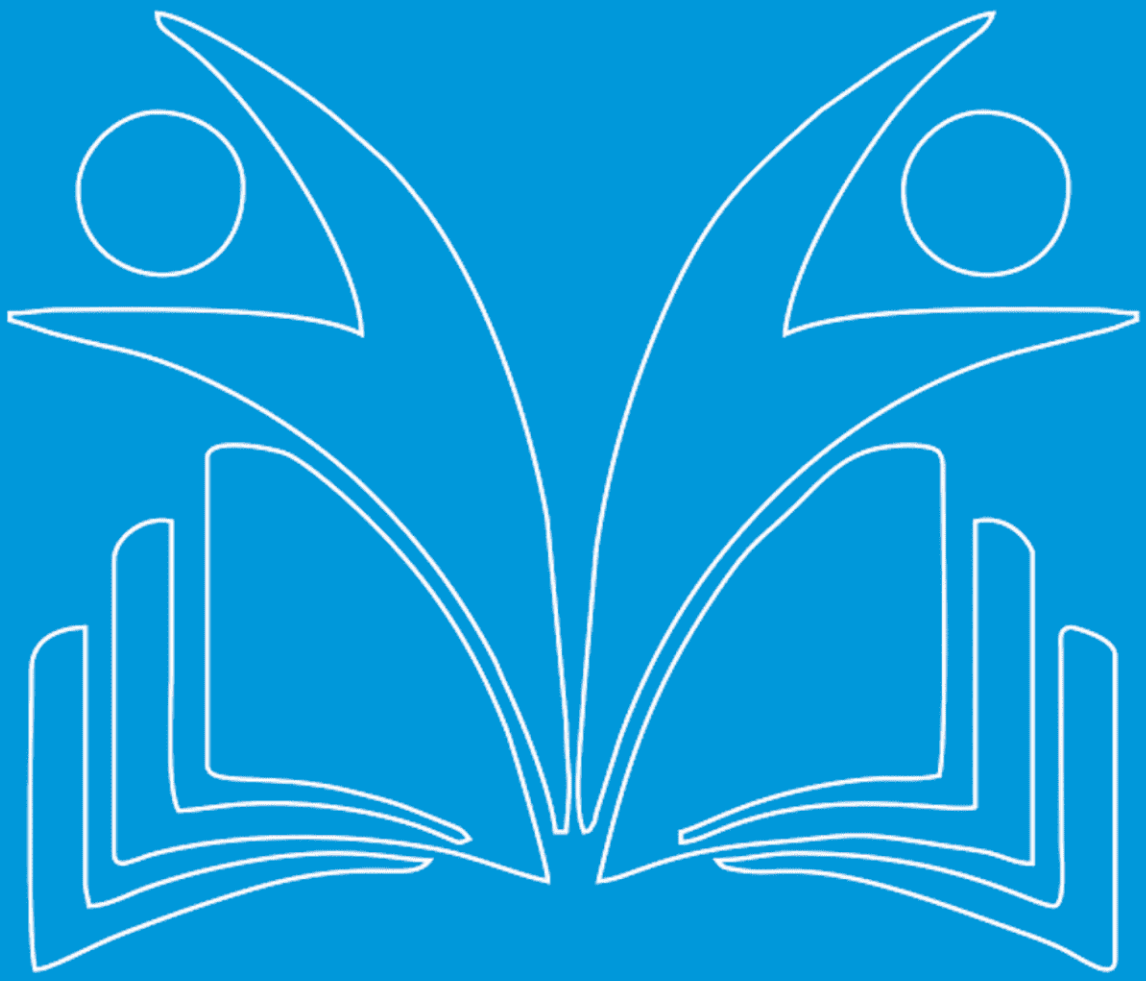
SILVA, P. K.; OLIVEN, R. G.. Filantrocapitalismo versus filantropia para a justiça social: um debate norte-americano sobre como lidar com a pobreza. Mana, v. 26, n. 1, p. e261204, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mana/a/Hg6X3JkGHTtwmgzTJwmQv8Q/ ?lang=pt. Acesso em: jul. 2023.

# Capítulo 5

10.37423/260911328

# TRANSEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA

*CARLOS SANTOS LEAL* *Universidade Federal do Maranhão*



**RESUMO**

A transexualidade na adolescência constitui uma temática relevante para a Psicologia, especialmente por envolver processos de construção identitária atravessados por fatores históricos, sociais, culturais e psicológicos. Este estudo tem como objetivo analisar os aspectos psicológicos e sociais relacionados às vivências de adolescentes trans, considerando a construção da identidade de gênero, os impactos do preconceito e da discriminação sobre a saúde mental e a importância das redes de apoio. Trata-se de uma pesquisa básica pura, de abordagem qualitativa, com objetivo exploratório e procedimento bibliográfico. A análise foi desenvolvida a partir de produções científicas e documentos relacionados à transexualidade, identidade de gênero, Psicologia do Desenvolvimento, saúde mental, apoio psicológico e políticas voltadas à população LGBTQIA+. Os resultados indicam que o sofrimento psíquico vivenciado por adolescentes trans não decorre da identidade de gênero em si, mas está relacionado, sobretudo, às experiências de discriminação, transfobia, exclusão social, rejeição familiar e ausência de reconhecimento institucional. Evidencia-se, ainda, que a adolescência representa um período particularmente significativo para a construção e consolidação da identidade, podendo as transformações corporais da puberdade intensificar sentimentos de inadequação e sofrimento quando não correspondem à identidade de gênero da pessoa. Conclui-se que o apoio familiar, escolar, institucional e psicológico constitui importante fator de proteção, sendo necessária uma atuação psicológica ética, acolhedora e despatologizante, comprometida com a promoção da saúde mental, da autonomia, da diversidade e dos direitos humanos.

**Palavras-chave:** Psicologia; adolescência; transexualidade; identidade de gênero; saúde mental.

## 1 INTRODUÇÃO

A transexualidade no Brasil tem ganhado espaço em debates científicos e se tornado objeto de estudo do saber psicológico. Todavia, o estudo da transexualidade vem apoiado frequentemente em reflexões que estigmatizam e a patologizam, sendo considerada por muitos como um distúrbio. Nesse sentido, considera-se importante que a transexualidade precisa ser historicamente estudada, visto que sempre esteve presente na humanidade, contudo aniquilada no seu direito de existir ao longo dos séculos após cruzadas religiosas, no mundo ocidental por exemplo, sob a égide cristã, que muito mal fez a população LGBTQIA+. Ressalta-se que a transexualidade se refere à experiência de pessoas cuja identidade de gênero difere daquela socialmente associada ao sexo que lhes foi atribuído no nascimento, enquanto que a disforia de gênero ocorre quando a pessoa trans vivencia sofrimento psíquico e emocional significativo devido preconceitos, estigmas, opressões e outras formas de violências presentes na sociedade na qual está inserida.

O conceito de gênero foi formulado para distinguir as dimensões biológica e social, na maneira de ser homem e de ser mulher como percebida pela cultura. Assim, gênero difere de sexo, sendo produto da realidade social e não da anatomia dos corpos. Gênero é uma construção social, refere-se às relações estabelecidas a partir da percepção social das diferenças biológicas entre os sexos (Scott, 1995). Já a identidade de gênero é a experiência emocional, psíquica e social de uma pessoa em relação ao gênero e que pode não corresponder ao sexo atribuído ao nascimento (Hall, 2014).

Esses termos, aparentemente parecidos, devem ser diferenciados e devidamente explicados por conta da assimilação das nuances das vivências de pessoas trans. Nessa perspectiva, o objetivo geral deste trabalho é analisar através da literatura disponível a transexualidade na adolescência, compreendendo a construção de gênero como sendo influenciada pelas relações interpessoais, sociais e institucionais.

Os objetivos específicos consistem em apresentar o contexto histórico da transexualidade a fim de compreender as evoluções e o progresso na luta contra a transfobia, entender o processo de construção de identidade de gênero na adolescência a partir dos pressupostos da Psicologia do Desenvolvimento, analisar os impactos da discriminação e preconceito na saúde psíquica da pessoa trans e refletir sobre a necessidade de fortalecimento de políticas públicas eficazes e práticas psicológicas baseadas nas premissas do Conselho Federal de Psicologia.

A relevância social e acadêmica do estudo se baseia na necessidade de ampliar o repertório teórico e as discussões acerca da transexualidade na adolescência, levando em conta que as pessoas transexuais

são um grupo de risco e enfrentam elevados índices de violência no seu cotidiano e precisam de destaque para assim conseguirem ter mais acesso aos serviços de saúde mental e assistência.

Concomitantemente, a pesquisa busca contribuir para o fortalecimento das discussões sobre identidade de gênero e desenvolvimento humano na Psicologia, reunindo articulações teóricas para a compreensão das especificidades da adolescência transexual. Portanto, o estudo pretende incentivar investigações acerca do tema, ampliando a produção científica e colaborando para a formação de arcabouço teórico que pode fomentar reflexões em profissionais da Psicologia.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### *2.1 TRANSEXUALIDADE À LUZ DO MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS, DSM.*

A transexualidade foi PATOLOGIZADA, normatizada e classificada através do DSM, manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais, em sua terceira edição, o DSM III, publicado em 1980, utilizando-se o termo transexualismo para esta população. No DSM-III, publicado em 1980 pela American Psychiatric Association, o transexualismo foi incluído entre os Transtornos Psicossexuais, sendo caracterizado por “uma incongruência entre o sexo anatômico e a identidade de gênero” (APA, 1980, p. 261, tradução nossa).

Desse modo, evidencia-se que essa classificação, ao categorizar a transexualidade como doença e anormalidade, contribuiu para legitimar diversas formas de preconceito, estigmatização, opressão, silenciamento, violências sociais e institucionais contra essa população, desconsiderando a complexidade do existir humano e as dimensões históricas, sociais e culturais inerentes à construção da identidade de gênero. Nesse processo, perspectivas biologizantes, religiosas e conservadoras, historicamente vinculadas a estruturas sociais patriarcais, contribuíram para a construção e a reprodução de discursos discriminatórios acerca da população trans.

Outras edições do manual foram publicadas, em 1987, no DSM III-TR, manteve-se o termo Transexualismo. Em 1994, com a publicação do DSM-IV, o termo transexualismo foi modificado para Transtorno de identidade de gênero (TIG). Nesta edição passou-se a ser necessário para a aplicação deste diagnóstico, o Transtorno de Identidade de Gênero (TIG), a presença de quatro critérios diagnósticos, que são: Critério A: Identificação forte e persistente com o outro gênero: presença de

identificação intensa e persistente com o outro sexo/gênero, não explicada simplesmente por supostas vantagens culturais de pertencer ao outro sexo. Em adolescentes e adultos, poderia manifestar-se pelo desejo de ser, viver ou ser tratado como pertencente ao outro sexo. Critério B: Desconforto persistente com o próprio sexo: presença de desconforto persistente com o sexo atribuído ou sentimento de inadequação em relação ao papel de gênero associado a esse sexo. Em adolescentes e adultos, incluía, por exemplo, preocupação em eliminar características sexuais primárias ou secundárias ou a crença de ter nascido com o sexo considerado inadequado. Critério C: Ausência de condição intersexual física concomitante: o diagnóstico não deveria ser estabelecido quando a perturbação ocorresse concomitantemente a uma condição física intersexual, conforme a terminologia empregada pelo DSM naquele período, e Critério D: Sofrimento ou prejuízo clinicamente significativo: a condição deveria provocar sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida. a condição deveria provocar sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida (American Psychiatric Association, 1994). E como se pode observar na edição de 1994, ainda se mantiveram estigmas e preconceitos acerca da população trans (Preu; Brito, 2019)

Em 1971 foi realizada a primeira cirurgia de transgenitalização no País, a prática não era regulamentada pelos órgãos legais da Medicina, o que gerava uma onda de cirurgias clandestinas, os procedimentos eram negados pela justificativa que seria uma mutilação. Só em 1997, o Conselho Federal de Medicina através da Resolução CFM nº 1.482/1997, regulamentou a prática se baseando no fato de que seria utilizado com fins terapêuticos.

> Esta resolução considera que a cirurgia de transgenitalização tem como motivo essencial uma "intenção de beneficência", baseada em dois princípios: um deles, fundamentalmente terapêutico, diz respeito à "busca da integração entre o corpo e a identidade sexual psíquica do interessado"; o outro refere-se ao princípio de autonomia e justiça, ou seja, ao direito de dispor do próprio corpo e a não-discriminação no pleito à cirurgia (Arán, 2006, p. 59).

Portanto, a transexualidade deve ser compreendida para além de perspectivas patologizantes e reducionistas que, historicamente, contribuíram para a marginalização da população trans. Embora os estudos psicológicos e psiquiátricos tenham, durante décadas, classificado a transexualidade como um transtorno, transexualismo, observa-se um avanço gradual na construção de abordagens mais humanizadas, que reconhecem a identidade de gênero como parte legítima da experiência humana. Nesse sentido, compreender os conceitos de gênero, identidade de gênero e disforia de gênero torna-se fundamental para promover respeito, inclusão e garantia de direitos.

Assim, as conquistas da população trans ocorreram de forma lenta e marcada por estigmas sociais e institucionais. A regulamentação da cirurgia de transgenitalização no Brasil representa um importante avanço no reconhecimento da autonomia e da dignidade das pessoas trans, ainda que muitos desafios persistem. Assim, a Psicologia tem, portanto, o compromisso de promover políticas públicas que visem à população trans o pertencimento social, acesso a serviços públicos de saúde e educação por exemplo, como também à dignidade humana (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013).

De todo posto, defende-se que o diálogo entre a Psicologia do Desenvolvimento e a transexualidade é imprescindível para uma melhor compreensão sobre o que é gênero e identidade de gênero, na perspectiva de melhor compreensão sobre a estigmatização histórica sofrida pelas pessoas trans.

## *2.2 ADOLESCÊNCIA E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE PESSOAS TRANSGÊNERO*

No que se refere à construção da identidade na adolescência, a Psicologia do Desenvolvimento compreende esse processo como complexo e dinâmico, atravessado tanto por aspectos individuais quanto por fatores sociais, culturais e relacionais.

Sob esse viés, a adolescência é uma etapa onde o ser humano passa por diversas adaptações, sendo um período de construção e reconstrução do sujeito perante a família e a sociedade na qual está inserido (Duarte, 2007). Assim, comumente, neste ciclo da vida, surge uma busca pelo entendimento da identidade, e o que essa identidade significará e influenciará na vida do adolescente.

Nesse contexto, a adolescência pode ser marcada por questionamentos relacionados à identidade e à percepção de si. Por constituir um período de significativas transformações físicas, psicológicas e sociais, essa etapa do desenvolvimento pode envolver conflitos e inquietações decorrentes do processo de compreensão de quem se é, da construção da própria identidade e da maneira como o adolescente deseja ser reconhecido nas relações e no contexto social em que está inserido.

> Construção da identidade é um passo decisivo na transformação do jovem adolescente para a fase adulta, o caminho a seguir nesta construção é composto de valores, crenças e objetivos com os quais está comprometido e compõe uma concepção de si mesmo (Schoen-Ferreira, Aznar-Farias, Silvares, 2003)

Ademais, no campo da Psicologia do Desenvolvimento, a construção da identidade pode ser compreendida a partir da interação entre três fatores principais: os intrapessoais, relacionados às características próprias do indivíduo e às capacidades adquiridas ao longo de seu desenvolvimento; os

interpessoais, referentes às identificações estabelecidas nas relações com outras pessoas; e os culturais, que compreendem os valores sociais, comunitários e globais aos quais o indivíduo está exposto. Esses fatores se articulam no processo de constituição da identidade, evidenciando que esta não se desenvolve de maneira isolada, mas na interação entre aspectos individuais, relacionais e socioculturais (Schoen-Ferreira; Aznar-Farias; Silvares, 2003).

Os fatores mencionados acima evidenciam que a construção da identidade constitui um processo complexo e dinâmico, resultante da interação entre aspectos individuais, interpessoais e culturais. Nesse processo, a cultura exerce importante influência, uma vez que os contextos sociais nos quais o adolescente está inserido contribuem para a construção de valores, crenças, comportamentos e formas de compreender a si mesmo e o mundo ao seu redor. Paralelamente, a percepção que o indivíduo desenvolve sobre si assume papel fundamental na constituição de sua identidade, especialmente durante a adolescência, período em que características individuais, interesses, valores e modos de ser tornam-se progressivamente mais definidos. Além disso, as relações estabelecidas para além do núcleo familiar passam a ocupar maior espaço na experiência do adolescente, ampliando suas referências sociais e contribuindo para o processo de construção e consolidação de sua identidade.

Ressalta-se que a construção da identidade na adolescência não deve ser compreendida como um processo linear ou isolado, mas sim como uma interação complexa entre a subjetividade do sujeito e as demandas do meio social, e que as crises identitárias, além de serem fonte de angústia, funcionam como mecanismos adaptativos que impulsionam o adolescente a refutar valores, crenças e experiências fundamentais para o seu amadurecimento.

Beauvoir (1960), em seu livro intitulado O Segundo Sexo, afirma que não se nasce mulher, torna-se mulher. Nesse contexto, o tornar-se mulher é uma construção social, ou seja, o modo de ser mulher depende do contexto histórico e social no qual se está inserido. A partir dessa perspectiva, compreende-se o gênero como uma construção social e cultural, atravessada por valores, normas, performances, identidades e papéis de gênero que, historicamente produzidos, estabelecem expectativas e padrões socialmente impostos aos indivíduos.

Diante disso, é possível entender os papéis de gênero como sendo características de comportamentos considerados adequados e esperados pelos homens e mulheres. Essas características manifestam-se por meio de modos de agir, comportamentos, posturas e valores social e culturalmente construídos, que influenciam a maneira como os indivíduos se percebem, se expressam e estabelecem relações,

participando, assim, do processo de construção de suas identidades. Tais expectativas são produzidas e reproduzidas socialmente desde os primeiros momentos da vida e, quando pouco questionadas, tendem a ser naturalizadas e legitimadas em contextos estruturados por normas heteronormativas, estabelecendo padrões acerca dos modos socialmente esperados de ser e de expressar o gênero.

Desse modo, é essencial compreender como a sociedade heteronormativa interfere na construção da identidade de gênero de um indivíduo. Visto que a sociedade heteronormativa não considera as possibilidades de expressão da identidade humana, e isso é resultado direto do binarismo, que é a ação de considerar apenas o masculino e feminino. Nessa perspectiva, torna-se fundamental reconhecer a diversidade das formas de vivenciar e expressar a identidade de gênero, considerando a pluralidade e a singularidade da experiência humana, que não podem ser reduzidas ou limitadas às características biológicas associadas ao sexo.

A adolescência constitui uma etapa do desenvolvimento marcada por significativas transformações físicas, emocionais e sociais, bem como por importantes processos relacionados à construção da identidade. Nesse período, questões referentes ao sexo atribuído no nascimento, à identidade de gênero e à expressão de gênero podem adquirir maior relevância na experiência do adolescente, integrando os processos de autopercepção, reconhecimento de si e construção de sua identidade.

Nesse contexto, a identidade de gênero constitui uma dimensão importante da experiência subjetiva e pode ser vivenciada e expressa de diferentes maneiras ao longo do desenvolvimento. A puberdade, caracterizada por um conjunto de transformações biológicas relacionadas à maturação sexual, torna mais evidentes as características sexuais do corpo, que passam a ser percebidas tanto pelo próprio adolescente quanto pelas pessoas que integram seu contexto social. Para os adolescentes trans, comumente, determinadas transformações corporais decorrentes da puberdade são vivenciadas com desconforto ou sofrimento, pois não correspondem à sua identidade de gênero, podendo intensificar sentimentos de incongruência entre a experiência identitária e determinadas transformações corporais. Portanto, o papel da Psicologia na transformação dessa realidade mostra-se fundamental, uma vez que, enquanto ciência e profissão, produz conhecimentos que podem contribuir para a desconstrução de estigmas e preconceitos relacionados à diversidade de gênero, fomentar práticas de acolhimento e reconhecimento das singularidades e favorecer transformações sociais comprometidas com a dignidade, a inclusão e os direitos humanos.

### *2.3 PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO: Transexualidade, apoio psicológico e preconceito*

No que se refere à atuação da Psicologia junto à população trans, o atendimento psicológico deve fundamentar-se em uma perspectiva de acolhimento e escuta qualificada, que reconheça e respeite a singularidade das experiências relacionadas à identidade de gênero e a orientação sexual. Nessa perspectiva, a atuação profissional deve favorecer o fortalecimento da pessoa e a compreensão dos diferentes fatores sociais, culturais, familiares e institucionais que atravessam suas experiências, possibilitando reflexões e intervenções sobre aspectos que podem repercutir significativamente nos processos de saúde da população LGBTQIA+ (Cardoso; Ferro, 2012). Assim, a psicóloga, em sua práxis com a comunidade transexual, deve sempre optar por uma postura despatologizante.

Segundo a Cartilha Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais, “o conceito de adolescência é uma construção social. A par das intensas transformações biológicas que caracterizam essa fase da vida, e que são universais, participam da construção desse conceito elementos culturais que variam ao longo do tempo, de uma sociedade a outra” (Grupo Técnico, 2005, p. 7 apud León, O. D, 2005, p. 12). Portanto, a adolescência não é resumida a questões de maturação biológica e hormônios, pode ser entendida como uma fase em que o sujeito tem uma criticidade e poder reflexivo apurado, podendo pensar com clareza sobre aspectos objetivos e subjetivos. Além disso, a adolescência constitui um período particularmente significativo para o processo de construção da identidade, que é atravessado pelo contexto histórico, social e cultural no qual o indivíduo está inserido. Nessa etapa do desenvolvimento, a ampliação dos recursos cognitivos e reflexivos favorece uma compreensão mais complexa de si, das relações sociais e do mundo ao seu redor, possibilitando ao adolescente refletir sobre quem é, construir referências identitárias e posicionar-se diante da realidade que experiencia. (León, O. D, 2005)

Nesse horizonte, a adolescência pode constituir um período particularmente significativo para a compreensão e a expressão da identidade de gênero. Para alguns adolescentes, é nesse momento que se torna mais evidente a incongruência entre a identidade de gênero vivenciada e determinadas características associadas ao sexo atribuído no nascimento, favorecendo processos de reconhecimento e afirmação de uma identidade trans. Essa experiência pode ser atravessada por desafios emocionais, corporais e sociais, especialmente diante das transformações decorrentes da puberdade e das expectativas sociais relacionadas ao gênero.

No que se refere às transformações corporais próprias da maturação sexual, algumas delas podem ser vivenciadas com desconforto ou sofrimento quando percebidas como incongruentes com a identidade de gênero do adolescente. Em um adolescente transmasculino, por exemplo, o desenvolvimento das mamas pode intensificar o desconforto com determinadas características corporais e produzir sofrimento significativo, sobretudo quando essas mudanças são percebidas como distantes da maneira como a pessoa reconhece e experiencia sua própria identidade de gênero.

Portanto, sofrimento comum nas vivências de pessoas transexuais deve ser posto em visibilidade. Segundo Saadeh et al. (2018), a taxa de tentativas de suicídio nessa população e nessa faixa etária é maior que na população geral. 30 a 40% dos adolescentes transexuais tentam suicídio, enquanto na população geral de adolescentes, esse índice é de 14%. Tal indicador demonstra um sofrimento psíquico elevado dessa parcela da população, que se sentem tão vulneráveis que recorrem ao suicídio como forma de acabar tal sofrimento. Assim, a população trans se mostra vulnerável frente aos desafios que a sociedade binária impõe.

## 3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se, quanto à sua finalidade, como uma pesquisa básica pura, uma vez que busca ampliar a compreensão teórica acerca da transexualidade na adolescência e de suas interfaces com a Psicologia. Quanto à abordagem, configura-se como uma pesquisa qualitativa, por privilegiar a compreensão dos aspectos históricos, sociais, culturais e psicológicos relacionados às experiências de adolescentes trans. Em relação aos objetivos, apresenta caráter exploratório, buscando proporcionar maior aproximação e aprofundamento teórico acerca da construção da identidade de gênero, das experiências de discriminação e preconceito, do sofrimento psíquico e das redes de apoio relacionadas a essa população.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida mediante análise de livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos e documentos técnicos relacionados à transexualidade, adolescência, identidade de gênero, Psicologia do Desenvolvimento, saúde mental e atuação profissional da Psicologia. Foram consideradas, ainda, publicações e documentos de referência voltados à compreensão das políticas públicas e das práticas psicológicas direcionadas à população LGBTQIA+.

O percurso metodológico foi organizado a partir da identificação e análise de produções que possibilitassem compreender, inicialmente, o desenvolvimento histórico das concepções acerca da transexualidade e as transformações ocorridas em sua compreensão científica e social. Posteriormente, foram examinadas produções relacionadas à adolescência e à construção da identidade, considerando fatores intrapessoais, interpessoais, familiares, sociais e culturais envolvidos nesse processo.

A análise do material bibliográfico concentrou-se nos seguintes eixos temáticos: a) percurso histórico e processo de despatologização da transexualidade; b) adolescência e construção da identidade de gênero; c) impactos da discriminação, do preconceito e da transfobia sobre a saúde mental; d) importância das relações familiares, escolares, institucionais e sociais na saúde psíquica da pessoa trans; e e) atuação da Psicologia e importância do acolhimento psicológico e das redes de apoio.

Os materiais selecionados foram submetidos a uma análise qualitativa e interpretativa, buscando identificar aproximações, contribuições e aspectos recorrentes entre os referenciais consultados. A partir dessa análise, os achados foram articulados aos objetivos do estudo, possibilitando discutir de que maneira os contextos históricos e socioculturais atravessam a construção identitária e a saúde mental de adolescentes trans, bem como refletir sobre a importância de práticas psicológicas éticas, inclusivas, acolhedoras e despatologizantes.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A literatura analisada evidencia que a experiência da transexualidade na adolescência é profundamente atravessada por fatores históricos, sociais, culturais e psicológicos. Os estudos convergem ao demonstrar que o sofrimento vivenciado por adolescentes trans não decorre de sua identidade de gênero, mas das formas como essa identidade é compreendida, regulada e frequentemente estigmatizada em uma sociedade estruturada por normas cisheteronormativas.

O percurso histórico da transexualidade revela que, durante grande parte do século XX, predominou uma compreensão patologizante da diversidade de gênero. A inclusão da transexualidade no Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-III), em 1980, sob a denominação de transexualismo, consolidou uma perspectiva biomédica que reduzia a pluralidade das experiências trans a uma categoria diagnóstica (Brito; Preu, 2019). Embora as revisões posteriores dos manuais diagnósticos tenham promovido avanços conceituais, culminando na substituição do termo

transexualismo pelo termo disforia de gênero, os efeitos históricos da patologização ainda repercutem na manutenção do preconceito, da discriminação e da exclusão social.

Sob a perspectiva da Psicologia do Desenvolvimento, a adolescência constitui um período de intensas transformações biopsicossociais, marcada pela reorganização da identidade, pelo desenvolvimento da autonomia e pela consolidação do autoconceito. Conforme a Cartilha Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais, publica em 2022, a adolescência não pode ser compreendida apenas como uma etapa biológica do desenvolvimento, mas como uma construção social influenciada pelos contextos históricos, culturais e relacionais. Nesse cenário, a identidade de gênero assume papel central na constituição subjetiva do adolescente, tornando o reconhecimento social um elemento fundamental para seu desenvolvimento emocional.

Entretanto, para adolescentes trans, esse processo de construção identitária ocorre em meio a experiências frequentes de rejeição familiar, violência simbólica, discriminação escolar e invisibilidade institucional. A literatura demonstra que a puberdade, geralmente compreendida como marco do desenvolvimento humano, pode representar uma fonte significativa de sofrimento quando as mudanças corporais se apresentam em desacordo com a identidade de gênero da pessoa. O desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários intensifica sentimentos de inadequação corporal, angústia e sofrimento psíquico, exigindo do adolescente constantes estratégias de enfrentamento diante das expectativas sociais associadas ao sexo atribuído ao nascimento.

Essas condições repercutem diretamente na saúde mental dessa população. Segundo Saadeh et al. (2018), entre 30% e 40% dos adolescentes transexuais relatam tentativa de suicídio, percentual significativamente superior ao observado entre adolescentes da população geral. Esses dados reforçam que a vulnerabilidade psicológica dessa população não decorre da identidade de gênero em si, mas da exposição contínua a processos de discriminação, violência e exclusão social. Nesse sentido, a literatura aponta que fatores como rejeição familiar, bullying, dificuldades de acesso aos serviços de saúde e ausência de reconhecimento institucional constituem importantes determinantes do sofrimento psíquico vivenciado por adolescentes trans.

Diante desse contexto, diversos autores destacam a importância da atuação psicológica fundamentada em uma perspectiva ética, acolhedora e despatologizante. Cardoso e Ferro (2012) defendem que o atendimento psicológico à população LGBTQIA+ deve priorizar o fortalecimento da singularidade da experiência humana, afastando-se de modelos centrados na normalização da identidade de gênero.

Nessa perspectiva, o papel da Psicologia consiste em acolher o sofrimento produzido pelas condições sociais de exclusão, promovendo espaços de escuta, reflexão e fortalecimento da autonomia do sujeito.

Assim, a literatura analisada permite concluir que a promoção da saúde mental de adolescentes trans exige intervenções que ultrapassem o atendimento individual, envolvendo ações voltadas ao enfrentamento da transfobia, à formação continuada de profissionais, ao fortalecimento das políticas públicas e à construção de ambientes familiares e escolares mais inclusivos. Dessa forma, o sofrimento vivenciado por essa população deve ser compreendido como resultado de processos históricos e sociais de estigmatização, reafirmando a necessidade de práticas psicológicas comprometidas com a promoção dos direitos humanos, da diversidade e do desenvolvimento integral de adolescentes trans.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo propôs-se a analisar os aspectos psicológicos e sociais relacionados à transexualidade na adolescência, compreendendo essa etapa do desenvolvimento como um período particularmente significativo para os processos de construção e reorganização identitária, os quais podem ser atravessados por desafios decorrentes das normas e barreiras presentes em uma sociedade cisheteronormativa.

A partir da revisão da literatura, foi possível evidenciar que a adolescência constitui um período de intensas transformações físicas, emocionais e sociais, sendo também um momento decisivo para a consolidação da identidade.

Todavia, para adolescentes trans esse processo costuma ser permeado por experiências de sofrimento decorrentes da discriminação, da exclusão social, da violência simbólica e da ausência de reconhecimento de suas identidades. O percurso histórico investigado demonstrou que o legado da patologização ainda reverbera na sociedade, como também nas instituições, transformando marcos do desenvolvimento como a puberdade em períodos de intensa disforia e vulnerabilidade, devido à falta de acolhimento e à imposição do binarismo de gênero.

Ademais, os achados sublinham o papel indispensável da rede de apoio (familiar, escolar e institucional) como fator de proteção e promoção da autoestima e pertencimento. No âmbito da práxis psicológica, reitera-se a urgência de uma atuação fundamentada em uma perspectiva ética,

humanizada e estritamente despatologizante. O papel da Psicologia do Desenvolvimento e da Psicologia Hospitalar/Ambulatorial deve se concentrar na escuta ativa e no fortalecimento da singularidade do sujeito, contrapondo-se a modelos normalizadores. É essencial que os psicólogos se aprofundem no que diz respeito aos estudos acerca das vivências que esta parcela da população vivencia, além de levar em consideração as influências de uma sociedade transfóbica no sofrimento psíquico a fim de ocorrer uma prática diligente.

Além disso, esta pesquisa reafirma que discutir transexualidade na adolescência significa ampliar o debate sobre direitos humanos, diversidade e inclusão. Trata-se de reconhecer que adolescentes trans possuem demandas específicas que exigem respostas qualificadas das políticas públicas, das instituições educacionais, dos serviços de saúde e da sociedade como um todo. Promover espaços seguros de escuta, acolhimento e reconhecimento é uma condição indispensável para o desenvolvimento saudável desses sujeitos e para a redução das desigualdades produzidas pela discriminação.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para o fortalecimento das discussões acadêmicas sobre a transexualidade na adolescência, incentivando novas pesquisas que contemplem diferentes realidades e experiências da população trans. Espera-se, ainda, que as reflexões aqui desenvolvidas possam colaborar para a formação de profissionais da Psicologia e de outras áreas comprometidos com uma prática ética, inclusiva e baseada no respeito à diversidade humana. Compreender as vivências de adolescentes trans significa reconhecer suas singularidades, combater práticas discriminatórias e reafirmar o compromisso da Psicologia com a promoção da saúde mental, da equidade, da cidadania e dos direitos humanos.

**REFERÊNCIAS**

ARÁN, Márcia. A Transexualidade e a Gramática Normativa do Sistema Sexo-Gênero. Ágora, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 49-63, jan./jun. 2006.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

CARDOSO, M. R.; FERRO, L. F. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. Psicologia, Ciência e Profissão, v. 32, n. 3, p. 552-563, 2012.

CHILAND, Colette. A construção da identidade de gênero na adolescência. Revista Brasileira de Psicanálise, v. 48, n. 4, p. 175-183, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+. Brasília: CFP, 2023. [recurso eletrônico]. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/RT_LGBT_crepop_Web.pdf. Acesso em: 20 maio 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans. Brasília, DF: CFP, [s.d.]. Disponível em: http://www.cfp.org.br. Acesso em: 4 jul. 2026.

CRUZ, Larissa Edite de Magalhães Porto et al. Do gênero aos papéis sociais: a construção da identidade da pessoa transexual. Interfaces científicas-educação, v. 8, n. 2, p. 299-314, 2020

DAVY, Zowie. The DSM-5 and the Politics of Diagnosing Transpeople. Archives of sexual behavior, 44(5), 1165–1176, 2015. https://doi.org/10.1007/s10508-015-0573-6

DE OLIVEIRA PREU, Roberto; BRITO, Carolina Franco. A questão trans no cenário brasileiro. Revista Periódicus, v. 1, n. 10, p. 95-117, 2018.

DUARTE, C. Z. C. G. Adolescência e sentido da vida. Tese (Doutorado em Psicologia Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/15056 . Acesso em 04/07/2026

FREITAS, Maria Virgínia de (org.). Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

PARDINI, Bruna África. Vivenciando a transexualidade: o impacto da violência psicológica na vida das pessoas transexuais. 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena; AZNAR-FARIAS, Maria; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório. Estudos de Psicologia (Natal), v.

8, n. 1, p. 107–115, 2003. DOI: 10.1590/S1413-294X2003000100012. Disponível em: SciELO – A construção da identidade em adolescentes.

# Capítulo 6

10.37423/260911380

# ADOLESCÊNCIA E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO DESENVOLVIMENTO

*CARLOS SANTOS LEAL* — *Universidade Federal do Maranhão*

*Bruno José Vieira* — *Universidade Federal do Maranhão*

*Ludmila Batalha Reis* — *Universidade Federal do Maranhão*

*Marina Maffessoni Araújo Souza* — *Universidade Federal do Maranhão*

*José Assunção Fernandes Leite* — *Universidade Federal do Maranhão*

*Francisca Morais da Silveira* — *Universidade Federal do Maranhão*

**RESUMO**

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por déficits persistentes na comunicação e interação social e por padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Este estudo teve como objetivo compreender o desenvolvimento histórico das concepções sobre o autismo e analisar as particularidades do TEA durante a adolescência, considerando aspectos emocionais, sociais, cognitivos e relacionados à construção da identidade. Trata-se de uma pesquisa de finalidade básica pura, de abordagem qualitativa, objetivo exploratório e procedimento bibliográfico, desenvolvida a partir da análise de produções científicas, obras de referência e documentos relacionados ao TEA e ao desenvolvimento adolescente. A análise da literatura evidenciou que a adolescência pode intensificar desafios relacionados à comunicação e interação social, às particularidades sensoriais, à necessidade de previsibilidade, à participação escolar e social e à saúde mental. Evidenciou-se, ainda, que tais experiências não devem ser compreendidas exclusivamente a partir das características individuais do adolescente, uma vez que barreiras atitudinais, preconceito, bullying e ambientes pouco inclusivos podem ampliar dificuldades de participação. Conclui-se que a compreensão do TEA na adolescência requer uma perspectiva multidimensional, capaz de articular as singularidades do desenvolvimento, a heterogeneidade do espectro e as condições sociais e ambientais, favorecendo práticas de cuidado, inclusão, autonomia e qualidade de vida.

**Palavras-chave:** Transtorno do Espectro Autista; Adolescência; Desenvolvimento; Inclusão social; Saúde mental.

## 1 INTRODUÇÃO

A adolescência constitui um período marcado por intensas transformações físicas, emocionais, cognitivas e sociais, sendo atravessada por processos de construção identitária, desenvolvimento da autonomia e ampliação das relações interpessoais. Quando relacionada ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), esse período psicossocial pode apresentar desafios ainda mais complexos e dificilmente compreendido pela sociedade, especialmente diante das dificuldades relacionadas a interações sociais, comunicação e adaptação às demandas sociais frequentemente presentes no espectro. Nesse contexto, compreender as singularidades do autismo na adolescência torna-se fundamental na modernidade para ampliar as discussões acerca do desenvolvimento humano, inclusão social, saúde mental e qualidade de vida desses indivíduos.

A compreensão do Transtorno do Espectro Autista (TEA) passou por significativas transformações históricas, sociais e científicas ao longo do tempo. Inicialmente marcada por interpretações que contribuíram para processos de exclusão, estigmatização e negligência, a concepção acerca do autismo foi gradativamente modificada à medida que avançaram os estudos sobre o desenvolvimento humano e, especialmente, sobre o neurodesenvolvimento. Essas mudanças possibilitaram o reconhecimento do TEA como uma condição complexa e heterogênea, caracterizada por diferentes formas de manifestação e por necessidades de suporte que variam de acordo com as particularidades de cada pessoa.

Nesse contexto, compreender o autismo requer uma perspectiva que ultrapasse uma visão estritamente diagnóstica, considerando também os aspectos históricos, sociais e psicológicos que atravessam a experiência das pessoas com TEA. Tal compreensão mostra-se fundamental para o reconhecimento de suas singularidades, potencialidades e necessidades específicas, bem como para a construção de práticas de cuidado, inclusão e acompanhamento capazes de favorecer a autonomia, a participação social e a qualidade de vida.

Para além dos avanços científicos e diagnósticos relacionados ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), sua compreensão demanda considerar os aspectos sociais, emocionais, familiares e educacionais que atravessam a experiência das pessoas autistas e repercutem diretamente em seu desenvolvimento e em sua qualidade de vida. Essas questões assumem particular relevância durante a adolescência, período marcado por importantes transformações físicas, cognitivas, emocionais e sociais, bem como pela construção da identidade, ampliação das relações interpessoais e busca por maior autonomia.

Nesse contexto, as especificidades vivenciadas por adolescentes com TEA tornam necessária uma compreensão que considere não apenas as características associadas ao transtorno, mas também as condições sociais e relacionais que influenciam suas experiências, sendo a adolescência o foco central deste estudo.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo geral compreender o desenvolvimento histórico das concepções sobre o autismo e analisar como o TEA se manifesta durante a adolescência na contemporaneidade, e como isso se deu ao longo dos séculos. Como objetivos específicos, busca-se discutir o percurso histórico das percepções sobre deficiência e autismo; compreender as transformações diagnósticas relacionadas ao TEA nas perspectivas do DSM e CID; refletir sobre o autismo na realidade atual; e analisar dados obtidos por meio das entrevistas já citadas.

Por fim, pretende-se, a partir das discussões apresentadas, contribuir para a ampliação do debate acadêmico e social acerca do autismo na adolescência, enfatizando a importância de perspectivas mais inclusivas, humanizadas e sensíveis e sensíveis à diversidade das experiências vividas por pessoas autistas e suas famílias.

## 2 REFERENCNIAL TEÓRICO

### *2.1 Contexto Histórico, a deficiência na Antiguidade*

No artigo Você se encaixaria nos padrões de beleza da Grécia Antiga?, Hughes (2015) destaca a importância atribuída à aparência física na cultura grega antiga, particularmente a associação entre beleza corporal e qualidades morais. Essa concepção encontra expressão no ideal da kalokagathia, relacionado à articulação entre kalos (belo) e agathos (bom), segundo o qual atributos físicos e morais poderiam integrar uma concepção mais ampla de excelência humana. Nesse contexto, especialmente entre os homens, corpos considerados belos, atléticos e bem cuidados eram socialmente valorizados e podiam ser associados a qualidades interiores positivas. Tais concepções contribuíram para a construção de ideais corporais e sociais diante dos quais determinadas diferenças físicas poderiam ser percebidas de forma depreciativa. Contudo, a compreensão da deficiência na Grécia Antiga não pode ser reduzida exclusivamente ao afastamento desses ideais estéticos e morais, devendo ser considerada a diversidade de concepções e práticas existentes nas diferentes cidades e períodos históricos (Hughes, 2015).

Na Grécia Antiga, não havia uma concepção de deficiência equivalente a desenvolvida na contemporaneidade, como a presente no DSM-IV-TR por exemplo, tampouco uma categoria única que reunisse as diferentes condições físicas, sensoriais ou funcionais. A compreensão das diferenças corporais estava relacionada aos valores e às condições sociais, culturais e funcionais próprios de cada contexto histórico. Embora determinados ideais gregos valorizassem atributos como beleza, força, proporcionalidade corporal e excelência, a experiência das pessoas com impedimentos não pode ser compreendida exclusivamente a partir do distanciamento desses referenciais. Conforme destaca Piccolo (2022), a análise histórica da deficiência exige considerar as particularidades sociais e culturais de cada período, evitando a transposição de concepções contemporâneas para sociedades do passado. Nesse sentido, as experiências das pessoas com diferenças corporais na sociedade grega eram diversas e estavam relacionadas, entre outros aspectos, à natureza do impedimento, à posição social e às possibilidades de participação nas atividades valorizadas pela comunidade. Desse modo, estudos contemporâneos têm problematizado interpretações generalizantes segundo as quais a sociedade grega teria concebido a deficiência exclusivamente como deformidade, inferioridade ou motivo de exclusão (Piccolo, 2022).

Na Roma Antiga, as pessoas com deficiência estavam submetidas a diferentes formas de tratamento, que variavam conforme o período histórico, a condição social e a natureza do impedimento. Segundo Garcia (2011), tanto entre nobres quanto entre plebeus havia a possibilidade de eliminação de crianças que nasciam com determinadas deficiências ou malformações. Entretanto, essa prática não implicava necessariamente a execução de todos esses recém-nascidos, uma vez que também havia registros de abandono de crianças às margens de rios ou em locais considerados sagrados, onde eventualmente poderiam ser acolhidas por outras famílias. Aqueles que sobreviviam poderiam ocupar diferentes posições na sociedade romana, inclusive sendo submetidos à exploração e à exposição pública. Desse modo, embora a sociedade romana tenha produzido importantes fundamentos jurídicos e políticos para a civilização ocidental, o reconhecimento da pessoa com deficiência como sujeito de direitos, nos moldes contemporâneos, ainda não estava constituído (Garcia, 2011).

O cristianismo, surgido no século I e progressivamente difundido durante o Império Romano, fortaleceu princípios relacionados à caridade, à compaixão e ao cuidado com pessoas em situação de vulnerabilidade. Durante a Idade Média, tais princípios contribuíram para o desenvolvimento de práticas de assistência e acolhimento, especialmente por meio de instituições e comunidades religiosas. Nesse contexto, as pessoas com deficiência passaram também a ser compreendidas, sob a

perspectiva cristã, como integrantes da criação divina e, portanto, dignas de cuidado e proteção. Essa transformação, contudo, não ocorreu de maneira homogênea ou linear, uma vez que práticas assistenciais e caritativas coexistiram com interpretações que associavam determinadas deficiências e perturbações psíquicas ao pecado, ao castigo divino ou a forças sobrenaturais. Desse modo, a experiência da deficiência no período medieval foi marcada pela coexistência de práticas de acolhimento, assistência, estigmatização e exclusão (Garcia, 2011; Piccolo, 2022).

Com a queda do Império Romano do Ocidente e o início da Idade Média, período situado aproximadamente entre os séculos V e XV, as concepções acerca das deficiências físicas, sensoriais e intelectuais passaram a ser atravessadas, em determinados contextos, por interpretações religiosas e sobrenaturais. Algumas diferenças corporais, condições de saúde e perturbações psíquicas foram associadas ao pecado, ao castigo divino ou à influência de forças sobrenaturais. Entretanto, essas concepções não foram homogêneas durante todo o período medieval. A influência do cristianismo também contribuiu para a compreensão das pessoas com deficiência como criaturas de Deus, favorecendo práticas de caridade, proteção e assistência, ainda que frequentemente acompanhadas de marginalização e estigmatização (Garcia, 2011; Piccolo, 2022).

A transição para o Renascimento, movimento cultural que se desenvolveu na Europa entre os séculos XIV e XVI, representou um importante período de transformações culturais, filosóficas, artísticas e intelectuais. Marcado pela retomada e ressignificação de elementos da cultura clássica e pelo desenvolvimento do humanismo, esse período favoreceu novas formas de compreender o ser humano, a natureza e a realidade. A ampliação do interesse pela observação, pelo conhecimento da natureza e pela investigação racional integrou um conjunto de transformações intelectuais que, juntamente com outros processos históricos, contribuiu para a posterior consolidação do pensamento científico moderno (Burke, 2010).

### *2.2 O Transtorno do Espectro Autista na Classificação Internacional de Doenças*

A necessidade de organizar e padronizar doenças e condições relacionadas à saúde acompanha o desenvolvimento histórico da Medicina e da saúde pública. Entretanto, foi sobretudo no século XIX que se intensificaram os esforços para estabelecer classificações internacionais capazes de proporcionar maior uniformidade aos registros de mortalidade e, posteriormente, de morbidade. Nesse processo, destacou-se o médico e estatístico francês Jacques Bertillon (1851–1922), responsável

pela elaboração de uma classificação internacional de causas de morte apresentada e adotada pelo Instituto Internacional de Estatística em 1893. A chamada Classificação de Bertillon tornou-se uma importante precursora histórica da atual Classificação Internacional de Doenças (Laurenti, 1991)

Com a criação da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1948, a instituição passou a assumir a responsabilidade internacional pela revisão e pelo desenvolvimento dessa classificação. A sexta revisão, aprovada em 1948 e implementada a partir de 1949, representou uma importante transformação, pois ampliou o sistema para além das causas de mortalidade, incorporando também condições relacionadas à morbidade e incluindo uma seção destinada aos transtornos mentais (Laurenti, 1991; OMS, 2010).

No que diz respeito ao autismo, sua trajetória conceitual e classificatória também passou por importantes transformações. As primeiras formulações do termo estiveram historicamente relacionadas ao campo da esquizofrenia. No início do século XX, o psiquiatra suíço Eugen Bleuler empregou o termo autismo para caracterizar o afastamento da realidade externa e o predomínio da vida interior observados em determinados pacientes com esquizofrenia, concepção posteriormente sistematizada em sua obra Dementia praecox oder Gruppe der Schizophrenien (Demência precoce ou o grupo das esquizofrenias, tradução nossa), publicada em 1911. Décadas mais tarde, Leo Kanner, em 1943, descreveu um quadro clínico infantil específico, denominado “distúrbios autísticos do contato afetivo”, contribuindo decisivamente para a progressiva diferenciação do autismo em relação à esquizofrenia e às concepções de psicose infantil (Bleuler, 1911; Kanner, 1943).

Na CID-10, adotada pela Assembleia Mundial da Saúde em 1990 e implementada a partir de 1993, o autismo passou a integrar o grupo dos Transtornos Globais do Desenvolvimento (F84). Nessa categoria estavam incluídos, entre outros, o Autismo Infantil (F84.0), o Autismo Atípico (F84.1) e a Síndrome de Asperger (F84.5) (OMS, 1992). Essa organização ainda mantinha diferentes categorias diagnósticas para condições que, posteriormente, seriam reorganizadas sob a concepção de Transtorno do Espectro do Autismo.

Uma transformação significativa ocorreu com a CID-11, adotada pela Assembleia Mundial da Saúde em 2019 e oficialmente em vigor internacionalmente desde 1º de janeiro de 2022. Diferentemente da CID-10, a CID-11 utiliza a categoria Transtorno do Espectro Autista (6A02), inserida entre os transtornos do neurodesenvolvimento. Sua classificação reconhece a heterogeneidade das manifestações do

espectro e utiliza especificações relacionadas à presença ou ausência de transtorno do desenvolvimento intelectual e ao grau de comprometimento da linguagem funcional (OMS, 2022).

Na CID-11 evidencia-se uma transformação importante na compreensão contemporânea do autismo, em lugar de diferentes categorias diagnósticas relativamente independentes, consolida-se a noção de um espectro caracterizado por ampla variabilidade clínica e diferenciações segundo o funcionamento intelectual e a linguagem funcional, reconhecendo que a deficiência intelectual pode estar presente ou ausente no TEA, não constituindo uma característica necessária do transtorno (OMS, 2022)

### *2.3 Adolescência e Transtorno do Espectro Autista: aspectos psicossociais.*

A adolescência constitui um período de transição entre a infância e a vida adulta, marcado por importantes transformações biológicas, cognitivas, emocionais e sociais. Nessa etapa, intensificam-se processos relacionados à construção da identidade, ao desenvolvimento da autonomia, à ampliação das relações interpessoais e à elaboração de projetos de vida. As mudanças decorrentes da puberdade repercutem na percepção corporal, na autoimagem e nas relações estabelecidas com familiares e grupos de pares, tornando a adolescência um período particularmente relevante para o desenvolvimento psicossocial (Papalia; Martorell, 2022).

As transformações corporais características da puberdade também podem produzir repercussões psicológicas significativas. O adolescente passa a construir novas representações sobre o próprio corpo e sobre si mesmo, ao mesmo tempo em que aumenta a importância atribuída às relações com os pares, ao pertencimento grupal e à aceitação social. Paralelamente, a busca por maior independência pode modificar as relações familiares, uma vez que a progressiva construção da autonomia ocorre em meio à permanência da necessidade de apoio, proteção e reconhecimento por parte dos adultos significativos (Papalia; Martorell, 2022).

No campo do desenvolvimento cognitivo, Piaget e Inhelder (1976) situam na adolescência a emergência das operações formais, caracterizadas pela ampliação da capacidade de raciocinar para além das situações imediatamente concretas. O adolescente torna-se progressivamente capaz de formular hipóteses, considerar possibilidades, estabelecer relações entre variáveis e desenvolver formas mais abstratas e sistemáticas de pensamento. O raciocínio hipotético-dedutivo possibilita formular hipóteses e examinar suas possíveis consequências, enquanto o pensamento proposicional permite avaliar relações lógicas sem depender exclusivamente da manipulação concreta dos objetos.

Essa ampliação das capacidades cognitivas favorece reflexões mais complexas acerca de si mesmo, das relações interpessoais, dos valores e das possibilidades futuras. A metacognição, compreendida como a capacidade de refletir sobre os próprios processos cognitivos, também adquire maior complexidade nesse período. Algumas manifestações relacionadas à crescente autoconsciência do adolescente foram posteriormente descritas por Elkind (1967) por meio dos conceitos de “audiência imaginária” e “fábula pessoal”. A audiência imaginária refere-se à percepção de estar constantemente sendo observado e avaliado pelos outros, enquanto a fábula pessoal envolve sentimentos de singularidade e, em determinadas circunstâncias, de invulnerabilidade (Elkind, 1967)

Embora essas transformações façam parte do desenvolvimento adolescente, sua manifestação não ocorre de maneira uniforme. No caso dos adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), essa etapa apresenta desafios particulares decorrentes da interação entre as mudanças próprias da adolescência e as características individuais associadas ao espectro. O TEA caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação, interação social, pela presença de padrões restritos e repetitivos de comportamentos, por interesses específicos, e com expressiva heterogeneidade quanto às manifestações clínicas e às necessidades de suporte (APA, 2023).

Nesse período, demandas sociais tornam-se progressivamente mais complexas. As relações entre pares passam a envolver formas mais sutis de comunicação, reciprocidade, negociação de conflitos, compreensão de intenções e pertencimento grupal. Para alguns adolescentes com TEA, dificuldades na compreensão e utilização de aspectos verbais e não verbais da comunicação podem tornar essas experiências mais desafiadoras. Podem ocorrer dificuldades na interpretação de gestos, expressões faciais, linguagem corporal, ironias, metáforas, indiretas e outras formas de comunicação dependentes do contexto social (APA, 2022).

Dependendo das características individuais e das necessidades de suporte, alguns adolescentes podem encontrar dificuldades para iniciar ou sustentar conversas, compartilhar interesses de maneira recíproca, reconhecer determinados sinais sociais ou adaptar o comportamento aos diferentes contextos de interação. Tais características, quando associadas a ambientes pouco inclusivos, podem aumentar experiências de isolamento, rejeição ou exclusão social (APA, 2022).

É importante considerar, entretanto, que as dificuldades de participação social não devem ser atribuídas exclusivamente às características individuais do adolescente com TEA. Barreiras atitudinais, incompreensão das diferenças, ausência de adaptações, preconceito e práticas de bullying podem

contribuir significativamente para experiências negativas nos contextos escolar e social. Estudos indicam que crianças e adolescentes com TEA apresentam vulnerabilidade particularmente elevada à vitimização por bullying, circunstância que pode repercutir negativamente em seu bem-estar psicológico e em sua participação social (Maiano et al., 2016).

Outro aspecto relevante refere-se às particularidades sensoriais. O DSM-5-TR reconhece, entre os critérios relacionados aos padrões restritos e repetitivos de comportamento, a hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais ou o interesse incomum por aspectos sensoriais do ambiente (APA, 2023). Assim, determinados adolescentes podem apresentar maior ou menor sensibilidade a sons, luminosidade, cheiros, texturas, temperatura ou contato físico. Ambientes escolares e sociais intensamente estimulantes podem, consequentemente, produzir desconforto ou sobrecarga, tornando necessária a adoção de estratégias ambientais e individuais de regulação (Ferreira; Mariotti, 2024).

Em situações de intensa sobrecarga sensorial, emocional ou comunicacional, algumas pessoas autistas podem apresentar episódios comumente denominados meltdowns. O termo é utilizado para descrever reações intensas diante de situações nas quais as demandas ambientais ultrapassam momentaneamente os recursos de regulação do indivíduo. Contudo, é importante ressaltar que meltdown não constitui categoria diagnóstica independente nem critério específico para o diagnóstico do TEA, devendo ser compreendido no contexto das características individuais e ambientais envolvidas (Lewis; Stevens, 2023 apud COLETIVO AUTISTA UFPB, 2024).

A necessidade de previsibilidade constitui outro aspecto que pode adquirir especial relevância durante a adolescência. Entre os critérios diagnósticos do TEA estão a insistência na mesmice, a adesão inflexível a rotinas e padrões ritualizados de comportamento, que podem ocasionar sofrimento diante de pequenas mudanças e dificuldades nas transições (APA, 2023). Nesse sentido, mudanças de escola ou turma, ampliação das responsabilidades acadêmicas, transformações corporais, novas relações interpessoais e expectativas progressivas de autonomia podem representar desafios adicionais para adolescentes com TEA.

No que se refere ao desenvolvimento cognitivo, deve-se evitar estabelecer uma oposição rígida entre um suposto pensamento abstrato dos adolescentes neurotípicos e um pensamento necessariamente concreto dos adolescentes com TEA. O espectro apresenta ampla heterogeneidade cognitiva, linguística e intelectual. Pessoas com TEA podem apresentar ou não comprometimento intelectual e

de linguagem, além de diferentes perfis de habilidades cognitivas (APA, 2022). Portanto, dificuldades na compreensão de linguagem figurada, inferências sociais ou informações dependentes do contexto não significam necessariamente ausência de pensamento abstrato. A avaliação dessas capacidades deve considerar o desenvolvimento e as características individuais de cada adolescente.

Além das demandas relacionadas às características centrais do TEA, a saúde mental constitui aspecto particularmente importante durante a adolescência. Estudos apontam que adolescentes com TEA podem apresentar manifestações de ansiedade e depressão, especialmente diante das dificuldades relacionadas à interação social, ao estabelecimento de vínculos e às experiências de exclusão ou isolamento. Nesse sentido, a literatura destaca a importância de considerar as condições emocionais e psicossociais que atravessam a experiência do adolescente com TEA, bem como a necessidade de suporte adequado durante essa etapa do desenvolvimento (Serbai; Priotto, 2021).

Desta forma, compreender o TEA na adolescência exige considerar simultaneamente as transformações próprias dessa etapa do desenvolvimento, a heterogeneidade das manifestações do espectro e as características dos contextos sociais nos quais o adolescente está inserido. Uma perspectiva centrada exclusivamente nos déficits individuais mostra-se insuficiente para compreender suas experiências. Família, escola, profissionais de saúde e demais redes de apoio desempenham papel fundamental na construção de ambientes acessíveis, acolhedores e respeitosos, capazes de favorecer autonomia, participação social, desenvolvimento da identidade e qualidade de vida.

## 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se, quanto à finalidade, como uma pesquisa básica pura, de abordagem qualitativa, objetivo exploratório e procedimento bibliográfico. A abordagem qualitativa possibilita compreender fenômenos, significados e relações em sua complexidade, privilegiando aspectos não reduzíveis à quantificação (Minayo, 2011). O caráter exploratório, por sua vez, busca proporcionar maior familiaridade com o problema investigado e ampliar sua compreensão, enquanto a pesquisa básica pura está direcionada à produção e ampliação do conhecimento científico, sem finalidade imediata de aplicação prática (Gil, 2022).

O levantamento bibliográfico foi realizado a partir dos descritores “autismo”, “adolescência”, “desenvolvimento” e “história conceitual do TEA”, considerando publicações em português e inglês. Foram incluídos livros, artigos científicos e documentos que abordassem diretamente o Transtorno do

Espectro Autista, sua trajetória histórica e diagnóstica e suas relações com o desenvolvimento na adolescência. Não foi estabelecido recorte temporal, considerando o caráter histórico e exploratório da investigação. Foram excluídas as produções que não apresentavam relação com os objetivos do estudo.

Para a análise e discussão dos dados, realizou-se leitura analítica e interpretativa do material selecionado, buscando identificar convergências, particularidades e aspectos relevantes relacionados aos objetivos da pesquisa. A partir desse processo, os conteúdos foram organizados em quatro eixos temáticos: a) transformações históricas e diagnósticas na compreensão do autismo; b) adolescência, desenvolvimento e relações sociais; c) particularidades sensoriais, previsibilidade e processos de regulação; e d) saúde mental, barreiras sociais e redes de apoio. Essa organização possibilitou articular os achados da literatura e construir uma compreensão integrada do TEA na adolescência.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise qualitativa do material bibliográfico permitiu compreender o Transtorno do Espectro Autista (TEA) na adolescência a partir de quatro eixos inter-relacionados: transformações históricas e diagnósticas; desenvolvimento e relações sociais; particularidades sensoriais e processos de regulação; e saúde mental, barreiras sociais e redes de apoio.

O percurso histórico demonstra que a compreensão do autismo passou por importantes transformações conceituais e diagnósticas. Das primeiras formulações de Bleuler (1911), desenvolvidas no contexto da esquizofrenia, à descrição de um quadro infantil específico por Kanner (1943), observa-se um processo progressivo de diferenciação e reconhecimento das especificidades do autismo. As mudanças entre a CID-10 e a CID-11 também expressam esse movimento, especialmente pela reorganização de diferentes categorias diagnósticas da CID-10 sob a concepção de Transtorno do Espectro do Autismo na CID-11, reconhecendo a heterogeneidade de suas manifestações e diferentes necessidades de suporte (OMS, 2022).

Na adolescência, a heterogeneidade articula-se às transformações próprias dessa etapa do desenvolvimento. A construção da identidade, a ampliação da autonomia e a crescente importância das relações entre pares tornam as demandas sociais mais complexas (Papalia; Martorell, 2022). Para adolescentes com TEA, dificuldades relacionadas à comunicação social, interpretação de sinais sociais e adaptação a diferentes contextos podem tornar essas experiências mais desafiadoras (APA, 2023).

Entretanto, tais dificuldades não devem ser atribuídas exclusivamente às características individuais, pois ambientes pouco inclusivos, preconceito e bullying também podem produzir isolamento e restrições à participação social. A elevada vulnerabilidade de jovens com TEA à vitimização por bullying, identificada por Maïano et al. (2016), reforça a importância de considerar a influência do contexto social.

As particularidades sensoriais constituem outra dimensão relevante. A hiper ou hiporreatividade a estímulos pode tornar ambientes intensamente estimulantes fontes de desconforto e sobrecarga (OMS, 2022). Nesse contexto, episódios de intensa desregulação, como os denominados meltdowns, devem ser compreendidos considerando a interação entre demandas ambientais, emocionais e recursos individuais de regulação (Lewis; Stevens, 2023 apud Coletivo Autista UFPB, 2024). Da mesma forma, a necessidade de previsibilidade pode adquirir maior importância diante das mudanças escolares, corporais, relacionais e das crescentes expectativas de autonomia características da adolescência.

A saúde mental também se mostrou relevante na literatura analisada. Estudos apontam elevada ocorrência de condições psiquiátricas concomitantes em pessoas com TEA, incluindo transtornos de ansiedade, transtornos depressivos e transtorno de déficit de atenção/hiperatividade. Esses achados indicam a necessidade de considerar tanto as características do espectro quanto os fatores emocionais, sociais e ambientais que atravessam a experiência do adolescente.

Dessa forma, a análise evidencia que o desenvolvimento do adolescente com TEA resulta da interação entre suas características individuais e os contextos nos quais está inserido. Família, escola, profissionais de saúde e demais redes de apoio possuem papel relevante na redução de barreiras e na construção de ambientes inclusivos. Assim, compreender o TEA na adolescência requer uma perspectiva que reconheça simultaneamente a heterogeneidade do espectro, as particularidades dessa etapa do desenvolvimento e a influência das condições sociais e ambientais sobre a autonomia, a participação e a qualidade de vida.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões desenvolvidas ao longo deste trabalho evidenciam que a compreensão do Transtorno do Espectro Autista passou por profundas transformações históricas, sociais, científicas e diagnósticas ao longo dos séculos. Desde períodos marcados pela exclusão e por interpretações místicas acerca das

diferenças humanas até as atuais concepções fundamentadas nos estudos do neurodesenvolvimento, observava-se que o autismo deixou de ser compreendido de maneira homogênea e reducionista, passando a ser reconhecido em sua diversidade de manifestações em diversas fases da vida. Nesse percurso, os avanços promovidos pelas classificações diagnósticas, especialmente pela CID e DSM-V, contribuíram significativamente para a ampliação das discussões acerca do espectro autista e dos diferentes níveis de suporte apresentados em cada situação.

Além da evolução histórica e diagnóstica, este estudo também permitiu compreender que o autismo ultrapassa definições estritamente clínicas, envolvendo questões sociais, familiares e emocionais que impactam diretamente a vida dos sujeitos com o espectro, especialmente durante a adolescência. Essa etapa do desenvolvimento, marcada por intensas formações identitárias, descobrimento de autoconsciência, oscilações emocionais e conflitos de oposição pode representar desafios ainda mais complexos para adolescentes com os variados níveis de autismo, sobretudo diante das dificuldades com interação social, construção e manutenção de vínculos, inserção escolar e adaptação às necessidades sociais presentes nessa fase psicossocial.

As discussões sobre o TEA na atualidade também evidenciaram avanços importantes relacionados à inclusão social, à ampliação do acesso à informação e ao fortalecimento dos debates sobre o neurodesenvolvimento e direitos das pessoas autistas. Entretanto, o estudo demonstrou que, apesar dos avanços científicos e sociais conquistados nas últimas décadas, ainda persistem inúmeros desafios relacionados ao preconceito, à desinformação, às dificuldades de acesso ao diagnóstico e às limitações enfrentadas pelas famílias na busca por suporte adequado, além de políticas públicas de saúde efetivas.

Desta forma, conclui-se que para compreender o Transtorno do Espectro Autista é necessário ir além das perspectivas médicas e sistemáticas das patologias, de maneira a reconhecer o autismo enquanto uma condição complexa, atravessada por dimensões históricas e subjetivas de cada contexto humano. Para a Psicologia, tais discussões possuem grande relevância acadêmica e profissional, uma vez que contribuem para a construção mais ética, humanizada e comprometida com a promoção da inclusão, do desenvolvimento da autonomia e da qualidade de vida das pessoas autistas e de suas famílias.

**REFERÊNCIAS**

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR. 5. ed., texto revisado. Porto Alegre: Artmed, 2023.

ASSUMPÇÃO JR., Francisco B.; PIMENTEL, Ana Cristina M. Autismo infantil. Revista Brasileira de Psiquiatria, São Paulo, v. 22, supl. 2, p. 37-39, 2000.

AUTISMO E REALIDADE. Marcos históricos. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://autismoerealidade.org.br/o-que-e-o-autismo/marcos-historicos/. Acesso em: 6 maio 2026.

BARBOZA DUARTE, Marcelo. O animal essencialmente político. Cadernos do PET Filosofia, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 58-69, 2019. DOI: 10.26694/pet.v10i19.1967. Disponível em: https://periodicos.ufpi.br/index.php/pet/article/view/1967. Acesso em: 5 maio 2026.

BARBOZA DUARTE, Marcelo. O animal essencialmente político. Cadernos do PET Filosofia, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 58-69, 2019. DOI: 10.26694/pet.v10i19.1967. Disponível em: https://periodicos.ufpi.br/index.php/pet/article/view/1967. Acesso em: 5 maio. 2026.

BBC NEWS BRASIL. Você se encaixaria nos padrões de beleza da Grécia Antiga? BBC News Brasil, 12 jan. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150111_beleza_antiguidade_lgb. Acesso em: 7 ago. 2026.

BLEULER, Eugen. Dementia praecox oder Gruppe der Schizophrenien. Leipzig; Wien: Franz Deuticke, 1911

BURKE, Peter. O Renascimento italiano: cultura e sociedade na Itália. Tradução de José Rubens Siqueira. 2. ed. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.

ELKIND, David. Egocentrism in adolescence. Child Development, v. 38, n. 4, p. 1025–1034, 1967. DOI: 10.2307/1127100. Disponível em: https://scispace.com/papers/egocentrism-in-adolescence-1o0o63uq57. Acesso em: 10 setembro. 2026.

EVANS, Bonnie. How autism became autism. History of the Human Sciences, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 3-31, 2013. DOI: 10.1177/0952695113484320. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0952695113484320. Acesso em: 5 maio. 2026.

FRANÇA, Tiago Henrique. A normalidade: uma breve introdução à história social da deficiência. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, [S. l.], v. 6, n. 11, 2014. DOI: 10.63595/rbhcs.v6i11.10550. Disponível em: https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10550. Acesso em: 8 maio. 2026.

FERREIRA, Karina Stella Aoki; MARIOTTI, Milton Carlos. Impacto das disfunções de integração sensorial na participação escolar de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão de escopo. Revista Educação Especial, v 37, n 01, p. 1-34, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/85765. Acesso: 04 junho. 2026.

GARCIA, Vinícius Gaspar. A História da Pessoa Deficiente no Mundo de Ontem e de Hoje. Bengala Legal, 02 nov. 2011. Disponível em: http://www.bengalalegal.com/pcd-mundial. Acesso em: 5 maio. 2026.

HUGHES, Bettany. Você se encaixaria nos padrões de beleza da Grécia Antiga? BBC Brasil, 12 jan. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150111_beleza_antiguidade_lgb. Acesso 12 maio. 2026.

ICC. DSM: história, fundamentos e desafios contemporâneos do principal sistema classificatório da psicopatologia. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.icc.clinic/dsm-historia-fundamentos-e-desafios-contemporaneos-do-principal-sistema-classificatorio-da-psicopatologia. Acesso em: 6 maio. 2026.

LAURENTI, Ruy. Análise da informação em saúde: 1893-1993, cem anos da Classificação Internacional de Doenças. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 25, n. 6, p. 407-417, 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsp/a/L4Z7xNFDDyWzjq5VYsF9B5v/?lang=pt&format=pdf. Acesso em 05 maio. 2026.

LEWIS, Laura. Foran.; STEVENS, Karley. The lived experience of meltdowns for autistic adults. Autism, v. 27, n. 6, p. 1817–1825, 2023. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/13623613221145783?url_ver=Z39.88-2003&rfr_id=ori%3Arid%3Acrossref.org&rfr_dat=cr_pub++0pubmed. Acesso em: 14 jun. 2026.

MAÏANO, Christophe et al. Prevalence of school bullying among youth with autism spectrum disorders: a systematic review and meta-analysis. Autism Research, v. 9, n. 6, p. 601–615, 2016. DOI: 10.1002/aur.1568. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26451871/. Acesso em 05 maio. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID 11. Versão 2022. [S.I]: OMS, 2022. Disponível em: https://icd.who.int/pt/. Acesso em: 18 maio. 2026.

ORRÚ, Sílvia Ester. Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento humano. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PIAGET, Jean; INHELDER, Bärbel. Da lógica da criança à lógica do adolescente: ensaio sobre a construção das estruturas operatórias formais. São Paulo: Pioneira, 1976.

PICCOLO, Gustavo Martins. O lugar da pessoa com deficiência na história: uma narrativa ao avesso da lógica ordinária. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022.

PORTAL TELEMEDICINA. O que é CID? Entenda a importância da Classificação Internacional de Doenças. 2024. Disponível em: https://portaltelemedicina.com.br/o-que-e-cid-classificacao-internacional-doencas. Acesso em: 6 maio 2026.

SERBAI, Fabiana; PRIOTTO, Elis Maria Teixeira Palma. Autismo na adolescência: uma revisão integrativa da literatura. 2021. Edução em Revista. Paraná, v 37, n(s/n), p. 1-17, 2021. Disponivel em: file:///C:/Users/User/Downloads/educacaoemrevista,+transferir+(24).pdf. Acesso em: 2 abril. 2026.

SILVA, Micheline; MULICK, James A. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, DF, v. 29, n. 1, p. 116-131, 2009.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. O assassinato de pessoas com deficiência. Enciclopédia do Holocausto. Washington, DC, [s. d.]. Disponível em: https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/the-murder-of-people-with-disabilities. Acesso em: 5 maio 2026.

VOLKMAR, Fred R.; WIESNER, Lisa A. Autismo: guia essencial para compreensão e tratamento. Tradução de Sandra Maria Mallmann da Rosa. Revisão técnica de Maria Sonia Goergen. Porto Alegre: Artmed, 2019.

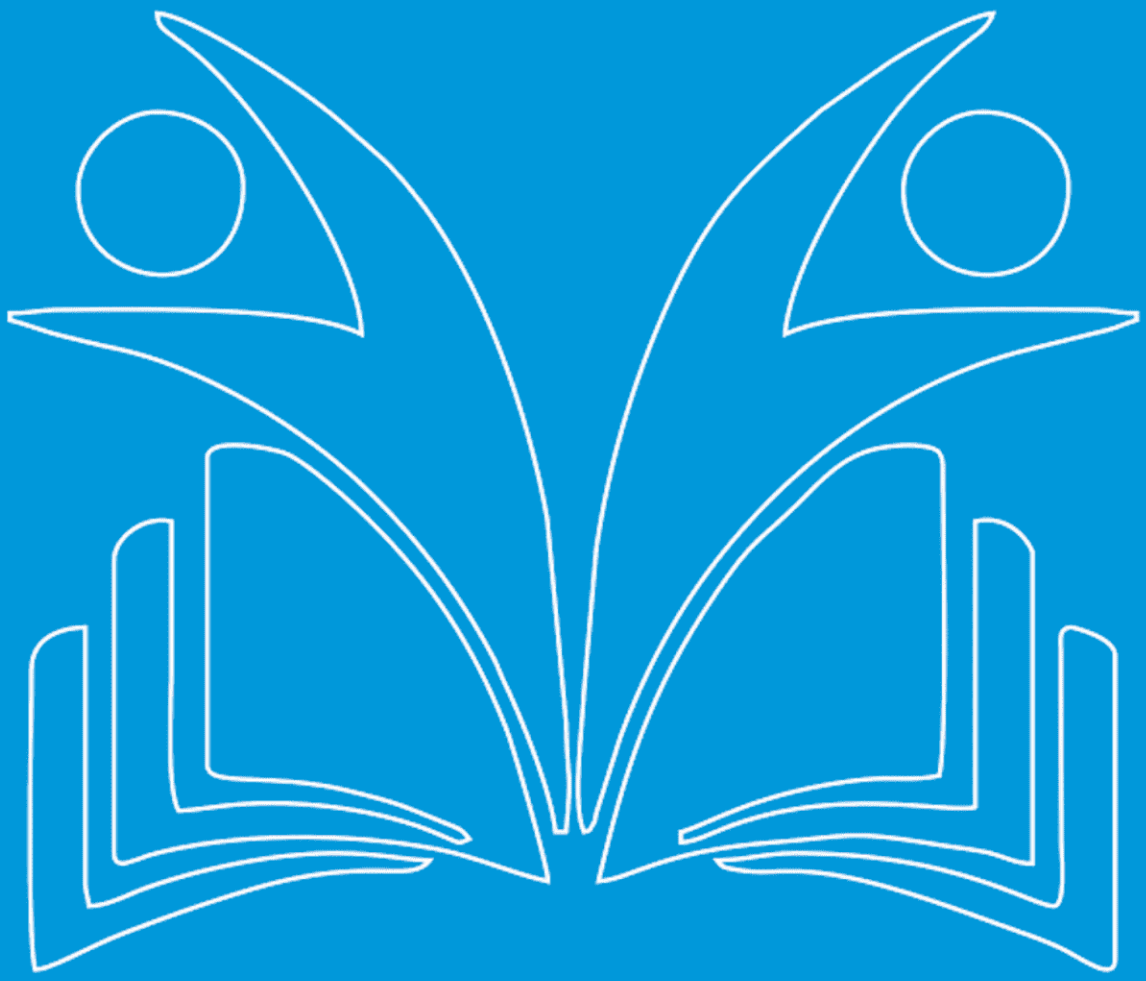
# Capítulo 7

10.37423/261011465

# RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS MORAIS: ENTRE EMPRESA E EMPREGADO

*CRISTIANO PIGOLI FRANCO*

*ILES ULBRA ITUMBIARA GO*



**RESUMO**

O presente trabalho analisa a responsabilidade civil por danos morais nas relações de trabalho entre empregado e empregador no ordenamento jurídico brasileiro. O tema foi escolhido em razão da crescente necessidade de proteção dos direitos da personalidade do trabalhador diante de condutas abusivas praticadas no ambiente laboral.A pesquisa parte do seguinte problema: verificar se os mecanismos jurídicos existentes no Direito brasileiro são suficientes para assegurar a responsabilização civil do empregador quando houver violação à dignidade, à honra e à integridade moral do empregado.A justificativa do estudo está na relevância jurídica e social da matéria, considerando a frequência de situações como assédio moral, discriminação, constrangimentos e práticas ofensivas que comprometem a dignidade humana nas relações laborais.A hipótese formulada sustenta que o ordenamento jurídico brasileiro apresenta instrumentos normativos e jurisprudenciais aptos à reparação civil dos danos morais sofridos pelo trabalhador, desde que aplicados conforme os princípios constitucionais de proteção à dignidade da pessoa humana.A metodologia utilizada foi qualitativa, desenvolvida mediante pesquisa bibliográfica e análise jurisprudencial, com base em doutrina especializada e decisões dos tribunais superiores.O primeiro capítulo apresenta os fundamentos gerais da responsabilidade civil, seus pressupostos e espécies jurídicas. O segundo examina o dano moral no contexto das relações entre empregado e empregador, identificando hipóteses práticas e fundamentos legais. O terceiro analisa a aplicação jurisprudencial da matéria, demonstrando a consolidação do entendimento protetivo adotado pelos tribunais brasileiros. Conclui-se que a responsabilidade civil por danos morais representa instrumento essencial de proteção jurídica do trabalhador, contribuindo para a efetivação da dignidade humana e para o fortalecimento de relações de trabalho mais equilibradas.

**Palavras-chave:** Responsabilidade civil. Dano moral. Relações de trabalho. Dignidade da pessoa humana. Reparação civil.

## 1 INTRODUÇÃO.

O presente trabalho tem como tema a responsabilidade civil por danos morais nas relações de trabalho entre empregado e empregador no ordenamento jurídico brasileiro. Trata-se de assunto de grande relevância jurídica e social, considerando a necessidade de proteção da dignidade da pessoa humana diante de práticas abusivas ocorridas no ambiente laboral.

O problema da pesquisa consiste em verificar de que forma a responsabilidade civil por danos morais é aplicada para proteger o trabalhador e se os mecanismos jurídicos existentes são suficientes para assegurar a reparação diante da violação aos direitos da personalidade.

A justificativa deste estudo encontra-se na importância de compreender a função da responsabilidade civil como instrumento de justiça social, especialmente diante de situações recorrentes como assédio moral, discriminação, exposição vexatória e abuso do poder diretivo, práticas que comprometem a integridade moral e psíquica do empregado.

A hipótese inicialmente formulada sustenta que o ordenamento jurídico brasileiro possui instrumentos legais e jurisprudenciais suficientes para responsabilizar civilmente o empregador quando configurado dano moral, desde que tais mecanismos sejam corretamente interpretados e aplicados pelo Poder Judiciário.

A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e análise jurisprudencial, utilizando doutrinadores clássicos e contemporâneos da responsabilidade civil e do Direito do Trabalho, bem como decisões do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

No primeiro capítulo serão abordados os fundamentos gerais da responsabilidade civil no Direito brasileiro, com análise do conceito, evolução histórica, espécies e requisitos para sua configuração.

No segundo capítulo será estudado o dano moral nas relações entre empregado e empregador, destacando as hipóteses mais recorrentes, como assédio moral, discriminação e violação aos direitos da personalidade no ambiente laboral.

No terceiro capítulo será analisada a aplicação jurisprudencial da responsabilidade civil por danos morais nas relações trabalhistas, demonstrando o entendimento consolidado dos tribunais superiores e sua importância para a efetivação da dignidade humana.

Ao final, pretende-se demonstrar que a responsabilidade civil por danos morais constitui importante mecanismo de proteção constitucional do trabalhador, contribuindo para relações laborais mais justas e equilibradas.

## 2 RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO BRASILEIRO E OS REQUISITOS PARA SUA CONFIGURAÇÃO.

A responsabilidade civil constitui um dos institutos mais relevantes do Direito Civil brasileiro, sendo responsável por disciplinar as consequências jurídicas decorrentes da prática de atos ilícitos que ocasionam prejuízos a terceiros. O ordenamento jurídico brasileiro estabelece que aquele que causar dano a outrem tem o dever de repará-lo, princípio consagrado principalmente nos artigos 186 e 927 do Código Civil. Nesse contexto, a responsabilidade civil apresenta-se como mecanismo de recomposição do equilíbrio jurídico e social rompido pela ocorrência do dano, garantindo à vítima a reparação do prejuízo experimentado.

A doutrina brasileira desenvolveu amplos estudos acerca do conceito e da função da responsabilidade civil. De acordo com Carlos Roberto Gonçalves, responsabilidade civil consiste no dever jurídico de reparar o dano causado a outrem em razão de ato próprio, de pessoa por quem se responde ou de coisa sob sua guarda (GONÇALVES, 2020, p. 25). Assim, o instituto apresenta natureza reparatória e possui relevante função social, pois busca restaurar o equilíbrio jurídico violado pela conduta ilícita.

Sérgio Cavalieri Filho afirma que a responsabilidade civil surge quando ocorre a violação de um dever jurídico originário. Segundo o autor, uma vez descumprido esse dever e ocasionado dano a terceiro, nasce para o agente a obrigação de indenizar, estabelecendo-se um dever jurídico sucessivo (CAVALIERI FILHO, 2022, p. 14). Essa concepção demonstra que a responsabilidade civil encontra fundamento na própria ideia de justiça corretiva, que visa restabelecer a igualdade rompida pelo dano.

Entre os autores clássicos do direito brasileiro, destaca-se também a contribuição de Caio Mário da Silva Pereira, que define a responsabilidade civil como a obrigação de reparar o dano causado a alguém por fato próprio ou por fato de pessoas ou coisas que dele dependam (PEREIRA, 2019, p. 11). O autor enfatiza que a responsabilidade civil constitui instrumento essencial de proteção dos direitos individuais, assegurando que o prejuízo injustamente causado seja devidamente compensado.

Outro importante autor da doutrina clássica é José de Aguiar Dias, que desenvolveu relevante estudo acerca da evolução histórica da responsabilidade civil. Para o jurista, a responsabilidade civil representa um mecanismo jurídico destinado a garantir a reparação de danos decorrentes de comportamentos contrários ao direito, funcionando como forma de preservar a harmonia das relações sociais (AGUIAR DIAS, 2018, p. 35).

Silvio Rodrigues também contribui significativamente para a compreensão do instituto ao afirmar que a responsabilidade civil possui como fundamento a necessidade de impedir que alguém suporte prejuízo decorrente de comportamento ilícito de terceiro. Dessa forma, o dever de indenizar constitui expressão do princípio geral segundo o qual ninguém deve causar dano a outrem (RODRIGUES, 2017, p. 6).

A configuração da responsabilidade civil depende da presença de determinados elementos essenciais, também chamados de pressupostos da responsabilidade civil. A doutrina majoritária identifica quatro requisitos fundamentais: a conduta do agente, a ocorrência de dano, o nexo de causalidade e a culpa, especialmente nos casos de responsabilidade subjetiva.

O primero elemento é a conduta humana, que corresponde ao comportamento voluntário do agente. Essa conduta pode manifestar-se tanto por meio de uma ação quanto por meio de uma omissão. Silvio de Salvo Venosa explica que a conduta representa o comportamento humano capaz de produzir consequências juridicamente relevantes, constituindo o ponto de partida para a análise da responsabilidade civil (VENOSA, 2021, p. 18).

O Segundo elemento é o dano. O dano consiste na lesão a um bem juridicamente protegido, podendo atingir tanto o patrimônio quanto a esfera moral da vítima. Flávio Tartuce ressalta que não há responsabilidade civil sem dano, pois a obrigação de reparar somente se justifica diante da existência de prejuízo efetivo (TARTUCE, 2022, p. 412).

> O dano pode apresentar natureza patrimonial ou extrapatrimonial. O dano patrimonial refere-se à diminuição econômica sofrida pela vítima, enquanto o dano extrapatrimonial corresponde à violação de direitos da personalidade, como honra, imagem, reputação ou dignidade. Rui Stoco observa que o dano moral caracteriza-se pela lesão aos valores íntimos da pessoa, sendo capaz de provocar sofrimento psicológico ou prejuízo à reputação social (STOCO, 2020, p. 935).

Outro requisito indispensável para a configuração da responsabilidade civil é o nexo de causalidade. O nexo causal consiste na relação de causa e efeito entre a conduta do agente e o dano experimentado pela vítima. Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald afirmam que o nexo causal é o elemento

que permite atribuir juridicamente determinado resultado danoso ao comportamento do agente (FARIAS; ROSENVALD, 2021, p. 518).

Além disso, a culpa também desempenha papel relevante na responsabilidade civil subjetiva. A culpa pode manifestar-se por meio de negligência, imprudência ou imperícia. Paulo Nader destaca que a culpa consiste na violação de um dever de cuidado que deveria ter sido observado pelo agente diante das circunstâncias do caso concreto (NADER, 2020, p. 297).

Paralelamente à responsabilidade civil subjetiva, o ordenamento jurídico brasileiro admite hipóteses de responsabilidade civil objetiva, nas quais não se exige a comprovação da culpa do agente. Nessas situações, basta a demonstração da conduta, do dano e do nexo causal para que surja o dever de indenizar. Essa modalidade fundamenta-se principalmente na teoria do risco da atividade, segundo a qual aquele que desenvolve atividade potencialmente perigosa deve responder pelos danos dela decorrentes.

A evolução da responsabilidade civil demonstra que o instituto acompanha as transformações sociais e econômicas, ampliando gradualmente os mecanismos de proteção jurídica das vítimas. Nesse sentido, a doutrina e a jurisprudência têm buscado aprimorar os critérios de identificação do dano e de fixação das indenizações, especialmente em situações que envolvem violação de direitos da personalidade.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem desempenhado papel fundamental na consolidação dos entendimentos relacionados à responsabilidade civil no direito brasileiro. Em diversos julgados, o tribunal tem reafirmado a importância da proteção da honra e da reputação, reconhecendo a necessidade de reparação adequada nos casos de lesão a esses valores jurídicos.

Entre os precedentes relevantes, destaca-se o julgamento do REsp 1.899.304/SP, no qual o STJ reconheceu que a inscrição indevida em cadastro de inadimplentes pode gerar dano moral presumido. De acordo com o entendimento da Corte, tal situação afeta diretamente a reputação da pessoa ou da organização envolvida, sendo desnecessária a comprovação de prejuízo concreto.

> Entre os precedentes relevantes, destaca-se o julgamento do REsp 1.899.304/SP, no qual o Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que a simples aquisição de produto alimentício contaminado por corpo estranho já configura dano moral indenizável, independentemente da efetiva ingestão. O colegiado reconheceu que a mera exposição do consumidor ao risco concreto de lesão à saúde e à integridade psicofísica é suficiente para

> caracterizar o dever de reparação, reforçando a aplicação objetiva da responsabilidade civil nas relações de consumo (STJ, REsp 1.899.304/SP, j. 25 ago. 2021, DJe 4 out. 2021).

Também merece destaque o REsp 1.955.539/SC, no qual o tribunal reafirmou que a negativação indevida gera dano moral in re ipsa, ou seja, presumido pela própria ocorrência do fato. Esse entendimento demonstra a preocupação da jurisprudência em proteger valores relacionados à honra e à credibilidade social.

> Outro precedente de grande relevância é o REsp 1.955.539/SC, no qual o Superior Tribunal de Justiça reafirmou que a inscrição indevida do nome do consumidor em cadastros restritivos configura hipótese clássica de dano moral presumido (in re ipsa), sendo desnecessária a demonstração concreta do prejuízo. O entendimento reforça a tutela da honra objetiva e da dignidade da pessoa humana, evidenciando que a simples violação da esfera extrapatrimonial já enseja o dever de indenizar (STJ, REsp 1.955.539/SC, j. 08 mar. 2022, DJe 11 mar. 2022).

Outro precedente relevante foi o julgamento do REsp 2.015.732/RS, no qual o STJ reconheceu a responsabilidade civil decorrente de práticas abusivas nas relações contratuais, ressaltando a importância da boa-fé objetiva como princípio orientador das relações jurídicas contemporâneas.

> Outro precedente relevante foi o julgamento do REsp 2.015.732/SP, em que o Superior Tribunal de Justiça reafirmou que as instituições financeiras possuem dever reforçado de segurança na prestação de seus serviços, respondendo objetivamente pelos danos decorrentes de fraudes inseridas no risco da atividade bancária. O acórdão reconheceu que, configurada falha sistêmica apta a permitir o chamado “golpe do motoboy”, resta caracterizado o fortuito interno, ensejando o dever de indenizar os danos materiais e morais suportados pelo consumidor (STJ, REsp 2.015.732/SP, j. 20 jun. 2023, DJe 26 jun. 2023)

Diante desse panorama, verifica-se que a responsabilidade civil desempenha papel fundamental na proteção dos direitos individuais e coletivos, funcionando como instrumento de justiça e equilíbrio social. A análise de seus pressupostos permite compreender de que maneira o ordenamento jurídico brasileiro busca assegurar a reparação dos danos injustamente causados.

A compreensão desses fundamentos teóricos torna-se essencial para o desenvolvimento das discussões posteriores da presente pesquisa. Isso porque a identificação dos elementos da responsabilidade civil e das formas de reparação do dano constitui base necessária para examinar, em momento oportuno, como esses princípios são aplicados em contextos específicos das relações jurídicas contemporâneas, especialmente no ambito trabalhista, na relaçao entre empregado e empregador.

## 3 DANO MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO ENTRE EMPRESA E EMPREGADO.

O dano moral nas relações de trabalho constitui tema de grande relevância no Direito do Trabalho contemporâneo, especialmente diante da valorização dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana no ordenamento jurídico brasileiro. A Constituição Federal de 1988 estabelece esse princípio como fundamento da República, impondo limites ao exercício do poder diretivo do empregador e assegurando a proteção integral do trabalhador.

> A proteção ao dano moral nas relações de trabalho encontra fundamento direto na Constituição Federal de 1988, especialmente nos direitos fundamentais previstos no artigo 5º. Destacam-se, nesse contexto, os incisos V e X, que asseguram o direito à indenização por dano moral e a inviolabilidade da honra, da imagem, da intimidade e da vida privada.
> Além disso, o princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no artigo 1º, inciso III, atua como verdadeiro eixo estruturante do ordenamento jurídico, irradiando efeitos sobre todas as relações jurídicas, inclusive as trabalhistas.
> Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal tem reiteradamente afirmado a centralidade da dignidade humana como parâmetro interpretativo para a responsabilização civil por danos morais.
> "A Constituição Federal assegura a indenização por dano moral como forma de proteção aos direitos da personalidade, sendo invioláveis a honra e a imagem das pessoas." (STF, RE 447.584/RS).

Nesse contexto, a relação de emprego não pode ser analisada apenas sob o aspecto econômico, devendo também considerar sua dimensão existencial. Maurício Godinho Delgado destaca que o contrato de trabalho envolve, além de obrigações patrimoniais, o dever de respeito à integridade física, psíquica e moral do empregado (DELGADO, 2022, p. 749).

> O dano moral no âmbito das relações de trabalho configura-se como lesão aos direitos da personalidade do trabalhador, atingindo sua dignidade, honra e integridade psíquica. A proteção jurídica não se limita à esfera patrimonial, mas se estende à dimensão existencial do indivíduo, impondo ao empregador o dever de respeitar os limites impostos pela ordem constitucional. Assim, práticas abusivas no ambiente laboral, ainda que não resultem em prejuízo econômico imediato, são suficientes para caracterizar o dever de indenizar, tendo em vista a centralidade da dignidade da pessoa humana no sistema jurídico brasileiro. (DELGADO, 2019, p. 72).
> Em casos envolvendo assédio moral, o Supremo Tribunal Federal também reconhece que práticas abusivas e reiteradas violam os direitos da personalidade e o princípio da dignidade humana.
> "A prática de condutas abusivas que exponham o indivíduo a situações humilhantes e constrangedoras viola a dignidade da pessoa humana e enseja reparação por dano moral." (STF, ARE 664.335).

A violação dos direitos da personalidade — como honra, imagem, intimidade e dignidade — configura dano moral, sendo suficiente para ensejar o dever de indenizar, ainda que não haja prejuízo econômico direto.

Alice Monteiro de Barros sustenta que o dano moral trabalhista decorre da lesão a valores íntimos da pessoa, sendo desnecessária a prova de dano material (BARROS, 2021, p. 895).

O dano moral decorre da própria violação dos direitos da personalidade, independentemente de prejuízo econômico. (BARROS, 2021, p. 895).

No mesmo sentido, Vólia Bomfim Cassar afirma que o dano moral frequentemente está relacionado ao abuso do poder diretivo, especialmente em situações de exposição vexatória e cobrança excessiva (CASSAR, 2022, p. 1189).

Amauri Mascaro Nascimento destaca que o poder de direção do empregador deve ser exercido dentro dos limites jurídicos e éticos, não sendo admissível sua utilização como instrumento de opressão (NASCIMENTO, 2019, p. 312).

O poder empregatício não pode ser exercido de forma abusiva, sob pena de violação da dignidade do trabalhador. (NASCIMENTO, 2019, p. 312).

Arnaldo Süssekind reforça que o Direito do Trabalho possui função essencialmente protetiva, buscando equilibrar a desigualdade existente entre empregado e empregador (SÜSSEKIND, 2018, p. 145).

Entre as principais formas de manifestação do dano moral nas relações de trabalho, destaca-se o assédio moral, caracterizado pela repetição de condutas abusivas que expõem o trabalhador a situações humilhantes.

Sebastião Geraldo de Oliveira define o assédio moral como:

> O assédio moral caracteriza-se pela repetição sistemática de condutas abusivas que expõem o trabalhador a situações constrangedoras e humilhantes, comprometendo sua saúde mental e sua dignidade. Trata-se de forma de violência psicológica que, muitas vezes, ocorre de maneira silenciosa, mas produz efeitos devastadores na vida do empregado. A responsabilização civil do empregador, nesses casos, decorre da violação ao dever de proporcionar ambiente de trabalho saudável, sendo imprescindível a reparação do dano causado.” (OLIVEIRA, 2020, p. 217).

Além disso, o assédio sexual e as práticas discriminatórias também configuram hipóteses relevantes de dano moral, por violarem diretamente direitos fundamentais do trabalhador.

Sérgio Pinto Martins ressalta que a discriminação no ambiente de trabalho constitui afronta direta ao princípio da igualdade (MARTINS, 2021, p. 421).

No que se refere aos requisitos da responsabilidade civil, aplicam-se os elementos clássicos: conduta, dano e nexo de causalidade. Contudo, no âmbito trabalhista, tais elementos devem ser analisados sob a ótica do princípio da proteção.

Flávio Tartuce destaca que o dano moral possui natureza extrapatrimonial e pode ser presumido em determinadas situações (TARTUCE, 2022, p. 421).

O dano moral pode ser presumido quando há violação evidente de direitos da personalidade. (TARTUCE, 2022, p. 421).

O nexo de causalidade permanece como elemento indispensável para a responsabilização, conforme lecionam Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald (FARIAS; ROSENVALD, 2021, p. 520).

A jurisprudência tem desempenhado papel fundamental na consolidação desses entendimentos. O Tribunal Superior do Trabalho reconhece reiteradamente o direito à indenização por dano moral em situações de violação à dignidade do trabalhador.

A exposição do empregado a situações constrangedoras no ambiente de trabalho caracteriza dano moral indenizável. (TST-AG-AIRR:000017754202050371

Em casos de assédio moral:

“A prática reiterada de condutas abusivas configura assédio moral e enseja reparação.” ( TST-RR-AIRR-10007910520185020045).

Também se reconhece dano moral em situações de metas abusivas:

“A imposição de metas excessivas acompanhada de cobrança vexatória caracteriza abuso do poder diretivo.” (TST-ARR:0011032-16.2016.5.03.0104).

No âmbito do Superior Tribunal de Justiça, há precedentes relevantes sobre dano moral presumido:

“A inscrição indevida em cadastro de inadimplentes gera dano moral presumido.” (STJ, REsp 1.899.304/SP).

“A violação à honra e à imagem enseja reparação independentemente de prova do prejuízo.” (STJ, REsp 1.955.539/SC).

A Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) introduziu dispositivos específicos sobre dano extrapatrimonial na CLT, estabelecendo critérios para a fixação da indenização. Contudo, tais critérios devem ser interpretados em conformidade com os princípios constitucionais.

Gustavo Filipe Barbosa Garcia ressalta que a fixação da indenização deve observar a proporcionalidade e a razoabilidade (GARCIA, 2021, p. 520).

Por fim, Sérgio Cavalieri Filho destaca a função da indenização por dano moral,"A indenização possui caráter compensatório e pedagógico, visando evitar a repetição da conduta ilícita." (CAVALIERI FILHO, 2022, p. 117).

Dessa forma, o dano moral nas relações de trabalho configura importante instrumento de proteção da dignidade humana, contribuindo para a construção de um ambiente laboral mais justo e equilibrado.

A análise doutrinária e jurisprudencial evidencia que a relação de emprego ultrapassa a esfera meramente econômica, envolvendo também a preservação dos direitos da personalidade do trabalhador.

A análise da jurisprudência revela que os tribunais brasileiros, especialmente o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), têm desempenhado papel fundamental na consolidação da proteção ao dano moral nas relações de trabalho.

De forma geral, os tribunais adotam entendimento no sentido de que o dano moral decorre da violação aos direitos da personalidade do trabalhador, sendo desnecessária, em diversas hipóteses, a comprovação de prejuízo material. Tal posicionamento reforça a função protetiva do Direito do Trabalho e a centralidade da dignidade da pessoa humana.

O Tribunal Superior do Trabalho possui entendimento consolidado de que a exposição do empregado a situações humilhantes ou constrangedoras configura dano moral indenizável, especialmente quando há abuso do poder diretivo do empregador.

Além disso, o TST reconhece amplamente o assédio moral como causa de indenização, sobretudo quando caracterizada a repetição de condutas abusivas:

"O assédio moral caracteriza-se pela prática reiterada de atos que expõem o trabalhador a situações humilhantes e degradantes, ensejando reparação por dano moral." (TST, AIRR).

Outro ponto relevante na jurisprudência trabalhista diz respeito à fixação do valor da indenização. Os tribunais entendem que o montante deve observar critérios de razoabilidade e proporcionalidade, levando em consideração a gravidade da conduta, a extensão do dano e a capacidade econômica das partes.

O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, embora não atue diretamente na Justiça do Trabalho, contribui significativamente para a construção da teoria geral do dano moral. O tribunal consolidou o entendimento de que, em determinadas situações, o dano moral é presumido (in reipsa), dispensando a prova do prejuízo.

“O dano moral decorre do próprio fato ofensivo, sendo desnecessária a comprovação de prejuízo concreto.” (REsp 519.697/RS).

Esse entendimento é frequentemente aplicado de forma analógica nas relações trabalhistas, especialmente em casos de violação evidente à honra e à imagem do trabalhador.

No âmbito constitucional, o Supremo Tribunal Federal reafirma que o direito à indenização por dano moral possui fundamento direto na Constituição Federal, especialmente na proteção à dignidade da pessoa humana e aos direitos da personalidade.

“A indenização por dano moral constitui instrumento de tutela dos direitos fundamentais da pessoa humana.” (ADI 6.050, ADI 6.069 e ADI 6.082).

Além disso, os tribunais têm ampliado a proteção em situações específicas do ambiente laboral, como:

- assédio moral organizacional
- cobrança de metas abusivas
- exposição pública do empregado
- discriminação no ambiente de trabalho

Nesses casos, a jurisprudência tem reconhecido que o exercício do poder diretivo do empregador encontra limites nos direitos fundamentais do trabalhador.

Outro aspecto importante é a função pedagógica da indenização. Os tribunais entendem que a reparação por dano moral não deve apenas compensar a vítima, mas também inibir a repetição da conduta ilícita pelo empregador.

Assim, verifica-se que a jurisprudência brasileira caminha no sentido de fortalecer a proteção da dignidade do trabalhador, consolidando o dano moral como instrumento efetivo de justiça social no âmbito das relações de trabalho.

Observou-se que práticas como assédio moral, assédio sexual, discriminação e imposição de metas abusivas configuram violações relevantes à integridade psíquica e moral do empregado, sendo passíveis de reparação civil. Nesse sentido, a doutrina majoritária reconhece que o dano moral pode ser presumido em determinadas situações, dispensando a comprovação de prejuízo material.

Além disso, constatou-se que a responsabilidade do empregador, embora predominantemente subjetiva, pode assumir caráter objetivo em hipóteses específicas, especialmente quando há risco inerente à atividade ou violação direta de direitos fundamentais.

A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho e do Superior Tribunal de Justiça reforça esse entendimento, consolidando a proteção aos direitos da personalidade e ampliando a efetividade da reparação dos danos morais no ambiente laboral.

Por fim, conclui-se que o dano moral trabalhista desempenha função não apenas compensatória, mas também pedagógica e preventiva, contribuindo para a construção de relações de trabalho mais justas, equilibradas e alinhadas aos valores constitucionais.

Conclui-se, portanto, que a responsabilidade civil por danos morais nas relações de trabalho representa importante mecanismo de concretização da dignidade da pessoa humana, contribuindo para a construção de relações laborais mais equilibradas, éticas e constitucionalmente legítimas.

## 4 A APLICAÇÃO JURISPRUDENCIAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS MORAIS NAS RELAÇÕES ENTRE EMPREGADO E EMPREGADOR.

A responsabilidade civil por danos morais nas relações de trabalho consolidou-se como importante instrumento de efetivação da dignidade da pessoa humana no ordenamento jurídico brasileiro. A evolução jurisprudencial revela significativa ampliação da tutela dos direitos da personalidade do

trabalhador, especialmente diante das transformações sociais e das novas formas de organização produtiva, que passaram a exigir maior proteção jurídica contra práticas atentatórias à integridade psíquica e moral no ambiente laboral.

A interpretação conferida pelos tribunais superiores demonstra que a relação empregatícia não se restringe ao cumprimento de obrigações patrimoniais. Trata-se de vínculo jurídico dotado de dimensão existencial, no qual se impõe observância irrestrita aos direitos fundamentais previstos constitucionalmente. Nesse contexto, o exercício do poder diretivo do empregador encontra limites claros nos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, boa-fé objetiva e respeito à dignidade do trabalhador.

O Supremo Tribunal Federal consolidou importante orientação ao reconhecer que a reparação extrapatrimonial constitui verdadeiro instrumento de proteção constitucional dos direitos fundamentais.

“A indenização por dano moral constitui instrumento constitucional de tutela dos direitos fundamentais, especialmente da dignidade da pessoa humana, da honra e da imagem.” (STF, RE 447.584/RS).

Esse entendimento reforça a necessidade de proteção integral da pessoa humana nas relações jurídicas privadas, incluindo o contrato de trabalho.

A atuação jurisdicional trabalhista tem sido decisiva para a repressão de práticas empresariais abusivas. Situações envolvendo exposição vexatória, metas excessivamente gravosas, cobranças humilhantes, perseguições internas, discriminação funcional e assédio moral têm sido amplamente reconhecidas como violações à ordem jurídica constitucional.

> O Tribunal Superior do Trabalho possui entendimento consolidado no sentido de que a reiteração de condutas constrangedoras é suficiente para configurar ilícito indenizável. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. APELO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO. ATOS ABUSIVOS REITERADOS. CARACTERIZAÇÃO. DESNECESSIDADE DE PROVA DE PREJUÍZO MATERIAL. DANO IN RE IPSA. INDENIZAÇÃO FIXADA EM OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. TRANSPOSIÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA Nº 126 DO TST. DESPROVIMENTO. Conforme as premissas fáticas delineadas pelo Tribunal Regional, restou devidamente comprovada a conduta abusiva, reiterada e hostil por parte do empregador no ambiente laboral, consistente em perseguições e constrangimentos que desestabilizaram psicologicamente o trabalhador, configurando o assédio moral e o consequente dever de indenizar. A prática reiterada de atos abusivos no ambiente de trabalho configura assédio moral indenizável, sendo desnecessária prova específica de prejuízo material ou de sofrimento psíquico agudo, visto que o dano moral, in re ipsa (decorre do próprio fato

> ofensivo). A violação dos direitos de personalidade e da dignidade humana do trabalhador emerge da própria gravidade do ilícito perpetrado. O critério de fixação do quantum indenizatório pelo Colegiado de origem pautou-se na extensão do dano, no caráter pedagógico e punitivo da medida, bem como na capacidade econômica do ofensor, não se vislumbrando valor excessivo ou desproporcional apto a ensejar a intervenção desta Corte Superior. Ademais, para se chegar a conclusão diversa daquela adotada pelo Tribunal Regional, seria necessário o revolvimento de fatos e provas, expediente vedado nesta instância extraordinária, a teor da Súmula nº 126 do TST. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (Brasil, 2019).

Tal orientação decorre da compreensão segundo a qual a própria violação à esfera moral do empregado constitui lesão juridicamente relevante, dispensando demonstração patrimonial concreta.

A doutrina especializada acompanha essa evolução interpretativa. Para Sebastião Geraldo de Oliveira, o ambiente profissional deve ser estruturado de forma a assegurar integridade física e psíquica, sendo inadmissível qualquer conduta que produza sofrimento psicológico decorrente de abuso hierárquico.

“O assédio moral caracteriza-se pela repetição sistemática de condutas abusivas que expõem o trabalhador a constrangimento, sofrimento emocional e deterioração de sua dignidade pessoal.”(OLIVEIRA, Indenizações por Acidente do Trabalho, 2020, p. 217).

A jurisprudência tem reconhecido, ainda, a aplicação do dano moral presumido em hipóteses nas quais a gravidade da conduta torna desnecessária a produção probatória específica acerca da dor experimentada pela vítima. A orientação firmada pelo Superior Tribunal de Justiça em matéria extrapatrimonial tem servido de fundamento interpretativo subsidiário para a Justiça do Trabalho.

O reconhecimento da presunção do dano moral decorre da própria gravidade objetiva da conduta ilícita, bastando a demonstração do ato ofensivo e do nexo causal para configuração do dever reparatório.

A proteção jurisdicional também se manifesta no controle do abuso organizacional. Modelos empresariais pautados exclusivamente em metas agressivas, fiscalização excessiva ou exposição pública de desempenho individual têm sido objeto de censura judicial por violarem o núcleo essencial da dignidade profissional.

Amauri Mascaro Nascimento observa que o exercício do poder empregatício não pode converter-se em instrumento de opressão.

“O poder de direção deve ser exercido dentro dos limites jurídicos e éticos estabelecidos pela ordem constitucional, sob pena de violação da dignidade do trabalhador.” (NASCIMENTO, Curso de Direito do Trabalho, 2019, p. 312).

A indenização civil, nesse contexto, não se destina exclusivamente à compensação subjetiva da vítima. Sua função transcende a esfera individual, alcançando dimensão preventiva e pedagógica voltada à transformação das práticas empresariais.

Sérgio Cavalieri Filho sustenta:

“A reparação civil não busca apenas compensar a vítima, mas desestimular a repetição da conduta ilícita, promovendo função educativa e social.” (CAVALIERI FILHO, Programa de Responsabilidade Civil, 2022, p. 117).

> A jurisprudência brasileira tem aplicado esse entendimento ao fixar valores indenizatórios proporcionais à extensão da lesão, à capacidade econômica do ofensor e ao caráter pedagógico necessário para prevenção de reincidências. RECURSO DE REVISTA. TST-RR-535700-15.2006.5.02.0090. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. O ordenamento jurídico pátrio não estabelece critérios objetivos para a quantificação do dano moral, cabendo ao julgador arbitrar o valor da indenização por equidade, pautando-se nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Na fixação do quantum indenizatório, deve o magistrado sopesar a extensão da lesão sofrida pela vítima, o grau de culpa do agente, a capacidade econômica do ofensor, bem como o caráter pedagógico e punitivo da medida, com o escopo de desestimular a reiteração da conduta ilícita, sem que isso implique o enriquecimento sem causa do trabalhador. No caso concreto, o Tribunal Regional, ao analisar o conjunto probatório, constatou a gravidade do assédio moral e fixou a indenização em valor que atende à tripla função da responsabilidade civil (compensatória, punitiva e pedagógica), não se justificando a intervenção desta Corte Superior para redução ou majoração do montante.

Outro aspecto relevante refere-se à valorização da dignidade humana como fundamento estruturante da ordem trabalhista. O Supremo Tribunal Federal reafirma que o valor social do trabalho constitui elemento central da organização constitucional brasileira, impondo leitura protetiva em situações que envolvam violação à personalidade do empregado.

Esse fortalecimento interpretativo demonstra amadurecimento institucional da tutela jurisdicional trabalhista e evidencia o compromisso do Poder Judiciário com a concretização dos direitos fundamentais nas relações privadas.

A Lei nº 13.467/2017 introduziu os artigos 223-A a 223-G da CLT, disciplinando a reparação dos danos extrapatrimoniais nas relações de trabalho. A alteração buscou uniformizar critérios para

responsabilização e arbitramento da indenização, sem afastar a incidência dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da proporcionalidade e da reparação integral. A jurisprudência posterior passou a interpretar esses dispositivos em conformidade com a Constituição, reconhecendo que os parâmetros legais orientam o julgador, mas não impedem a adequada reparação conforme o caso concreto.

Os tribunais superiores consideram, entre outros fatores, a gravidade da ofensa, a extensão do dano, a intensidade da culpa, a capacidade econômica do ofensor, a condição da vítima e o caráter pedagógico da condenação. A finalidade é proporcionar compensação adequada sem gerar enriquecimento sem causa, preservando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

O empregador possui o dever de garantir ambiente de trabalho saudável, abrangendo não apenas a integridade física, mas também a saúde psíquica do empregado. Condutas como assédio moral, discriminação, perseguições, humilhações públicas e cobrança abusiva de metas podem caracterizar violação aos direitos da personalidade e ensejar responsabilidade civil.

A responsabilidade civil contemporânea exerce funções compensatória, preventiva e pedagógica. Além de reparar o prejuízo experimentado pelo trabalhador, a condenação estimula a adoção de programas internos de compliance, políticas de prevenção ao assédio e mecanismos de proteção da dignidade humana no ambiente laboral.

A evolução tecnológica ampliou os desafios das relações de trabalho. A jurisprudência passou a enfrentar questões relacionadas ao monitoramento eletrônico excessivo, proteção de dados pessoais, assédio organizacional e práticas discriminatórias digitais, reafirmando que o poder diretivo encontra limites nos direitos fundamentais do empregado.

Diante desse panorama, verifica-se que a responsabilidade civil por danos morais desempenha papel essencial na construção de relações laborais equilibradas, funcionando como mecanismo de contenção de abusos, promoção da ética empresarial e afirmação da dignidade humana como valor máximo da ordem jurídica nacional. Além disso, cumpre destacar que a responsabilidade civil do empregador nas relações de trabalho, em regra, decorre da modalidade subjetiva, exigindo a presença de conduta, dano, nexo causal e culpa. Contudo, a jurisprudência trabalhista tem ampliado a aplicação da responsabilidade objetiva em situações específicas, especialmente quando a atividade desenvolvida pelo empregador implica risco acentuado ao trabalhador, nos termos do artigo 927, parágrafo único,

do Código Civil. Tal compreensão reforça a tendência de proteção integral do empregado, deslocando o foco da culpa para a efetiva reparação do dano.

No âmbito das relações laborais, também se reconhece a responsabilidade do empregador por atos praticados por seus prepostos, superiores hierárquicos ou colegas de trabalho, quando inseridos no contexto da atividade empresarial. Essa responsabilização decorre da teoria do risco do empreendimento, segundo a qual o empregador assume os riscos da atividade econômica, inclusive aqueles relacionados a condutas ilícitas ocorridas no ambiente de trabalho. Dessa forma, o dever de indenizar pode surgir ainda que o empregador não tenha participado diretamente do ato ofensivo, bastando a demonstração do nexo com a relação laboral.

Outro aspecto relevante diz respeito à dificuldade probatória enfrentada pelo trabalhador nas ações de reparação por dano moral. A jurisprudência trabalhista, sensível à hipossuficiência técnica do empregado, admite a flexibilização do ônus da prova em determinadas situações, especialmente quando há verossimilhança das alegações e superioridade informacional do empregador. Essa construção interpretativa busca equilibrar a relação processual e garantir efetividade ao princípio da proteção.

Nesse contexto, ganha destaque a crescente utilização de provas indiretas, testemunhais e indiciárias para a configuração do assédio moral, uma vez que tais práticas geralmente ocorrem de forma velada e reiterada. O Tribunal Superior do Trabalho tem reconhecido que a ausência de prova documental não impede o reconhecimento do dano moral, desde que o conjunto probatório revele de forma consistente a ocorrência do ilícito.

Além da tutela individual, a jurisprudência contemporânea também tem reconhecido a possibilidade de responsabilização por dano moral coletivo, especialmente em casos de práticas reiteradas de assédio organizacional, discriminação estrutural ou violação massiva de direitos trabalhistas. Nesses casos, a lesão transcende o indivíduo e atinge valores sociais do trabalho e da ordem jurídica, legitimando a atuação do Ministério Público do Trabalho e a imposição de indenizações com função social e pedagógica ampliada.

A evolução jurisprudencial também demonstra crescente preocupação com políticas internas de prevenção ao assédio moral e à violência organizacional. Empresas que deixam de implementar mecanismos eficazes de compliance trabalhista, canais de denúncia ou treinamentos de gestão ética

podem ser responsabilizadas por omissão na prevenção de danos, caracterizando falha no dever geral de cuidado inerente ao empregador.

Nesse sentido, a responsabilidade civil assume função estratégica no ambiente corporativo contemporâneo, influenciando diretamente a governança empresarial e incentivando práticas de gestão mais humanizadas. A indenização por danos morais deixa de ser apenas uma resposta reparatória e passa a atuar como instrumento de transformação institucional, induzindo mudanças estruturais no comportamento organizacional.

Por fim, observa-se que a consolidação jurisprudencial acerca da responsabilidade civil nas relações de trabalho revela um movimento de constitucionalização do Direito do Trabalho, no qual a dignidade da pessoa humana se torna eixo central de interpretação. O Poder Judiciário, ao reconhecer e coibir práticas abusivas, reforça a função social do contrato de trabalho e contribui para a construção de ambientes laborais mais justos, equilibrados e compatíveis com os valores fundamentais da ordem constitucional brasileira.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Este estudo analisou como a responsabilidade civil por danos morais é aplicada nas relações de trabalho entre empregado e empregador no Brasil, com foco na proteção da dignidade da pessoa humana e na reparação dos prejuízos causados ao trabalhador.

A pesquisa partiu da ideia de que a legislação brasileira e a jurisprudência possuem mecanismos suficientes para responsabilizar o empregador quando há violação dos direitos do empregado.

Inicialmente, foi estudado o conceito de responsabilidade civil, seus fundamentos, requisitos e modalidades. Verificou-se que, em regra, para existir o dever de indenizar é necessária a presença da conduta ilícita, do dano, do nexo de causalidade e da culpa, embora existam casos previstos em lei de responsabilidade objetiva. Também se constatou que a responsabilidade civil possui função reparadora, preventiva e educativa.

Em seguida, a pesquisa concentrou-se no dano moral nas relações de trabalho. Foram analisadas situações como assédio moral, discriminação, humilhações, cobranças abusivas de metas e outras práticas que ofendem a dignidade do trabalhador. Concluiu-se que essas condutas podem gerar o dever de indenizar por danos morais.

Também foram examinadas decisões dos tribunais superiores brasileiros, verificando-se que a jurisprudência tem fortalecido a proteção dos direitos da personalidade do empregado e reconhecido a importância da indenização como forma de compensar o dano e prevenir novas violações.

Ao final, os resultados confirmaram a hipótese inicial da pesquisa. Ficou demonstrado que o ordenamento jurídico brasileiro oferece instrumentos adequados para responsabilizar o empregador quando há violação dos direitos do trabalhador.

Conclui-se, portanto, que a responsabilidade civil por danos morais é um importante mecanismo de proteção da dignidade da pessoa humana nas relações de trabalho, contribuindo para a promoção da justiça, do respeito aos direitos fundamentais e do equilíbrio entre empregado e empregador.

**REFERÊNCIAS**

AGUIAR DIAS, José de. Da responsabilidade civil. Rio de Janeiro: Forense, 2018. Disponível em: Open Library. Acesso em: 12 maio 2026.

BARROS, Alice Monteiro de. Curso de Direito do Trabalho. 11. ed. São Paulo: LTr, 2021. Disponível em: https://www.ltr.com.br. Acesso em: 01 maio 2026

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 maio 2026

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). Recurso Especial n.º 1.899.304/SP. Julgamento: 2021. : https://www.stj.jus.br Acesso em: 01 maio 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). Recurso Especial n.º 1.955.539/SC. Julgamento: 2022. Disponível em: https://www.stj.jus.br. Acesso em: 01 maio 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). Agravo em Recurso Extraordinário n.º 664.335. Disponível em: https://www.stf.jus.br. Acesso em: 01 maio 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). Recurso Extraordinário n.º 447.584/RS. Disponível em: https://www.stf.jus.br. Acesso em: 01 maio 2026.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (TST). Agravo de Instrumento em Recurso de Revista n.º AIRR-000.177-54.2020.5.05.0371. Disponível em: https://www.tst.jus.br. Acesso em: 01 maio 2026.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (TST). Recurso de Revista n.º 1000791-05.2018.5.02.0045. Disponível em: https://www.tst.jus.br. Acesso em: 01 maio 2026.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (7ª Turma). Recurso de Revista nº TST-RR-535700-15.2006.5.02.0090. Indenização por danos morais. Assédio moral no ambiente de trabalho. Quantum indenizatório. Critérios de fixação. Relator: Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte. Brasília, DF, 1 de março de 2023. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho: Caderno Judiciário do Tribunal Superior do Trabalho, Brasília, DF, 12 de maio de 2023. Disponível em: tst.jus.br. Acesso em: 27 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (TST). Recurso de Revista n.º ARR-0011032-16.2016.5.03.0104. Disponível em: https://www.tst.jus.br. Acesso em: 01 maio 2026.

CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do Trabalho. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. Disponível em: https://www.grupogen.com.br. Acesso em: 01 maio 2026.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2022. Disponível em: https://www.grupogen.com.br. Acesso em: 01 maio 2026.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 19. ed. São Paulo: LTr, 2022. Disponível em: https://www.ltr.com.br. Acesso em: 01 maio 2026.

DELGADO, Maurício Godinho. Dano moral nas relações de trabalho e a dignidade da pessoa humana. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, Brasília, v. 85, n. 3, p. 60-85, 2019. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br. Acesso em: 01 maio 2026.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em: Editora Saraiva. Acesso em: 12 maio 2026.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil. Salvador: JusPodivm, 2021. Disponível em: https://www.editorajuspodivm.com.br. Acesso em: 01 maio 2026.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Curso de Direito do Trabalho. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Disponível em: https://www.grupogen.com.br. Acesso em: 01 maio 2026.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade civil. São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: Editora Saraiva. Acesso em: 12 maio 2026.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. 39. ed. São Paulo: Atlas, 2021. Disponível em: https://www.grupogen.com.br. Acesso em: 01 maio 2026.

NADER, Paulo. Curso de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Disponível em: Grupo GEN. Acesso em: 12 maio 2026.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://www.saraiva.com.br. Acesso em: 01 maio 2026.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Indenizações por Acidente do Trabalho. São Paulo: LTr, 2020. Disponível em: https://www.ltr.com.br. Acesso em: 01 maio 2026.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Responsabilidade civil. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Disponível em: Grupo GEN. Acesso em: 12 maio 2026

RODRIGUES, Silvio. Direito civil: responsabilidade civil. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: Editora Saraiva. Acesso em: 12 maio 2026.

STOCO, Rui. Tratado de responsabilidade civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. Disponível em: Thomson Reuters Revista dos Tribunais. Acesso em: 12 maio 2026.

SÜSSEKIND, Arnaldo. Instituições de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2018. Disponível em: https://www.ltr.com.br. Acesso em: 01 maio 2026.

TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2022. Disponível em: Grupo GEN. Acesso em: 12 maio 2026.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil: responsabilidade civil. São Paulo: Atlas, 2021. Disponível em: Gr upo GEN. Acesso em: 12 maio 2026.

# CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

## CONTEXTUALIZANDO E COMPREENDENDO AS NECESSIDADES SOCIAIS

VOLUME XXXII



conhecimentolivre.org/home
contato@conhecimentolivre.org
editoraconhecimentolivre

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE